



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA - MESTRADO

DALVA CHAVES PEREIRA

O CANTO QUE NÃO CALA:

BIOSSEGURANÇA E O DIREITO À RITUALIZAÇÃO DOS MORTOS

RECIFE – 2023

Autora DALVA CHAVES PEREIRA

O CANTO QUE NÃO CALA:
BIOSSEGURANÇA E O DIREITO À RITUALIZAÇÃO DOS MORTOS

Dissertação de Mestrado apresentada aos membros da banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, vinculado à Linha de Pesquisa Práticas Psicológicas Clínicas e Demandas Contemporâneas, como exigência parcial para sua aprovação e defesa pública, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.

RECIFE - 2023

P436c

Pereira, Dalva Chaves

O canto que não cala: biossegurança e o direito à ritualização dos mortos / Dalva Chaves Pereira, 2023.
117 f.: il.

Orientadora: Maria Cristina Lopes de A. Amazonas
Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Mestrado em Psicologia Clínica, 2023.

1. Luto - Aspectos psicológicos. 2. COVID-19 (Doença).
3. Ritos e cerimônias fúnebres. 4. Pandemias. I. Título.

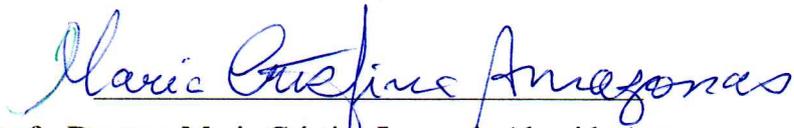
CDU 159.9:128
Luciana Vidal - CRB-4/1338

Nome da autora: Dalva Chaves Pereira

Título: O CANTO QUE NÃO CALA: biossegurança e o direito à ritualização dos mortos

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Doutora Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

(UNICAP – Orientadora)



Profa. Doutora Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto

(UNICAP)



Prof. Doutor Bruno Robson de Barros Carvalho

(Centro Universitário do Rio São Francisco – UniRios)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às mais de SETECENTAS MIL vítimas fatais da Covid-19 – confirmadas até a finalização deste trabalho – e seus familiares que ainda se recuperam de suas perdas.

AGRADECIMENTOS

*Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me dio dos luceros, que cuando los abro
Perfecto distingo lo negro del blanco
Y en el alto cielo, su fondo estrellado
Y en las multitudes, “la persona” (adaptado) que yo amo
Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado el oído, que en todo su ancho
Graba noche y días, grillos y canarios
Martillos, turbinas, ladridos, chubascos
Y la voz tan tierna de mi bien amado
Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Con él, las palabras que pienso y declaro
Madre, amigo, hermano, y luz alumbrando
La ruta del alma del que estoy amando
Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado la marcha de mis pies cansados
Con ellos, anduve ciudades y charcos
Playas y desiertos, montañas y llanos
Y la casa tuya, tu calle y tu patio
Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me dio el corazón, que agita su marco
Cuando miro el fruto del cerebro humano
Cuando miro el bueno tan lejos del malo
Cuando miro el fondo de tus ojos claros
Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado la risa y me ha dado el llanto
Así yo distingo dicha de quebranto
Los dos materiales que forman mi canto
Y el canto de ustedes que es el mismo canto
Y el canto de todos que es mi propio canto
Gracias a la vida
Violeta Parra (Gracias a la vida)*



Eu penso a palavra *Gratidão* como um agradecimento no superlativo. Assim...

Gratidão à Divindade Maior, pelo bom encontro com a vida. Pela saúde física e mental que mantive, mas que foram aspectos tão negligenciados pela gestão política da pandemia.

Gratidão aos meus pais (*in memoriam*) pelo tempo que pude tê-los comigo, pelos bons valores que me nutriram com suas vidas. Pelas histórias e memórias que ainda guardo, e pela alegria de vez por outra encontrá-los em meus sonhos.

Gratidão a meus familiares, amigas e amigos, de perto e de longe, por todo incentivo, torcida e vibrações, e pela palavra oportuna em bom tempo. Foi muito bom sentir que nunca estive sozinha.

Gratidão aos participantes dessa pesquisa, pela gentileza de confiarem suas histórias a mim.

Gratidão à minha orientadora Dra. Cristina Amazonas, pela confiança, pela generosidade e sutileza com que me acompanhou nessa caminhada.

Gratidão à professora Ana Lúcia pelas palavras doces em momentos amargos, pela mão acolhedora que me fortaleceu a alma em momentos difíceis.

Gratidão à professora Véronique que me auxiliou a permanecer no curso quando eu pensei mais de uma vez em não continuar.

Gratidão à todas as docentes do Programa que com grande dedicação superaram as dificuldades impostas pelo distanciamento social e se adaptaram às tecnologias educacionais durante a pandemia.

Gratidão à banca examinadora: Professora Dra. Carmem Barreto e Professor Dr. Bruno Carvalho.

Gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa concedida, sem a qual não seria possível permanecer no curso.

Gratidão aos meus felinos, minhas sempre *crioncinhas*: Fred, Cacau, Brisa, Lua, Kim, Simba e Pin'cesa que me acompanharam nessa jornada. Meus bons vetores de calma e tranquilidade.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano in *'Las palabras andantes?'* de Eduardo Galeano. publicado por Siglo XXI, 1994.

RESUMO

PEREIRA, D. C. (2023). O CANTO QUE NÃO CALA: biossegurança e o direito à ritualização dos mortos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco

A Pandemia do Novo Coronavírus teve início na Ásia e após uma escala de algumas semanas na Europa aterrissou no Brasil. Uma das primeiras pessoas a morrer de Covid-19 talvez nem tivesse passaporte, uma empregada doméstica negra que foi infectada pela patroa que chegava da Itália. A empregada doméstica negra não poderia fazer isolamento social, pedir comida pelo aplicativo, andar de táxi, teria que se infectar com a patroa, que chegou da Itália e não poderia ficar sem empregada. A doença que chegou ao Brasil pelos ricos mataria maciçamente os mais pobres. A pandemia trouxe um outro fenômeno, a não ritualização dos mortos. Compreender como se daria o luto de familiares de vítimas da Covid impedidos de realizar cerimônias fúnebres de despedida tornou-se o objetivo principal deste estudo. Para tanto, a abordagem qualitativa possibilitou uma investigação com novas e variadas perspectivas, permitindo um olhar sensível a fenômenos que não poderiam ser quantificados. Foi realizada uma ampla revisão bibliográfica sobre os campos conceituais de morte e luto, Covid e rituais, com os descritores: luto, cerimonial, “ritual fúnebre”, pandemia e “poder político”. Foram realizadas 12 entrevistas narrativas com pessoas que haviam perdido familiares vitimados pela Covid-19, em formato de videoconferência. Para o tratamento do material coletado foi usada a Análise de Discurso de inspiração foucaultiana, articulada a reflexões sobre morte e luto nos escritos de Phillipe Ariès principalmente, seguido pelas filósofas Hannah Arendt, Judith Butler, e os filósofos Michel Foucault e Achile Mbembe, nas abordagens da violência de Estado e o direito ao luto. Os resultados mostraram que a impossibilidade de ritualizar e participar de cerimônias póstumas foi mencionada pelos participantes como uma rotina geradora de grande sofrimento para a família. Os estudos que trataram a temática do luto incluem como fator de vital importância para o início do processo de luto, ver o corpo do familiar morto, constatando essa passagem. O estudo também mostrou que a adoção de políticas de gestão de enterros biosseguros devem ser desenvolvidas respeitando grupos e populações que possuem tradições que conservam práticas ancestrais de velamento, em especial os povos originários. Para Butler as políticas de violência e morte determinam quais corpos podem ou não serem chorados, e a pesquisa mostrou que as populações em maior vulnerabilidade social foram afetadas direta e irrestritamente pelos efeitos da pandemia. Para além do adoecimento, a falta de condições mínimas de proteção e cuidado contribuíram para um distanciamento ainda maior entre as condições socioeconômicas da população.

Palavras-chave: Covid-19; Pandemia; Rituais Fúnebres; Luto.

ABSTRACT

PEREIRA, D. C. (2023). THE SONG THAT DOES NOT SHUT: biosecurity and the right to ritualize the dead. Dissertação de Mestrado, Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco

The New Coronavirus Pandemic started in Asia and after a stopover of a few weeks in Europe landed in Brazil. One of the first people to die from Covid-19 may not even have had a passport, a black housemaid who was infected by her boss arriving from Italy. The black housemaid could not do social isolation, order food on the app, ride in cabs, she had to get infected by her mistress, who arrived from Italy and could not be without a maid. The disease that arrived in Brazil through the rich would massively kill the poorest. The pandemic brought another phenomenon, the non-ritualization of the dead. The main objective of this study was to understand how family members of Covid victims who were prevented from holding farewell funeral ceremonies would mourn. To this end, the qualitative approach enabled an investigation with new and varied perspectives, allowing a sensitive look at phenomena that could not be quantified. A broad bibliographic review was carried out about the conceptual fields of death and mourning, Covid and rituals, with the descriptors: mourning, ceremonial, "funeral ritual", pandemic and "political power". Twelve narrative interviews were conducted with people who had lost family members victimized by Covid-19, in videoconference format. For the treatment of the collected material, the Foucauldian-inspired Discourse Analysis was used, articulated with reflections on death and mourning in the writings of Phillipe Ariès mainly, followed by the philosophers Hannah Arendt, Judith Butler, and the philosophers Michel Foucault and Achile Mbembe, in the approaches to state violence and the right to mourn. The results showed that the impossibility of ritualizing and participating in posthumous ceremonies was mentioned by the participants as a routine that generates great suffering for the family. The studies that dealt with the theme of mourning include as a vitally important factor for the beginning of the mourning process, seeing the body of the deceased family member, verifying this passage. The study also showed that the adoption of biosafety burial management policies should be developed respecting groups and populations that have traditions that preserve ancestral burial practices, especially the native peoples. For Butler, the politics of violence and death determine which bodies can or cannot be mourned, and the research showed that populations in greater social vulnerability were directly and unrestrictedly affected by the effects of the pandemic. Besides getting sick, the lack of minimum conditions of protection and care contributed to an even greater distance between the socioeconomic conditions of the population.

Keywords: COVID-19; Pandemic; Funeral Rituals; Mourning.

RESUMEN

PEREIRA, D. C. (2023). EL CANTO QUE NO SE CIERRA: bioseguridad y derecho a ritualizar a los muertos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Católica de Pernambuco.

La nueva pandemia de coronavirus comenzó en Asia y, tras una escala de unas semanas en Europa, aterrizó en Brasil. Una de las primeras personas en morir por Covid-19 puede que ni siquiera tuviera pasaporte, una empleada doméstica negra que fue infectada por su jefe llegado de Italia. La empleada doméstica negra no podía hacer aislamiento social, pedir comida en la aplicación, coger un taxi, tuvo que infectarse con su jefe, que llegó de Italia y no podía prescindir de una criada. La enfermedad que llegó a Brasil a través de los ricos mataría masivamente a los más pobres. La pandemia trajo otro fenómeno, la no ritualización de los muertos. El objetivo principal de este estudio era comprender cómo llevarían el luto las familias de las víctimas del Covid, impedidas de realizar ceremonias fúnebres de despedida. Para ello, el enfoque cualitativo posibilitó una investigación con nuevas y variadas perspectivas, permitiendo una mirada sensible a fenómenos que no podían ser cuantificados. Se realizó una amplia revisión bibliográfica sobre los campos conceptuales de muerte y duelo, Covid y rituales, con los descriptores: duelo, ceremonial, "ritual funerario", pandemia y "poder político". Se realizaron doce entrevistas narrativas a personas que habían perdido a familiares víctimas del Covid-19, en formato de videoconferencia. Para el tratamiento del material recogido, se utilizó el Análisis del Discurso de inspiración foucaultiana, articulado con las reflexiones sobre la muerte y el duelo en los escritos de Phillipe Ariès principalmente, seguido de las filósofas Hannah Arendt, Judith Butler, y los filósofos Michel Foucault y Achile Mbembe, en las aproximaciones a la violencia de Estado y el derecho al duelo. Los resultados mostraron que la imposibilidad de ritualizar y participar en ceremonias póstumas fue mencionada por los participantes como una rutina que genera gran sufrimiento para la familia. Los estudios que abordaron el tema del duelo incluyen como factor de vital importancia para el inicio del proceso de duelo, ver el cuerpo del familiar fallecido, constatando este pasaje. El estudio también mostró que la adopción de políticas de gestión de entierros bioseguros debe desarrollarse respetando a los grupos y poblaciones que tienen tradiciones que preservan prácticas ancestrales de velación, especialmente los pueblos originarios. Para Butler, las políticas de violencia y muerte determinan qué cuerpos pueden o no ser velados, y la investigación mostró que las poblaciones en mayor vulnerabilidad social fueron afectadas directa e irrestrictamente por los efectos de la pandemia. Más allá de la enfermedad, la falta de condiciones mínimas de protección y cuidado contribuyó a distanciar aún más las condiciones socioeconómicas de la población.

Palabras clave: COVID-19; Pandemia; Rituales funerarios; Duelo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Seleção e Exclusão de artigos para a Revisão Bibliográfica.....	28
Figura 2	Modelos epidêmicos de Foucault e Modelo Covid	50
Figura 3	Visão aérea do Cemitério de Vila Formosa – SP.....	65
Figura 4	Protesto pelos 100 mil mortos da Covid-19.....	72
Figura 5	Protesto de Enfermeiros em homenagem a colegas mortos.....	73
Figura 6	Protesto pelos 600 mil mortos da Covid-19.....	73
Figura 7	Quadro Fiocruz Taxa de ocupação de leitos de UTI.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Definição de Descritores e Termos Indexados.....	26
Tabela 2 -	Planilha com resultado de equações de busca.....	27

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFA	Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afroameríndia
APP	Application (trad. Aplicação)
CASAI	Casa de Saúde Indígena
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
DECS/MESH	Descritores em Ciências da Saúde / Medical Subject Headings
DSM-V	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Institutos Médicos Legais
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PEGN	Pequenas Empresas Grandes Negócios
QR CODE	Quick Response Code (trad. Código de Resposta Rápida)
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
SVO	Serviços de Verificação de Óbito
SVS-MS	Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde
TCLEE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/Explicado
TIY	Território Indígena Yanomami
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

Sumário

Prelúdio – Introdução.....	15
Opus 1 – Escala Musical – Referencial Metodológico.....	19
<i>Primeiro Ato – Cifras e Partituras - Método</i>	25
<i>Segundo Ato – Harmonia – Revisão de Literatura</i>	30
Opus 2 – Melodia – Marco Teórico.....	48
<i>Primeiro Ato – Dies Irae – A Pandemia</i>	48
<i>Segundo Ato – Samba – Vida e Morte</i>	52
<i>Terceiro Ato – Marcha – O Luto</i>	59
<i>Quarto Ato – Lamentações – Biossegurança e Manejo de Corpos</i>	64
<i>Quinto Ato – Requiem – Cerimoniais e Rituais Fúnebres</i>	68
Opus 3 – Blues - Análise e Discussão.....	74
<i>Primeiro Ato – Embaralhando</i>	74
<i>Segundo Ato – Distribuindo</i>	78
<i>Terceiro Ato – Discussão</i>	100
Opus 4 – Percussão – Considerações Finais.....	106
Opus 5 – Finale – Referências.....	109

Prelúdio¹ - Introdução

Começo descrevendo qual era o contexto do início desta pesquisa. Esta jornada iniciou em março de 2020. As aulas do mestrado na universidade começaram no dia 09 de março de 2020 e uma semana depois estavam suspensas em virtude do aumento de casos de Covid-19 no estado de Pernambuco. Uma decisão que foi sendo adotada em cadeia por estados e municípios de todo país. Em poucos dias educadores e estudantes teriam que se adaptar às tecnologias de videoconferência e ensino à distância, para a retomada das aulas no formato *online*, do modo como fosse possível.

O que parecia ser temporário, semanas, quiçá, poucos meses, duraria cerca de 2 anos. Então, em meio a medos e incertezas nascia esta pesquisa. A realidade daquele início de 2020 foi determinante na escolha do tema a ser pesquisado, principalmente por notícias que chegavam da Europa com altíssimo número de doentes graves e caminhões carregados de mortos em busca de covas.

A dissertação tinha o objetivo de **compreender** como ocorriam os processos de luto de pessoas que perdiam familiares próximos, quando os cerimoniais e rituais fúnebres sofriam algum tipo de impedimento à sua realização, como nos casos em que determinações de biossegurança no manejo dos corpos impediam tais rituais e despedidas. Os objetivos específicos eram: **refletir** sobre os novos modos de viver decorrentes da Pandemia, na perspectiva do luto; **relatar** como familiares de vítimas da Covid-19 no Brasil estavam lidando com seu luto; **identificar** que corpos seriam esses, mortos impedidos de serem chorados.

Ao longo da jornada os fenômenos que se mostraram foram definindo as dobras desta escrita, sendo que alguns episódios foram importantes para a decisão por novas rotas. O título deste trabalho, *o canto que não cala*, teve inspiração na produção “Espero que nomes consigam tocar!”, a qual descreverei logo menos, e na canção “Wahanararai” cantada pelo indigenista assassinado em junho de 2022, Bruno Pereira, numa gravação artesanal de Yura Ni-Nawavo Marubo durante uma missão de uma equipe da Funai à Amazônia.

Os cantos “Espero que nomes consigam tocar!” e “Wahanararai” se fizeram públicos em momentos bastante distintos, o primeiro em setembro de 2020, o segundo na metade do ano de 2022. Os dois celebram as vidas em meio a morte.

¹ Introdução musical a uma ópera, ou pequena peça independente, sem forma pré-estabelecida.

Uma pequena frase no site Inumeráveis, criado como memorial virtual para as vítimas da Covid-19, diz: “*não há quem goste de ser número gente merece existir em prosa*” (Pavoni, 2020, p. sobre). Essa frase inspirou o cordelista Bráulio Bessa (Carvalho, 2020, s./p.) que reproduziu em seu poema Inumeráveis a mesma ideia: “*Se números frios não tocam a gente. Espero que nomes consigam tocar*”. Convocado pela emoção o cantor Chico César colocou notas musicais no poema de Bessa, e o que já era belo tornou-se hino quando um grupo de artistas e músicos se reuniram para compor a produção do clipe “Espero que nomes consigam tocar!”. A homenagem aos mortos por Covid-19 acontecia como uma tentativa de sensibilizar a sociedade, expressa no texto de descrição do vídeo na plataforma *Youtube*: “sensibilizar a sociedade no sentido de celebrar a identidade e a vida dessas vítimas, iluminando suas histórias e nos rebelando quanto à maneira massificada e indigente de se contar corpos perdidos nessa dolorida batalha” (OCAM ECA/USP, 2020, p. descrição).



O outro canto “Wahanararai” foi publicado como homenagem ao indigenista e servidor da Funai, Bruno de Araújo Pereira, e ao jornalista britânico Dom Phillips, assassinados em junho de 2022, enquanto faziam uma missão na região do Vale do Javari. Bruno que tinha uma importante atuação junto aos povos isolados, foi exonerado da coordenação da Funai em 2019 durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, após sua ação em intensas operações de combate ao garimpo, à pesca ilegal e ao desmatamento em terras indígenas. As mortes de Bruno e Dom apontaram para o luto de mortes que não foram por Covid-19, mas foram mortes pela pandemia, não pelo coronavírus, mas pela ganância e pelo oportunismo da política de morte, agravada durante a pandemia.



De maneira que essa nova dobra constituída no caminhar da pesquisa, reconhece que existem as vítimas da Covid-19 e as vítimas da pandemia, e, portanto, o luto será tratado no plural.

Os cantos influenciaram igualmente na nomenclatura de título dos capítulos. O uso de expressões e termos musicais para designar capítulos e partes do texto é uma maneira de ecoar estes sons a cada passo e *pro-jeção*, na intenção objetiva de sonorizar o papel e as palavras em suas diversas formas. Com a provocação de despertar outros sentidos no leitor, serão

disponibilizados próximos ao texto Códigos *QR* (*Quick Response Code*²) que remeterão aos vídeos com os musicais referenciados, conforme já observado acima. Uma composição entre o que se lê com o que se ouve, e a experiência única que esses elementos juntos podem proporcionar para cada pessoa.

Para analisar o tema central desse estudo, o luto, foi necessário compreender conjuntamente a morte e o morrer, e a perspectiva de vida que compõe essa tríade. E no intuito de remontar o cenário cultural e existencial brasileiro onde ocorrem esses fenômenos, traremos pensamentos de povos que influenciaram e influenciam a formação sócio-histórica da população.

Como metáfora para essa seleção de fatos usaremos aqui a figura da sedimentação geológica de camadas de terra de um solo (um chão), onde cada pequeno centímetro é capaz de contar muito da história daquele lugar. Faremos essa “cova” para alcançar a camada mais profunda da população originária do Brasil, a ancestralidade indígena. Veremos também a camada da terra pisada pela influência europeia, talhada na invasão, na exploração e na ocupação irrestrita ao longo de séculos. E por fim, bem misturada à essa camada, o solo dos africanos, marcado pela população preta arrancada de sua própria terra para a servidão e toda forma de exploração. Essa camada é úmida, banhada de suor e sangue.

O objetivo não é fazer um estudo aprofundado dos povos indígenas, influências europeias e quilombolas, extraindo a riqueza de elementos que poderiam dimensionar os valores que acomodam essas existências. Servirá para este estudo os aspectos gerais sobre vida, morte e luto. Um pano de fundo para nossos reais objetivos.

Essas facetas serão mostradas em quatro capítulos, nomeados por termos e expressões musicais, conforme mencionado anteriormente. Para uma melhor compreensão do leitor, as expressões terão seus significados em notas de rodapé, sendo que a escolha de cada palavra mantém uma sutil aproximação de sentido com a parte textual. Os capítulos serão chamados de *Opus*³ e suas divisões de *Atos*⁴. Em *Opus I Escala Musical* apresentaremos os teóricos com os quais comporemos a base de nossas reflexões. Nesse primeiro encarte o marco teórico pretende propiciar bons encontros reflexivos entre os filósofos pós-estruturalistas Hannah Arendt e Michel Foucault, juntamente com os contemporâneos Judith Butler e Achille Mbembe.

² Código QR (Código de Resposta Rápida) é um código de barras, ou barramétrico, bidimensional, que pode ser facilmente escaneado usando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera. O código foi criado em 1994 pela companhia japonesa Denso Wave (Wikipédia).

³ Termo latino que significa obra ou trabalho. A partir do século XVII, seguida de um número, serve para estabelecer a ordem de classificação das obras de um compositor.

⁴ Ato (do latim actu), no contexto teatral, é uma das divisões ou unidades que compõem uma peça de teatro ou uma ópera.

Também o historiador francês Philippe Ariès que nos ajudará a pensar a morte e o luto em seus atravessamentos históricos. Na sequência os *Atos Método (Cifras e Partituras)* e *Revisão de Literatura (Harmonia)*. Para *Opus 2 Melodia* um panorama conceitual e histórico dos temas sobressalentes da pesquisa, em cinco *Atos*: Pandemia; Vida e Morte; Luto; Biossegurança e Manejo de Corpos; Cerimoniais e Rituais Fúnebres. Os Relatos coletados em entrevistas, a Análise de Conteúdo e a Discussão estarão em *Opus 3 Blues*, dividido em três *Atos*: *Embaralhando, Distribuindo e Discussão*, sendo respectivamente, o relato de familiares de vítimas fatais da Covid-19, como estavam sendo seus lutos e a importância cultural e religiosa dos rituais e cerimoniais para eles; como compreender esses relatos; e a discussão do que foi apresentado, refletindo sobre que corpos foram (são) esses que não puderam ser chorados. E finalizamos com *Opus 4 Percussão* com as Considerações Finais.

Que este estudo consiga trazer luz ao que de mais relevante se mostrar nessa caminhada.

Opus 1⁵ – Escala Musical⁶ – Referencial Metodológico

Philippe Ariès foi um dos mais influentes historiadores do século XX. Se autoneameava “historiador do fim da vida”, por considerar-se à parte dos intelectuais da época. Um apaixonado pela História Medieval e temas como a história da criança, educação, família e morte. Nasceu na França, Bois, em 1914, e viveu até 1984. Para este trabalho, seus escritos darão a sólida base para abordar a morte sem pretensões filosóficas, mas que, com o olhar de historiador, faz um importante percurso dos modos como a morte e seus ritos foram sofrendo transformações ao longo dos séculos. Transformações essas que não foram tomadas acriticamente por Ariès.

Seus livros *História da Morte no Ocidente* (1977/2003) e *O Homem perante a morte* (1977/1990) foram publicados no final da década de 1970, e pouco menos de 50 anos depois, continuam sendo importantes referências quando se estuda o tema. Um aspecto que distingue Ariès de outros historiadores de sua época, foi o modo menos seriado, uniforme e quantitativo com que tratou o tema. Enquanto outros objetivavam responder como é que se morria, como eram feitos os testamentos, partindo de frequências documentais (testamentos, obituários, inventários), Ariès parte de uma abordagem oposta, optando por fontes as mais heterogêneas possíveis, tentando compreender como é que a morte era vista, sentida e percebida pelos variados grupos sociais.

Optando assim por uma discussão mais contemporânea quanto a assepsia e o anonimato da morte, o historiador busca reconhecer nos usos e costumes dos povos esses modos de lidar. Seu olhar atravessa o aspecto cultural desejando encontrar códigos e signos que consigam trazer a morte como uma parte importantíssima da vida, e que tanto pode representar uma passagem para outro plano, quanto uma coroação pela passagem terrena.

O eixo comum que se nota na linha histórica descrita por Ariès é a morte ancorada na fé cristã, que se apresenta como um desejo de uma morte que é também encontro celestial, a morte que não representa um fim, de modo que deve ser acolhida e trabalhada para que seja, de fato, uma boa morte.

Com o advento da modernidade e da ciência, a morte passa por sua maior mudança, porque deixa de ocupar o lugar da intimidade das famílias, das casas, dos leitos conjugais, para as clínicas médicas e hospitais. A morte sofre como que um acidente que a cinde da própria

⁵ Termo latino que significa obra ou trabalho. A partir do século XVII, seguida de um número, serve para estabelecer a ordem de classificação das obras de um compositor.

⁶ Série de sons que serve de base a uma composição musical e que dá a uma peça o seu estilo de música ligeira, cigana, chinesa ou jazz, por exemplo.

vida. O que era comum e familiar, com os leitos cercados por familiares e um final de vida com despedida, ritos preparatórios pelas mulheres locais, passa a ser um corpo estranho, num leito frio, e uma burocrática tanatopraxia.

Por essas margens queremos então navegar, trazendo para esse diálogo Hannah Arendt e suas reflexões sobre o *direito a ter direitos*, ou seja, o direito que cada pessoa deve ter de pertencer à humanidade, o direito à existência (vida e morte); sobre a *violência de Estado e o perigo do não pensar*. Arendt foi sem dúvidas, uma das principais pensadoras da filosofia política do século XX.

Em seu livro *Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo* (Arendt, 1949/1998), com relação ao corpo na morte, ela afirma:

Os campos de concentração, tornando anônima a própria morte e tornando impossível saber se um prisioneiro está vivo ou morto, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada. Em certo sentido, roubaram a própria morte do indivíduo, provando que, doravante, nada – nem a morte – lhe pertencia e que ele não pertencia a ninguém. A morte apenas selava o fato de que ele jamais havia existido. (p. 503)

Pelo fato de ter vivido as perseguições do nazismo, a prisão em Paris e a espera até o deslocamento para um campo de prisioneiros, e posteriormente sua fuga para os Estados Unidos, onde viveu até sua morte, Arendt falou com intensidade e crítica sobre os fatos de seu tempo. Desenvolveu seu pensamento filosófico-político bastante próximo às discussões de Foucault quanto ao Poder Disciplinar e a Biopolítica, tendo como ponto em comum a questão da cidadania ativa, como uma abertura para a participação popular e o diálogo político.

Para Arendt (1949/1998), existe uma coexistência entre vida e morte. A vida que não se finda porque a morte não lhe foi permitida, implica quase que numa inexistência, porque se não há morte, sequer poderia ter tido vida. O simbolismo que envolve a morte e seus rituais, marca a experiência que possibilita que o enlutamento inicie o processo de adaptação dos que ficam, sem mais a presença dos que fizeram sua passagem. Define a transição da existência física para a imaginária, de modo que, a ritualização atribui à morte o caráter público, possibilitando o devido fechamento da história de alguém.

Um dos livros mais conhecidos de Arendt foi *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1963/2013). O modo como retratou o nazista Adolf Eichmann no julgamento na cidade de Jerusalém, quando foi a serviço da Revista *The New Yorker*, fizeram-na ser hostilizada por muitos da comunidade judaica estadunidense. Aqui uma breve pausa, para uma curiosa aproximação com a filósofa judia, estadunidense, feminista e lésbica, Judith Butler. A partir dos ataques às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001,

Butler passou a trazer para as suas discussões a pauta da violência política de estado. E uma de suas principais críticas está relacionada à reação norte-americana de imprimir como resposta ao terrorismo impetrado nesses ataques, uma guerra sem limites éticos contra o Afeganistão e toda a comunidade árabe. Butler (2004/2019) reconhece na decisão do governo, que inclusive conquistou grande apoio da opinião pública mundial, a codificação das vidas que importam e das que não possuem qualquer valor. A destruição do Afeganistão e o abarrotamento de “suspeitos” árabes armazenados na prisão de Guantánamo, tratados alheamente a qualquer direito humano ou acordo de proteção internacional, não dista da análise feita por Arendt quanto a sociedade constituída por pessoas semelhantes a Adolf Eichmann.

Ao tratá-lo como um homem comum, absolutamente igual a qualquer outro, Arendt faz uma importante afirmação sobre o “modelo de trabalhador nazista”. Ela cunha a expressão “banalidade do mal” em referência a esse perfil de servidor obediente, Arendt mostra a pulverização de responsabilidade que constituía a máquina do extermínio, semelhantemente ao que apontou Judith Butler. Cada cidadão, como uma pequena engrenagem, respondia por cumprir fielmente as normas do Estado: *carregar* caminhões, despachar a *carga*, *selecionar mão-de-obra*, ligar uma câmara de gás, sem que nada disso lhes fizessem sentir a prática de um genocídio. Uma imagem de peculiar semelhança com a apatia mundial frente a guerra contra o Afeganistão, e recentemente, com os aglomerados de patriotas bolsonaristas, durante a pandemia no Brasil, que funcionavam como pequenas peças também a serviço de uma máquina de extermínio. Grupos que assumiram fanaticamente as alegações de seu líder, professando o negacionismo do vírus, o uso de medicamento ineficaz, a recusa do uso de máscaras, a descrença na ciência, a propagação de informações falsas, e por fim, a não submissão à aplicação da vacina.

Desumanizar o diferente era o *modus operandi* do movimento totalitário alemão – e na estigmatização da etnia árabe pós 11 de setembro – para consolidar seu projeto de afirmação de uma raça superior, fazendo com que seus membros “cumprissem as ordens” sem serem afetados pelas ações que implicavam em violência e morte. Novamente podemos encontrar aproximações com a atuação do partidarismo e gestão de extrema direita no Brasil com a demonização de movimentos políticos de esquerda ou qualquer outro pensamento contrário, além da idolatrização de um modelo de família casta.

O filósofo francês Michel Foucault e Butler, partilham do pensamento da politização dos campos da vida social, sob o viés do corpo, do gênero e da sexualidade. Para ambos a vida é perpassada por inúmeras relações de poder que garantem as desigualdades. Foucault pensará

sobre o tensionamento existente entre os vetores que envolverão os direitos civis e a soberania popular.

Foucault (1979/1998) desenvolveu o método genealógico do pensamento, onde se faz necessário, segundo ele, estabelecer discussões para além do conceito em si, devemos buscar a historicidade das coisas. É preciso buscar compreender as relações de poder nas estruturas microespaciais.

Desse outro olhar proposto por Foucault, surgirão temáticas novas: minorias, gênero e sexualidade, cultura e vulnerabilidade, etnias etc. Com seu modo de pensar pós-estruturalista, ele propõe romper com a linguagem homogênea de narrativas nas ciências humanas bastante genéricas, trazendo novos questionamentos sobre aspectos sempre existentes, mas não abordados.

Os três principais eixos de investigação aos quais Foucault se dedicou foram: o saber, o poder e o sujeito em seus modos de subjetivação. Foucault voltou às origens históricas e culturais dos povos, querendo compreender de que modo se davam as relações na antiguidade, a constituição do saber e do poder, e se poderiam contribuir para a vida contemporânea.

Para Butler o resultado dessas relações de poder é a hierarquização entre diferentes modos de viver, definindo uma separação entre vidas que merecem viver, de modo que serão estimuladas e resguardadas, e aquelas que são abjetas, indignas até de serem lamentadas quando deixam de existir.

No foco desse estudo o pensamento sobre o luto, presente em *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* (2009/2015), Butler estabelece a distinção que ocorre em determinadas sociedades, entre as vidas que são consideradas dignas e, portanto, merecedoras de luto, e as desprezíveis, que não obtendo qualquer dignidade para viver, sequer terão o direito a uma morte celebrada. Para ela há “sujeitos” que não são reconhecidos como sujeitos, e “vidas” jamais reconhecidas como vidas, de maneira que a vulnerabilização dessas pessoas potencializa o desejo de que sejam eliminadas. A frase “bandido bom é bandido morto”, representa essa realidade. E “prefiro um filho bandido a um filho gay”, que comparada à frase anterior, determina a morte de ambos, mas também essa hierarquização marginal, ou uma gradação de vulnerabilidades. Para ela haverá uma maneira não igualitária do Estado distribuir vulnerabilidades, tornando parcelas da população bem mais suscetíveis à violência arbitrária do que outras (2004/2019).

Demaria e Salerno (2017) explicam como essa regulação de acesso ao luto depende do modo como as vidas são narradas e percebidas:

[...] Do ponto de vista semiótico, isso acontece especialmente através da articulação e desarticulação de vários elementos que constituem a própria ideia de “pessoa”: um nome, um rosto, uma biografia, um corpo e um lugar físico ou simbólico, inseridos em um espaço comunitário (...) A violência contra a vida pode prolongar-se em violência na morte, quando justamente a articulação desses elementos semióticos que definem a pessoa e a sua individualidade é de alguma forma quebrada. Quando o nome e a biografia se perdem, o corpo se torna o resto, resíduo, traço biológico. (p. 177, tradução DeepL)⁷

Ou seja, o que cada um é, ou representa, ou como é socialmente reconhecido indicará a que tipo de luto estarão sujeitos seus familiares. Em sua recente obra *Sin miedo: formas de resistencia a la violencia de hoy* (2020), inédito no Brasil no momento desta escrita, Judith Butler utiliza a expressão “*llorabilidad*” (chorabilidade) para referir-se às vidas que em suas mortes poderão ou não serem choráveis, se suas perdas serão ou não notadas. Butler (2020) parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito de terem vidas vivíveis, desfrutá-las sem serem acometidas de violências; de modo que, quando isso não acontece, e acabam vitimadas por ações violentas do Estado – por assunção ou omissão – e privadas de sua existência, teria ocorrido o que a pensadora chama de injustiça radical. Que seria para ela o ponto máximo de desigualdades sociais que podem existir em uma sociedade.

Até certo nível é esperado que nos indignemos com mortes assoladas por atos de violência, por ser um ato de injustiça. Mas tanto quanto importante, são aquelas vidas que são vítimas da condição de violência que lhes impetra o fato de não serem tomadas como dignas de existirem. A essas, que tinham o mesmo direito à vida e que mereciam a mesma oportunidade, o choro deve ser aberto, que reconheça que aquela vida perdida era valorosa, era vida, estava viva; e sua perda implica na perda do porvir, do que poderia ser, do futuro que define vidas vivíveis (Butler, 2020).

Desse modo, o enlutamento e o pleito de justiça se encontram, conforme Butler (2020), precisamente aqui, pois compreender que tais vidas mereciam ser vividas e que a ninguém competia exterminá-las, é dizer que tal extermínio é injusto. Assim, chorar essa dor

⁷ *Da un punto di vista semiotico questo avviene soprattutto attraverso l'articolazione e disarticolazione di più elementi che costituiscono l'idea stessa di "persona": un nome, un volto, una biografia, un corpo e un luogo fisico o simbolico, inserito in uno spazio comunitario, preservano l'individualità e l'identificabilità della persona così che "ogni corpo ha una precisa collocazione (...). La violenza sulla vita può prolungarsi in violenza nella morte, quando proprio l'articolazione di questi elementi semiotici che definiscono la persona e la sua individualità viene in qual che modo spezzata. Quando il nome e la biografia si perdono, il corpo di viene resto, rimanenza, traccia biologica.*

publicamente é uma maneira de manifestar uma militância aberta contra as injustiças, contra a continuidade da violência e de extermínios.

Para Butler (2020) essa injustiça teima em filtrar pessoas por sua condição socioeconômica, raça/etnia, gênero biológico, gênero identitário, orientação sexual, deficiências e talvez outros tantos marcadores. E, se tais critérios podem determinar as vidas que serão vivíveis, certamente as desigualdades sociais atravessarão os determinantes das vidas que poderão ser choradas.

Quando retomamos os aspectos trabalhados nesse estudo, de vítimas da Covid-19 e vítimas da pandemia, é possível pensar que estes em sua dor também estão reivindicando o seu direito de chorar, de chorar publicamente. Butler (2020) cita Antígona de Sófocles, “temos que poder enterrar o corpo para aceitar e chorar a perda”, para refletir a realidade das Mães e Avós da Praça de Maio, na Argentina, grupo que se organizou para localizar crianças sequestradas e desaparecidas durante a ditadura no país.

Em entrevista concedida à jornalista Juliana Gragnani da Revista Digital BBC News (2020), a psicanalista Maria Rita Kehl comparou a atual experiência vivida por familiares e amigos de vítimas fatais da Covid-19 com a impossibilidade do luto vivenciado por familiares de desaparecidos políticos. Segundo ela, inviabilizar os rituais de sepultamento em ambos os casos, implicaria em lutos complicados, mais longevos e melancólicos do que os já tristes e difíceis processos de enlutamento nos contextos normais.

O corpo retirado – *des-apropriado* – dos familiares dessas vítimas, representa esse alguém que é extraído de sua rede socioafetiva, de sua comunidade, de seus sonhos, de seus projetos, de sua história, de sua futuridade, de sua vida viva, vivível. Sem a possibilidade de realizar os rituais fúnebres de dedicação e memória aos falecidos, porque o corpo é condenado à condição de intocável, o processo de inserção ao luto fica prejudicado e o represamento afetivo estancado pela dúvida, pela raiva, pela culpa.

Achille Mbembe, filósofo camaronês, homem negro, desenvolve seus escritos inspirado no pensamento foucaultiano de biopoder, quando o Estado exerce o poder sobre os corpos. Mbembe (2011/2018) trará um novo conceito pensado a partir da ação do estado pautada na morte de determinadas pessoas, que ele chamará de *Necropolítica*.

Em seu livro de título homônimo ao conceito, Mbembe (2011/2018) cita Franz Fanon (1991) para demonstrar como o poder de morte opera:

A cidade do colonizado [...] é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do

colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, uma cidade ajoelhada. (p. 41)

A política de colonização se tornou um mecanismo de extermínio desses povos, pelo valor atribuído a eles por seus dominadores. Assim as reflexões propostas por Mbembe nos auxiliarão a pensar sobre, que corpos são esses que não puderam ser velados e chorados durante a pandemia.

Vale considerar a importância de que um filósofo negro traga a discussão de como o poder do Estado exerce a prática da morte, principalmente em um momento de pandemia global em que os noticiários brasileiros não fazem qualquer referência a como o continente africano está enfrentando a Covid-19.

Primeiro Ato – Cifras⁸ e Partituras⁹ - Método

O presente texto apresenta as escolhas feitas para o desenvolvimento dessa pesquisa. Para compreender como se dá o processo de luto de pessoas impedidas de ritualizar o corpo de um parente com quem havia construído um vínculo afetivo significativo, o estudo requereu aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa. A sujeição do trabalho deu-se em dezembro de 2020 e a aprovação em março de 2021 sob nº CAAE 43540621.0.0000.5206.

Alinhada aos objetivos desse estudo a abordagem qualitativa possibilitou trilhar por caminhos menos exatos e tampouco numéricos. Os fenômenos aqui estudados pedem outros modos de saber. A compreensão de um processo de enlutamento pode exigir mais do que constatações estatísticas, podem ser necessárias letras e nomes, e a pesquisa qualitativa traz em seus pressupostos essas possibilidades.

Assim, o fenômeno foi quem determinou a escolha de métodos e teorias apropriadas; a contextualização permitiu outros modos de ver, com novas e variadas perspectivas; as subjetividades da pesquisadora e dos participantes tiveram sua importância no processo; além da flexibilidade presente no leque de abordagens e métodos disponíveis (Flick, 2009).

A natureza aplicada da pesquisa (Gerhardt & Silveira, 2009), pretendeu construir conhecimento que fosse aproveitado em contextos que discutam o enlutamento decorrente da pandemia e da Covid-19, quais sejam: oferecer subsídios para uma ação clínica que contribua para a elaboração do luto, e apontar delineamentos possíveis que possam ser aproveitados na construção de Políticas Públicas em contextos de luto coletivo.

⁸ Símbolo usado na música para designar um acorde e a sua composição.

⁹ Representação gráfica do conjunto dos sons e silêncios de uma obra, partes instrumentais ou vocais de um trecho musical em que as diversas partes simultâneas aparecem sobrepostas.

O luto prescindido de cerimoniais de despedida surgiu de modo inesperado a partir da pandemia, que teve início em 2020. Tal medida de biossegurança fundou um modo de lidar com a morte não ritualizada até então pouco conhecido. Assim a pesquisa exploratória se ajusta ao fenômeno estudado, por tratar-se de tema advindo de um cenário mundial inédito na história recente. A impossibilidade da formulação de “hipóteses precisas e operacionalizáveis” tornam esse modelo mais apropriado para o estudo (Gil, 2008/2015, p. 27).

Foram adotados dois procedimentos específicos para a coleta de informações. No primeiro momento foi utilizada a revisão de literatura, para conhecer o que já vem sendo estudado e o que já se sabe sobre o luto, Covid-19 e cerimoniais e rituais fúnebres, priorizando os textos que apresentaram reflexões que suscitavam às temáticas. A opção por utilizar nessa revisão somente artigos científicos justifica-se pelo tempo de produção desse conhecimento, que tentava acompanhar a evolução da pandemia. Para o segundo momento foi realizada uma pesquisa de campo junto a familiares de vítimas da Covid-19.

A pesquisa bibliográfica eletrônica iniciou em 14/04/2021 e foi finalizada em 11/11/2021. Para as buscas nas bases de dados foram selecionados os descritores a partir dos dicionários de termos indexados: Terminologia em Psicologia, DeCS/MeSH e Thesaurus. Com os termos descritores selecionados, a etapa para a construção das equações de busca foi feita a partir de cinco agrupamentos. O descritor de cada grupo foi o orientador das buscas nos dicionários, e os demais, os termos indexados a este (tabela 1):

Tabela 1

Definição de Descritores e Termos Indexados

Agrupamentos	Descritores de Busca	Termos Indexados
G1	luto	sofrimento, perda, “reações à separação”, pesar;
G2	cerimonial	fúnebre, “ritos de morte”;
G3	“ritual fúnebre”	“práticas religiosas”, sepultamento, cemitério;
G4	pandemia	covid, “infecções por coronavírus”, Wuhan;
G5	“poder político”	“manobras políticas”, política, biopoder, biopolítica.

Para facilitar o processo de construção das equações de busca foi desenvolvida pela pesquisadora uma planilha no Excel – com funções de lógica e matemática – utilizando os operadores lógicos booleanos, AND, OR e NOT, para definição das equações. Do conjunto de combinações propostas resultaram sete equações de busca formuladas pela planilha, e uma oitava para busca na base Google Acadêmico, considerando que essa última plataforma não resultou significativamente às outras equações (tabela 2).

Tabela 2

Planilha com resultado de equações de busca

EQUAÇÕES DE BUSCA DEFINIDAS PELA PLANILHA
(luto OR sofrimento OR perda OR "reações à separação" OR pesar) AND (cerimonial OR fúnebre OR "ritos de morte" OR "ritual fúnebre" OR "práticas religiosas" OR sepultamento OR cemitério) AND (pandemia OR covid OR "infecções por coronavírus" OR Wuhan) AND ("poder político" OR "manobras políticas" OR política OR biopoder OR biopolítica)
(luto OR sofrimento OR perda OR "reações à separação" OR pesar) AND (cerimonial OR fúnebre OR "ritos de morte" OR "ritual fúnebre" OR "práticas religiosas" OR sepultamento OR cemitério) AND (pandemia OR covid OR "infecções por coronavírus" OR Wuhan)
(luto OR sofrimento OR perda OR "reações à separação" OR pesar) AND (pandemia OR covid OR "infecções por coronavírus" OR Wuhan)
(luto OR sofrimento OR perda OR "reações à separação" OR pesar) AND (cerimonial OR fúnebre OR "ritos de morte" OR "ritual fúnebre" OR "práticas religiosas" OR sepultamento OR cemitério)
(luto OR sofrimento OR perda OR "reações à separação" OR pesar) AND (cerimonial OR fúnebre OR "ritos de morte" OR "ritual fúnebre" OR "práticas religiosas" OR sepultamento OR cemitério) AND ("poder político" OR "manobras políticas" OR política OR biopoder OR biopolítica)
(cerimonial OR fúnebre OR "ritos de morte" OR "ritual fúnebre" OR "práticas religiosas" OR sepultamento OR cemitério) AND (pandemia OR covid OR "infecções por coronavírus" OR Wuhan)
(luto OR sofrimento OR perda OR "reações à separação" OR pesar) AND (pandemia OR covid OR "infecções por coronavírus" OR Wuhan) AND ("poder político" OR "manobras políticas" OR política OR biopoder OR biopolítica)
EQUAÇÃO DE BUSCA DEFINIDA PARA A BASE GOOGLE ACADÊMICO
luto AND ("cerimonial fúnebre" OR "ritual fúnebre") AND (pandemia OR covid)

As pesquisas foram realizadas em 4 bases de dados bibliográficos: *Scielo*, *Pepsic*, *Periódicos Capes* e *Google Acadêmico*. Feita a busca nas bases de dados, foram encontrados 845 artigos. A triagem por artigos repetidos, títulos e resumos, eliminou 829 artigos por não abordarem o tema delimitado e/ou pouca explanação do assunto e/ou pequena relevância para a pesquisa, restando 16 artigos. O filtro seguinte foi a leitura integral dos artigos que reduziu a seleção para 13 (figura 1), textos estes que foram trabalhados na íntegra, e sobre os quais refletiremos no *Segundo Ato*.

Figura 1
Seleção e Exclusão de artigos para a Revisão Bibliográfica



Para o outro momento de coleta de informações foi realizada a pesquisa de campo, e a entrevista narrativa como técnica de acolhida utilizada. Como critérios de inclusão para escolha do público, foram definidos: pessoas maiores de 18 anos; de qualquer identidade de gênero; que perderam parentes por Covid-19; pessoas vivendo no Brasil; com acesso à internet. E como critérios de exclusão: pessoas que perderam outras pessoas que não parentes por Covid-19; pessoas que perderam parentes durante a pandemia, mas não de Covid-19.

A proposta da pesquisa era de que fossem realizadas ao menos 10 entrevistas, sendo cada uma delas de no máximo 2 h. Para chegar a esses participantes foram feitos aproximadamente 20 contatos, com a disponibilização final de 12 pessoas que atenderam ao perfil estabelecido e que concordaram em participar da pesquisa. Por fim, consideramos que ampliar de 10 para 12 participantes não traria qualquer prejuízo à proposta inicial. Sendo mantido, portanto, o número de 12 participantes em entrevistas com duração média de 1h, um tempo que se mostrou suficiente para os objetivos da pesquisa. Algumas características dos participantes: quanto ao gênero 9 mulheres e 3 homens, com idades que variaram de 24 a 52 anos; os falecimentos ocorreram entre o período de 24/04/2020 e 18/04/2021; quanto ao gênero dos falecidos foram 5 mulheres e 11 homens, com idades de 25 a 85 anos; e quanto ao parentesco falecido-participante: avô (1), esposo (2), filha (1), mãe (2), pai (6), prima/o (2), e sogra/o (2).

O recurso para cooptar os participantes foi por contato de amigas/os e pessoas próximas, via aplicativo (*app*) de comunicação instantânea, informando sobre a pesquisa e “se conheciam pessoas que atendiam ao perfil de participantes da pesquisa”. Nos casos afirmativos, as pessoas foram orientadas a contatar seus conhecidos e identificar se havia interesse em participar da pesquisa. As pessoas que concordaram em participar, foram contatadas pela pesquisadora; e receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/Explicado (TCLEE). Recebido o TCLEE, foram feitos os agendamentos.

Com a impossibilidade de que as entrevistas ocorressem presencialmente em razão das deliberações dos Órgãos Sanitários que restringiram o deslocamento e aproximações sociais nessa fase da pesquisa, e com anuência do Comitê de Ética, as entrevistas ocorreram de modo síncrono por videochamadas, gravadas com o consentimento dos participantes. Nesse aspecto a metodologia contribuiu para que pessoas de qualquer lugar do Brasil pudessem participar.

Para propiciar ao participante a assunção de um lugar ativo no relato, foi utilizada uma técnica aberta de entrevista narrativa, onde pôde discorrer sobre sua experiência em um discurso livre, construído do modo como desejasse, sem interferências da pesquisadora (Rosenthal, 2014). O recurso da entrevista *online* permitiu que as pessoas escolhessem o local onde preferissem estar e se sentissem mais confortáveis e seguras. Um dos cuidados adotados para as entrevistas foi de conduzi-las de maneira que houvesse uma relação de confiança e acolhimento, propiciando tranquilidade aos participantes. Desse modo foram informadas sobre o propósito do trabalho a partir da pergunta disparadora, e consultadas sobre a possibilidade de gravação da conversa em áudio e vídeo, o que foi consentido unanimemente.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 14/07/2021 e 26/07/2021, agendadas previamente e confirmadas via *app* de comunicação instantânea. Para registro das conversas em áudio e vídeo foi utilizado o *Software Wondershare Democreator*, versão gratuita. Para a comunicação de videochamada foram utilizados os Programas *PsicoManager*, assinatura anual, e como segunda alternativa o Aplicativo *Whatsapp*, gratuito. Na análise do material as entrevistas foram transcritas valendo-se da ferramenta digital *OTranscribe* para agilizar o processo, com revisão final da pesquisadora.

A questão disparadora foi lida no início de cada entrevista: “*Estou interessada em compreender como está sendo a experiência de vida das pessoas que perderam parentes próximos vítimas da Covid-19. Sabemos que muitas dessas pessoas não puderam realizar cerimônias de despedida de seus parentes, razão pela qual essa situação passou a ocupar nossa atenção. Nós gostaríamos que você construísse seu relato falando sobre a maneira como você está vivendo a morte dessa(s) pessoa(s), em que a cerimônia de despedida foi diferente do que*

era permitido em outros momentos sem pandemia. Você pode relatar tudo o que achar necessário, e utilizar o tempo que precisar. No início eu não vou fazer nenhuma interrupção, vou apenas tomar notas, para mais tarde retomar alguns temas, se for necessário” (Adaptado de Rosenthal, 2014, seção 5.4.3). Após lida a pergunta disparadora os participantes foram informados sobre sua livre opção de interromper a conversa em qualquer momento e pelo tempo que desejassem, caso o relato se tornasse difícil.

Optar por um método que adota o princípio da abertura, significa conforme Rosenthal (2014) permitir que ele se dê do modo mais livre e natural possível, destituindo a pesquisadora de seus pressupostos. Para o tratamento dos dados recorreremos a metodologia interpretativa com o recurso da Análise do Discurso, subsidiada pelo trabalho da pesquisadora Conceição Nogueira. Nogueira se apoia nos estudos de Foucault para orientar sobre os modos de se debruçar sobre um discurso. Os *discursos* de modo geral são *des-nudados* ou *re-vestidos* à medida que são utilizados como meio emergente de comunicar determinadas realidades.

Nogueira (2001, p. 28) assim define as práticas discursivas:

As práticas discursivas são afinal práticas sociais, produzidas através de relações de poder concretas, numa época determinada; estas relações, por seu lado, apontam para certos efeitos que regulam e controlam a ordem social (Lombart, 1995).

Segundo ela importa aos analistas do discurso identificar os padrões de linguagem interligados com as práticas sociais, bem como a importância com que estas são acomodadas na sociedade e nas pessoas. Nogueira destaca que:

Este tipo de análise é também considerado macro porque em vez de se preocupar com pequenos segmentos do texto recorre a métodos essencialmente taxonômicos, procurando identificar e descrever quais são os principais Discursos em questão. (2001, p. 30)

Segundo Ato – Harmonia¹⁰ – Revisão de Literatura

Muito embora a temática do luto esteja presente em vários estudos e seja tema de farta bibliografia, o enlutamento decorrente de uma vivência tão específica, que é a impossibilidade de ritualizar, deve surgir como um fenômeno social a partir da pandemia da Covid-19, e uma experiência a ser investigada.

Dos treze artigos selecionados com aproximação temática dos objetivos deste estudo nove foram escritos/publicados em 2020 e quatro em 2021. Os artigos apontaram a limitação do próprio estudo em investigar o fenômeno da pandemia, indicando a importância de que

¹⁰ Ciência dos acordes com a sua sonoridade global e encadeamentos.

outros trabalhos o fizessem, observando principalmente como se darão os processos de luto das famílias que perderam entes queridos em virtude da Covid-19.

Durante a análise dos escritos a disposição cronológica dos artigos pareceu relevante em função da progressão da pandemia e os novos eventos que estavam surgindo. Para tanto, nove elementos com maior destaque nos textos serviram de norteadores para a explanação desta etapa.

Os cinco elementos que apareceram com maior frequência foram: biossegurança, rituais, luto, ações alternativas para os rituais e população vulnerável. Dos temas menos mensurados nos textos destaque: as reações e impactos sociais, políticas públicas, morte e vacinas. Nestes aspectos a cronologia identifica não os eventos mais importantes, mas o foco e a atenção que se manteve em cada um deles, com o avanço da doença.

Assim a linha de conexão inicial que atinava à investigação dos pesquisadores eram os protocolos de biossegurança que afetavam diretamente no modo de ritualizar os mortos; os possíveis efeitos na vivência do luto; modos alternativos de celebração e as populações mais vulnerabilizadas nesse processo.

As primeiras orientações divulgadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) davam conta da descoberta de um novo coronavírus, com os primeiros casos de infecção na província de Wuhan, na China. A OMS apontava que o vírus causava a doença Covid-19, que a transmissão ocorria somente entre humanos, por qualquer partícula capaz de transportar o vírus, e que a infecção era facilitada pelo contato próximo entre pessoas (Lupion, 2021).

O crescente número de infectados e mortos devido à alta transmissibilidade e letalidade do vírus levou as autoridades sanitárias a adotarem medidas de biossegurança e proteção.

Para tentar frear a transmissão da Covid-19 as recomendações incluíam inicialmente ações não farmacológicas, como o isolamento e distanciamento social, o fechamento das fronteiras, além do impedimento de grandes deslocamentos mesmo em território nacional (Crepaldi et al., 2020; Oliveira et al., 2020).

Com o avanço da doença e o crescimento no número de adoecimentos graves e internações, o sistema de saúde passou a ser uma preocupação das autoridades pela dificuldade em absorver tantos doentes graves simultaneamente. A recuperação em ambiente hospitalar poderia levar de semanas a meses, de modo que o achatamento da curva de contágio era vital para evitar o colapso no acesso aos leitos hospitalares (Giamattey et al., 2021; Lupion, 2021; Orsini et al., 2020).

Um dos primeiros artigos publicado no Brasil situava a pandemia como um fenômeno que causava um quantitativo alto de mortes. E que além das vidas perdidas, a pandemia

provocava a perda de rotinas, a interferência nas relações sociais e a queda na condição financeira das famílias (Crepaldi et al., 2020). Oliveira et al. (2020) também mencionam o quanto as medidas de biossegurança impactaram na constituição de projetos e sonhos. Essa análise reforça a compreensão de que o luto é um fenômeno que tem uma característica plural.

A historiadora e pesquisadora Lupion (2021, p. 237) destaca em seu trabalho algumas medidas de segurança propostas por órgãos sanitários e aplicadas a toda população: “[...] uso de máscaras descartáveis ou não, a higienização das mãos, de objetos e alimentos com sabão comum ou álcool em gel bem como evitar aglomerações [...]”.

Os estudos apontaram a importância dos fatores comportamentais para o controle da disseminação do vírus, mas também o quanto tais medidas interferiram no contato de familiares com parentes hospitalizados (Crepaldi et al., 2020; Fontes et al., 2020; Lupion, 2021; Orsini et al., 2020).

Importantes estudos fazem referência à imprescindibilidade que o apoio familiar tem em relação à saúde mental de um paciente terminal, permitindo o fechamento de questões pendentes que atormentam a ele e aos familiares (Borges et al., 2006; Kübler-Ross, 1981). De maneira que os benefícios presentes nas interações familiares durante a internação são mútuos, “mecanismos de apoio social e individual” se constituem durante a visita ou permanência do familiar ao lado do leito do doente (Fontes et al., 2020, p. 310).

Em outro estudo as pesquisadoras Cabral et al. (2020) escreveram sobre o adeus negado às vítimas da Covid-19. As autoras enfatizam a preocupação nos processos de luto decorrentes de um cenário pandêmico em que os familiares são privados de acompanhar seus entes hospitalizados e estes impedidos de qualquer presença familiar. Elas indagam:

Esse adeus negado inicia-se a partir das medidas de segurança tomadas assim que o paciente é internado e impedido de manter contato físico com familiares e amigos com ele – um afastamento que se torna definitivo aos que vão a óbito, pois nem velório é permitido. (p. 283)

Uma experiência retirada dos familiares enlutados durante a pandemia. Para elas o sofrimento impingido aos pacientes internados talvez seja o aspecto mais doloroso a eles imposto, que vivem seus últimos momentos em solidão, isolados e separados de sua rede socioafetiva (Cabral et al., 2020). Nesse aspecto Cabral et al. reconhecem a violação da dignidade da pessoa humana, pela maneira desumana em que os pacientes de Covid-19 estão morrendo nos hospitais, na mais completa solidão.

Muitos foram os depoimentos publicados nos diversos veículos de comunicação de familiares de vítimas da Covid-19. Na pesquisa desenvolvida por Cardoso et al. (2020) foram

coletados relatos e testemunhos de familiares publicados nas mídias digitais. É possível identificar nos depoimentos como a impossibilidade de acompanhar o ente no contexto hospitalar se mostrou fator desencadeador de sofrimento: “O irmão do meu pai está no hospital em estado grave. O mais triste de tudo é que a família não pode estar junto do doente, dando força, cuidando minimamente. Uma verdadeira solidão [sobrinha]” (p. 4). Em outro relato: “Quanta dor você ver um ente amado sozinho em um leito de UTI, isolada, se sentindo abandonada...” (p. 5).

Acompanhando essa perspectiva, Lupion (2021, p. 238) aborda a gestão dos corpos mortos e os protocolos praticados pela Prefeitura de Maringá. A autora adota o conceito de “gestão social do corpo” apresentado na trilogia “*A História do Corpo*” – de Corbin, Courtine e Vigarello (2012a) – para falar do corpo para além da materialidade e das ações sanitárias necessárias para o seu manejo. Segundo esse conceito o corpo é um elemento sócio-histórico, afetado pela cultura e principalmente por aspectos emocionais, afetivos, pelas “*crenças e histórias*”, e compreendê-lo implica conhecer o contexto em que ele habita (Lupion, 2021, p. 238).

Uma publicação de 2019 organizada pelos pesquisadores Ann H. Kelly, Frédéric Keck e Christos Lynteris, intitulada *The Anthropology of Epidemics*, reuniu diversos textos que abordaram as epidemias enquanto fenômenos sociais. Kelly, Keck e Lynteris concordam que a adoção de protocolos de biossegurança em contextos emergenciais, como ocorre em epidemias, implica muitas vezes por “promover o pretexto para a extensão do poder governamental sobre todas as formas de vida e modos de viver” (p. 4, trad. *DeepL*), um apontamento recorrente nos estudos de Foucault, onde o filósofo francês relacionava a emergência de tecnologias de poder mais oportunas durante o enfrentamento de grandes episódios epidemiológicos (Alves, 2020).

Lupion (2021) menciona o pensamento foucaultiano da disciplinarização dos corpos para ressaltar a submissão imposta ao corpo pela medicina e pelo Estado. Ela destaca que esses dois agentes irão atuar principalmente pela imposição de normas e deveres presentes no processo de socialização.

A ideia da docilizar os corpos desenvolvida por Foucault também aparece no trabalho de Silva e Estellita-Lins (2021). Eles apontam o quanto que os protocolos de biossegurança universais quando inseridos em contextos particulares, como no caso dos povos originários, tendem a suprimir seus ritos funerários. De certa maneira para esses autores, as práticas e os rituais de povos tradicionais são suspensos pelos governos locais em grande medida como uma ação higienista:

É preciso atentar para como a aplicação de protocolos biosseguros universais, no momento em que se inserem em contextos culturais particulares, tendem a promover uma argumentação ao redor do caráter [i]minutamente insalubre de determinadas práticas de cuidado e ritos funerários nativos, contribuindo para uma estigmatização colonialista que acaba por aprofundar os impactos das epidemias. (Silva & Estelita-Lins, 2021, p. 279)

Com os novos protocolos envolvendo o manejo e a gestão dos corpos foi possível perceber importantes mudanças relacionadas aos rituais fúnebres, possíveis “novos modos” de viver o luto, e as desigualdades presentes em contextos culturais específicos. Outro aspecto relacionado à gestão de corpos no Brasil, que foi tema de inúmeras denúncias nos telejornais, foi a ausência de planejamento e coordenação eficientes na comunicação com os familiares das vítimas, que em muitos casos não sabiam sequer que seus entes haviam morrido e já estavam sepultados.

Em 2006 a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) publicou a primeira edição do Manual para equipes de primeira resposta em desastres, sobre a *Gestão de Cadáveres após Desastres*. Um material de extrema utilidade para equipes de ajuda humanitária na administração adequada de cadáveres, além de promover a compreensão do “porquê” é tão relevante que esse trabalho seja conduzido com respeito e dignidade (OPAS, 2016). Em 2016 o Manual foi atualizado por iniciativa da OMS e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), e revisão da OPAS e da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

O diretor adjunto de Assuntos Forenses da CICV, Oran Finegan, publicou um artigo com outros pesquisadores em 2020, em que destacou a importância do cuidado com os corpos mortos por Covid-19:

A gestão de um grande número de cadáveres exige que sejam adotadas todas as medidas necessárias para assegurar a sua documentação e rastreabilidade por toda parte, desde a constatação do óbito até o armazenamento e destinação final, para evitar sua perda ou extravio e/ou as informações correspondentes. (Finegan et al. & ICRC Advisory Group on the Management of COVID-19 Related Fatalities, 2020, p. 130, trad. *DeepL*)

Durante os primeiros meses da pandemia os funerais restritos com um número mínimo de pessoas foram expandidos mesmo para pessoas que morreram por outros diagnósticos. Mas o impedimento de ritualizar deu-se principalmente para aqueles que tinham o indicativo de suspeita ou confirmação de Covid-19 (Oliveira et al., 2020).

As pesquisadoras Sunde e Sunde descrevem como estavam acontecendo esses sepultamentos e mencionam o aspecto do risco biológico do corpo, sobre o qual nos deteremos um pouco mais. Relatam as pesquisadoras:

[...] os sepultamentos acontecem sem a despedida dos parentes e sem cerimônias fúnebres, não devem contar com aglomerado de pessoas, respeitando a distância mínima de, pelo menos, dois metros entre elas, bem como outras medidas de isolamento social e de etiqueta respiratória; não pelo risco biológico do corpo, mas sim pela contraindicação de aglomerações. (Sunde & Sunde, 2020, p. 704)

Desse modo, segundo elas o enterro biosseguro com uma limitação de pessoas no velório se justificava mais para evitar aglomerações do que por qualquer risco de contágio relacionado ao corpo. Sobre o aspecto envolvendo o risco biológico do corpo outros estudos trouxeram algumas afirmações divergentes. E para este ponto consideramos relevante seguir a sequência cronológica das publicações em decorrência de novos estudos que estavam sendo feitos.

As pesquisadoras Oliveira et al. trazem uma informação diferente sobre o risco biológico do corpo:

[...] se o diagnóstico da pessoa falecida for de COVID-19, as famílias não têm direito de realizar os ritos de despedida; pois aumentam o risco de infecção, uma vez que as vítimas de COVID-19 são identificadas como “agente biológico classe de risco 3^{11,12}”, em uma escala de quatro níveis. (2020, p. 57)

Um outro estudo de 2020 conduzido por Crepaldi et al. (2020, p. 5) aponta possíveis riscos relacionados somente aos procedimentos de tanatopraxia: “Procedimentos de tanatopraxia (e.g., limpeza e preparação do corpo para homenagens fúnebres, o que tem um significado importante para muitas culturas) não são recomendáveis, devido ao alto risco de transmissão póstuma da COVID-19”.

Já em 2021 Lupion menciona em seu trabalho uma pesquisa em andamento conduzida pela *University Medical Center de Hamburgo*, na Alemanha, que constatou a contaminação no

¹¹A classificação de risco de um determinado agente biológico baseia-se em diversos critérios que orientam a avaliação de risco e está principalmente orientada pelo potencial de risco que oferece ao indivíduo, à comunidade e ao meio ambiente (MS 2017).

¹²Classe de risco 3 (alto risco individual e moderado risco para a comunidade): inclui os agentes biológicos que possuem capacidade de transmissão, em especial por via respiratória, e que causam doenças potencialmente letais em humanos ou animais, e para os quais existem, usualmente, medidas profiláticas e terapêuticas. (MS 2021).

post mortem por até aproximadamente 36 horas em alguns cadáveres. A condição estabelecida pela OMS, diz:

Exceto nos casos de febre hemorrágica (como Ebola, Marburg) e cólera, cadáveres não são geralmente infecciosos. Somente os pulmões dos pacientes com influenza pandêmica, se manuseado incorretamente durante uma autópsia, pode ser infeccioso. De outra forma, cadáveres não transmitem doenças [...]. (OMS, 2020, p. 1)

Para a OMS a não infecção dos corpos pós-morte implica em protocolos de biossegurança mais flexíveis:

- A dignidade dos mortos, sua cultura e religião, tradições e suas famílias, devem ser respeitadas e protegidas por todos os envolvidos;
- A eliminação apressada de mortos da COVID-19 deve ser evitada;
- As autoridades devem gerenciar cada situação caso a caso, equilibrando os direitos da família, a necessidade de investigar a causa da morte e os riscos de exposição à infecção (OMS, 2020, p. 1). [Texto com correções gramaticais incorporadas]

A adoção dessas medidas visa tornar esse momento mais humanizado e respeitoso para os enlutados:

A Organização [OMS] reconhece que os familiares enlutados tenham o direito de ver o ente falecido antes do sepultamento e, ainda que não possam tocá-lo, devem fazer uso de “precauções padrão” como a higienização das mãos, por exemplo. (...) De forma específica a Organização não estabelece um período mínimo ou máximo para os velórios salientando apenas que estes devem ocorrer em tempo hábil e de acordo com as práticas locais evitando-se funerais e cerimônias que não envolvam o enterro. (Lupion, 2021, p. 242)

De certo modo as recomendações de protocolos de biossegurança da OMS na gestão dos corpos durante a pandemia foram aparentemente ignoradas pelo Ministério da Saúde (MS), que optou por medidas altamente restritivas justificadas pelo risco de aglomerações nos funerais. Os rituais foram suprimidos completamente ou readaptados. As interações com os parentes hospitalizados tão importantes nos rituais de despedida ou na própria recuperação dos enfermos foram restringidas.

As pesquisadoras Crepaldi et al. indicam a importância dos rituais de despedida a pacientes em risco de morte e seu potencial para auxiliar no luto:

Os rituais de despedida acontecem por meio de incentivo à comunicação familiar, definição de questões não resolvidas, compartilhamento de bons momentos vividos

juntos, agradecimentos e pedidos de perdão, revelando-se promotores de qualidade de morte para os doentes e de qualidade de vida para os familiares. (2020, p. 4)

Assim os rituais mortuários que segundo os estudos favorecem tanto no processo de despedida quanto no de elaboração do luto, com as proibições ou restrições impostas durante a pandemia poderão influenciar nessas construções, dificultando a “adoção de estratégias de enfrentamento” nesses processos (Magalhães et al., 2020, p. 2).

Para Fontes et al. (2020) os rituais têm um papel unificador entre os povos. Segundo as pesquisadoras a percepção de sua própria existência e finitude teria levado a humanidade a tais práticas sagradas. Oliveira et al. (2020) complementam essa mesma ideia:

Em geral, existem ritos, normas e formas de expressão do luto que são derivados de diferentes concepções da vida e da morte. A realização dos rituais que a cultura comunitária estabelece faz parte do processo de recuperação dos sobreviventes. Todos os povos ritualizam seus mortos e apresentam maneira similar de reação diante da perda de um ente querido. (p. 56)

É unânime entre as pesquisadoras estudadas de que as interferências e/ou ausências de rituais mortuários podem gerar complicações no processo de elaboração de luto, com possíveis repercussões na saúde mental dos enlutados (Cardoso et al., 2020; Crepaldi et al., 2020; Magalhães et al., 2020; Oliveira et al., 2020; Silva & Lins 2021).

Já nas culturas particulares não-cosmopolitas a falta de orientações específicas quanto a procedimentos fúnebres envolvendo as práticas ritualísticas pode gerar importantes desequilíbrios. Os povos Yanomami, por exemplo, têm em seus rituais o perímetro que separa o mundo dos vivos ao dos mortos. Para eles enquanto as cinzas do morto não forem totalmente eliminadas, o povoado fica sujeito a outras mortes e adoecimentos (Silva & Estellita-Lins, 2021). De maneira que a compulsoriedade de um modo próprio de enterro biosseguro é vista por esses autores como uma “ofensa” ao morto e seus familiares:

Nessa decisão, que é integralmente política, o que “sobra” no enterro forçado dos Yanomami é todo o espectro de violência contra os corpos e almas, as famílias e comunidades, contra todo um povo, suas concepções de mundo, da vida, da morte. [...] No contexto da pandemia da Covid-19, os Yanomami impedidos de realizar o funeral de seus parentes serão, novamente, obrigados ao luto estendido, permanecendo expostos aos maus tratos da saudade e dos *pore*¹³. [...] É preciso, urgentemente, reconhecer a particularidade das experiências indígenas nesse contexto, pois há um abismo

¹³O fantasma que cada vivente traz em si enquanto componente da pessoa.

insuportável entre a imposição de adaptações biosseguras e a violência de impedir totalmente o cuidado apropriado para com os mortos e o trabalho de luto para os vivos. (Silva & Estellita-Lins, 2021, pp. 279-282)

O indigenista francês Bruce Albert também reconhece que para os yanomami e para qualquer outro povo, a impossibilidade de ritualizar um morto conforme se propõe no enterro biosseguro durante a pandemia, é um ato “inumano”, “infame” (Albert, 2020, s./p.). Conforme afirma Smiljanic, nas comunidades indígenas descumprir alguns ritos é um “prenúncio do fim da sociedade” (2002, p. 152). Como destaca Lupion os cerimoniais fúnebres estão para além do “descarte de pessoas mortas” (2021, p. 238).

As pesquisadoras Silva et al. (2021) relatam em seu trabalho uma ação judicial apresentada pela Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afroameríndia (AFA). A AFA acionou o Ministério Público do Estado da Bahia e o Ministério Público Federal requerendo que fossem respeitadas as práticas tradicionais de sepultamentos dos adeptos do Candomblé. A ação foi interposta no início de abril de 2020 quando o Brasil já anunciava as primeiras mortes por Covid-19. Temendo que alguma norma fosse decretada estabelecendo cremação compulsória, a AFA já buscava atenuar sofrimento e garantir direitos relacionados às especificidades culturais da população:

Segundo Leonel Monteiro, presidente da AFA, a mobilização baseou-se na crença de que após a morte de um iniciado, o corpo deve ser enterrado no chão, para “fechar o ciclo da vida de forma correta”. Cremar o corpo é “violação grave” do preceito de depósito do morto na terra, para que seu espírito “siga o seu caminho” (Hortélio, 2020, s./p.). [...] O não cumprimento deste preceito pode causar problemas espirituais e psicológicos para familiares do iniciado [...]. (p. 217)

Dos estudos selecionados nesta revisão, somente este informa sobre uma ação judicial específica para garantir um enterro que respeitasse as tradições próprias de um grupo.

O artigo escrito pela historiadora Lupion (2021) é elucidativo ao apresentar fatos que refletem sobre a realidade da supressão dos rituais fúnebres e o contexto político. Ela aponta por exemplo que a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) publicou em 2020 boletins que noticiavam sobre a Covid-19, e que nestes boletins foram narrados fatos em que mesmo sabido que os cadáveres não eram foco de contágio, o MS adotou medidas que impediram as necrópsias¹⁴ para saber a causa da morte.

¹⁴*Necrópsia ou Necropsia s.f.* É uma série de procedimentos e observações, organizada e hierarquizada, realizada ao cadáver com o objetivo de determinar o que provocou a sua morte. Autópsia e necrópsia têm sido usadas como sinônimos.

Esse mesmo aspecto foi denunciado no trabalho das autoras Azevedo et al., onde dizem que tais disposições do MS além de afetar as populações mais carentes, também deixaram centenas de milhares de familiares enlutados sem saber a verdadeira causa da morte de seus entes. O que para elas trata-se de um elemento relevante para o processo de vivência do luto (2020, p. 6).

Para Azevedo et al., os reais motivos da não realização das necrópsias eram em razão da “adaptação à nossa realidade de Institutos Médicos Legais (IML) e Serviços de Verificação de Óbito (SVO) sem salas de necrópsia que atendam às normas de biossegurança” (2020, p. 6), incorrendo na decisão de priorizar o risco.

Os estudos iniciais publicados ainda em 2020 no Brasil já destacavam a preocupação com a condução política da pandemia no país (Oliveira et al.; Orsini et al.; Rente & Merhy). Nem toda a população parecia convencida da gravidade da doença, incentivada em grande parte por falas e atitudes do então presidente Jair Bolsonaro que minimizava a quantidade de pessoas mortas em função do novo coronavírus. Em 24 de março de 2020 quando o Brasil alcançou a triste marca de 5 mil mortos por Covid-19, ao ser inquirido por jornalistas sobre essa marca o então presidente respondeu: *“E daí? Lamento. Quer que eu faça o que?”*, e ironizou *“Eu sou Messias, mas não faço milagre”*, fazendo referência ao próprio nome (Carta Capital, 2020, s./p.).

O site *Poder360* se define como um grupo de comunicação jornalística que se propõe a aperfeiçoar a democracia apurando a verdade dos fatos. Em 2022 eles publicaram uma síntese das frases ditas por Bolsonaro ao longo de 2 anos de pandemia:

MORTOS / DATA	FALAS DE BOLSONARO	CONTEXTUALIZAÇÃO
0 Mortes 09/03/2020	“Superdimensionado”	“Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por questões econômicas”, disse o presidente durante viagem aos Estados Unidos.
11 Mortes 20/03/2020	“Gripezinha”	Presidente afirmou que não seria uma “gripezinha” que o derrubaria depois de ter sido esfaqueado em 2018. Também usou o termo em pronunciamento no dia 24 de março.
77 Mortes 26/03/2020	“Brasileiro pula em esgoto e não acontece nada”	Bolsonaro disse que o brasileiro precisa ser “estudado” porque é capaz de pular “no esgoto” sem que nada aconteça com ele. Deu a declaração ao ser indagado se o Brasil não chegaria à situação dos Estados Unidos, que na época somava 82 mil casos da doença.
2.584 Mortes 20/04/2020	“Eu não sou coveiro”	O chefe do Executivo se negou a responder pergunta de jornalista sobre quantidade mortos por Covid-19 no Brasil: “Eu não sou coveiro”, afirmou.

5.050 Mortes 28/04/2020	“E daí, lamento. Quer que eu faça o que?”	Presidente sobre o recorde de mortes por covid da época: 5.017 o número total de óbitos provocadas pela doença naquele mês. “E daí, lamento. Quer que eu faça o que? Sou Messias, mas não faço milagre”, disse.
162.829 Mortes 10/11/2020	“País de maricas”	O presidente Jair Bolsonaro disse que o Brasil tem que deixar de ser 1 país de “maricas” – termo pejorativo para se referir a homossexuais. Na época, o presidente afirmou que a pandemia de coronavírus era superdimensionada. “Geração hoje em dia é Nutella”, completou.
184.827 Mortes 17/12/2020	“Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso”	Na ocasião, o presidente voltou a afirmar que é contrário à vacinação obrigatória contra Covid-19. Se referindo à vacina da Pfizer, disse que o contrato da farmacêutica é claro na parte em que a empresa não se responsabiliza por possíveis efeitos colaterais causados pelo imunizante. “Se você virar um jacaré, problema de você [sic]. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso. O que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas”, afirmou.
197.777 Mortes 05/01/2021	“O Brasil está quebrado. Eu não consigo fazer nada”	Depois de voltar do recesso em Guarujá (SP), Bolsonaro afirmou que o Brasil está “quebrado” e que “não consegue fazer nada”. “Eu queria mexer na tabela do Imposto de Renda, teve esse vírus potencializado pela mídia que nós temos, pela mídia sem caráter que nós temos”, completou.
215.243 Mortes 22/01/2021	“Não está comprovada cientificamente”, disse Bolsonaro sobre CoronaVac	O presidente Jair Bolsonaro disse que “não há nada comprovado cientificamente sobre essa vacina aí”, fazendo referência a CoronaVac. O imunizante tem eficácia global de 50,4%, segundo o Instituto Butantan, responsável pela fabricação do imunizante no Brasil.
236.201 Mortes 11/02/2021	“O cara que entra na pilha da vacina é um idiota”	A declaração foi realizada durante transmissão nos perfis das redes sociais de Bolsonaro. “Quando eu falei remédio lá atrás, levei pancada. Nego bateu em mim até não querer mais. Entrou na pilha da vacina”, disse. E completou: “O cara que entra na pilha da vacina, só a vacina, é um idiota útil. Nós devemos ter várias opções”.
260.970 Mortes 04/03/2021	“Vai comprar vacina. Só se for na casa da sua mãe”	Em conversa com apoiadores em Uberlândia, o presidente criticou a compra de vacinas contra a Covid-19 pelo governo federal. Na ocasião, disse que havia editado medidas provisórias para destinar R\$ 20 bilhões para compra de vacinas.
432.628 Mortes 14/05/2021	“Se falar Cloroquina é crime, falar em maconha é legal”	Em conversa com apoiadores, Bolsonaro criticou o projeto de lei 399, ao dizer que falar de cloroquina no Brasil era crime, mas maconha “é legal”. O projeto tinha como objetivo aumentar o acesso a medicamentos à base de Cannabis.
436.5371 Mortes 17/05/2021	“Tem alguns idiotas que até hoje ficam em casa”	A declaração ocorreu em conversa com apoiadores ao se referir a uma manifestação organizada por muralistas no dia 15 de maio de 2021. “O agro realmente não parou. Tem uns idiotas aí, o ‘fique em casa’. Tem alguns idiotas que até hoje ficam em casa. Se o campo tivesse ficado em casa, esse cara tinha morrido de fome, esse idiota tinha morrido de fome”.

479.515 Mortes 09/06/2021	“Nunca vi ninguém morrer por tomar hidroxicloroquina”	O chefe do Executivo defendeu o medicamento, que não tem eficácia comprovada, durante culto evangélico em Anápolis (GO). “A vacina tem comprovação científica ou está em estado experimental ainda? Está [em estado] experimental”, completou.
496.004 Mortes 17/06/2021	“Quem pegou o vírus está imunizado”	Em live no seu perfil nas redes sociais, Bolsonaro disse que já se considerava imunizado por ter contraído a Covid-19. “Todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina, porque você pegou vírus para valer”, completou.
511.142 Mortes 25/06/2021	“Tapetão por tapetão sou mais o meu” sobre CPI	Sem dar detalhes do que seria seu “tapetão”, Bolsonaro deu a declaração durante evento com empresários em Chapecó (SC) para criticar a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da covid no Senado.
549.448 Mortes 24/07/2021	“Se eu estivesse coordenando a pandemia não teria morrido tanta gente”	“O presidente disse a apoiadores que se tivesse coordenado a pandemia da covid, com a adoção do tratamento precoce, o número de vítimas da pandemia seria menor. O tratamento ao qual ele se referia não tem eficácia comprovada cientificamente”, disse.
581.914 Mortes 02/09/2020	“[estou] melhor que o pessoal que tomou CoronaVac”	Em transmissão ao vivo em seu perfil nas redes sociais, Bolsonaro voltou a criticar a eficácia da CoronaVac. “Falei que meu IgG está 991. Eu estou muito bem, melhor que o pessoal que tomou CoronaVac. Melhor não”, afirmou.
584.421 Mortes 08/09/2021	“Covid apenas encurtou a vida delas por algumas semanas”	O presidente Bolsonaro disse, em entrevista aos alemães Vicky Richter e Markus Haintz, ligados à direita radical, que a Covid-19 apenas encurtou “por alguns dias ou algumas semanas” a vida das pessoas que tinham comorbidades.
615.179 Mortes 02/12/2021	“Deixa eu morrer, problema é meu”	Em live semanal em seu perfil nas redes sociais, presidente disse que “muita gente de esquerda” desejando a sua morte. “Se quer a minha morte, por que fica querendo exigir que eu tome a vacina?”, completou.
616.018 Mortes 07/12/2021	“Quer fechar de novo, porra?”, disse sobre a Anvisa	O presidente Jair Bolsonaro reclamou durante evento organizado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) da sugestão de especialistas da área da saúde para implantar o passaporte de vacina nas fronteiras do país. “Estamos trabalhando agora com a Anvisa, que quer fechar o espaço aéreo. De novo, porra? Ah, a Ômicron. Vai ter um montão de vírus pela frente, de variantes talvez”.
616.018 Mortes 07/12/2021	“Coleira que querem botar no povo brasileiro”, disse sobre passaporte vacinal	Em evento no Palácio do Planalto, o chefe do Executivo disse que o passaporte da vacina era uma coleira que queriam impor no Brasil. “Cadê nossa liberdade? Prefiro morrer do que perder minha liberdade”, afirmou na ocasião.

618.392 Mortes 24/12/2021	“Não tá havendo morte de criança que justifique”	Presidente disse que o número de mortes de crianças por Covid-19 não justifica a vacinação emergencial contra covid para essa faixa etária, o que ele chamou de “medida emergencial”. Na ocasião, ele disse que é o “pai que decide em 1º lugar”.
619.641 Mortes 06/01/2022	“Qual o interesse da Anvisa por trás disso aí?”	Presidente questionou, durante entrevista à TV Nordeste, o interesse da Anvisa na aprovação de vacinas pediátricas da Pfizer contra a Covid-19. “Qual o interesse das pessoas taradas por vacina?”, completou na sequência.
620.371 Mortes 12/01/2022	“Ômicron é bem-vinda”	Em entrevista à Gazeta Brasil, o presidente disse: “Dizem [que a Ômicron] até que seria um vírus vacinal. Deveriam até... Segundo algumas pessoas estudiosas e sérias —e não vinculadas à farmacêuticas —dizem que a Ômicron é bem-vinda e pode sim sinalizar o fim da pandemia”.
622.801 Mortes 22/01/2022	“Lamento profundamente, mas é um número insignificante”	Bolsonaro disse que o número de mortes de crianças por covid é “insignificante” em conversas com jornalistas em Eldorado (SP). “Tem que levar em conta se elas tinham comorbidade também, disse.

As falas expressas nesse compêndio poderiam ser suficientes para dimensionar a ineficiência e incompetência na gestão política da pandemia, não fosse a quantidade escandalosa de pessoas mortas e milhões de outras em reabilitação, que apontam para uma eficiente e competente gestão política de extermínio.

Rente e Merhy (2020) fazem uma discussão sobre o cenário nacional e a vulnerabilidade em nosso país que atinge principalmente as chamadas vidas não-brancas. Elas argumentam quanto aos modos de enfrentamento “não-violentos” a serem construídos diante de um governo nocivo que opera na lógica bélica e de dominação, amparado por posições políticas negacionistas, nefastas, cruéis e mortais (Rente & Merhy, 2020; ver também Lupion, 2021; Oliveira et al., 2020).

Não foram poucas as críticas encontradas nos artigos estudados às ações políticas do governo do Brasil na gestão da pandemia, 2020 a 2022. Silva e Estellita-Lins que fizeram um trabalho de campo junto aos povos Yanomami, destacam a extensão das violências impostas a este povo, anteriores inclusive à pandemia. Escrevem:

Desde 2019, as atividades do garimpo ilegal voltaram a atingir contornos catastróficos, na esteira da ascensão ao poder de um discurso anti-indígena que é, ao mesmo tempo, permissivo e propulsor às violações dos territórios e direitos indígenas. No período da pandemia, o drama da invasão se acentua na medida em que as regiões da TIY

[Território Indígena Yanomami] mais afetadas pelo coronavírus são, justamente, onde se concentram os principais fluxos da invasão. (2021, p. 277)

Cabe lembrar aqui que a exoneração do indigenista Bruno Pereira da coordenação da Funai deu-se justamente em 2019. Assim a vulnerabilização de algumas populações no Brasil ficou bastante evidenciada, sendo continuamente alcançadas e irrestritamente afetadas pela política de morte em exercício. Ao trabalhar os temas morte e luto na pandemia, Giamattey et al. apontam o quanto essas experiências estão sendo vividas de formas socialmente distintas, sendo que no Brasil os maiores impactos estão atingindo as populações em maior vulnerabilidade social (2021). Ao exemplificarem as medidas seguras para evitar o contágio da Covid-19, destacam as aglomerações que devem ser evitadas e a higienização dos espaços e das pessoas, e de que modo parte da população sequer tem acesso às necessidades básicas: “[...] não podemos descartar a realidade brasileira em que milhares de pessoas vivem em situação de aglomeração nas suas próprias casas e com pouco ou nenhum acesso a saneamento básico e cuidados em saúde [...]” (Giamattey et al., 2021, p. 8).

Como é que estas orientações podem ser acatadas quando a moradia é um barraco de 15 m², ocupado por muitas pessoas e sem água encanada ou esgoto? perguntam Rente e Merhy (2020). Elas relembram Foucault ao pensar “o lugar” enquanto esse “campo” onde se dão as relações de poder e dominação, e complementam: “São essas relações que determinam e definem quais corpos merecem ser protegidos e enlutados” (2020, p. 7). Färber (2013) afirma: “há lutos que não são aceitos socialmente, cuja elaboração é complexa e desencadeia sofrimentos secundários e colaterais, sendo denominados de lutos desautorizados e de lutos marginais” (p. 3).

Para os enlutados por Covid-19 além do sofrimento causado pela impossibilidade de prestar suas últimas homenagens ao ente querido, pode também ocorrer a culpa pela infecção e a frustração de não atender aos seus últimos desejos e de não poder oferecer um funeral digno (Cardoso et al., 2020; Giamattey et al., 2021; Magalhães et al., 2020; Orsini et al., 2020). O trabalho de Cardoso et al. destaca o depoimento de um neto diante da morte do avô: “O mais triste é que, por estarmos no meio de uma pandemia, não terá velório do jeito que ele mais amaria, com uma tocada da orquestra dele” (2020, p. 5).

Depoimentos semelhantes a este ocuparam milhares de manchetes da imprensa local, principalmente nos meses iniciais da pandemia. Outros relatos apontaram o estigma de infectados por Covid, como uma condição bastante peculiar vivenciada pelo doente e posteriormente por seus familiares:

Percebe-se que o enlutado deixa de ser objeto percebido como vulnerável, alguém que necessita de apoio e proteção, e passa a ser estigmatizado como potencial vetor de transmissão, objeto ameaçador e persecutório, o que amplia ainda mais seus sentimentos de solidão e desalento. (Cardoso et al., 2020, p. 5)

As pesquisadoras Magalhães et al. (2020) e Oliveira et al. (2020) destacam em seus estudos outras reações presentes em episódios de luto: tristeza, medo, solidão, culpa, ansiedade, saudade e preocupação. De modo geral a própria experiência de viver a perda, em contextos sem maiores interferências, já se apresenta como uma vivência que requer atenção e cuidados. Ainda que o luto possa ser compreendido como um processo natural e esperado à medida que envolve a perda de alguém querido, não significa que tenha que ser admitido sem sofrimento ou dor.

Mayland et al. (2020) dividem em três grupos as possíveis causas determinantes do luto complicado¹⁵: natureza da morte – que pode ser súbita, violenta, inesperada; natureza do ambiente – estrutura familiar e financeira para lidar com a morte; e fatores prévios na pessoa enlutada – rede socioafetiva inexistente e saúde mental fragilizada (p. e34).

Outros fatores também podem favorecer o luto complicado:

[...] perda de mais de uma pessoa próxima (Worden, 2018); fragilidade de apoio da rede socioafetiva, pelas medidas de distanciamento adotadas para conter a escalada da doença (Wallace et al., 2020); não realização de ritual funerário em conformidade com as práticas culturais e religiosas socialmente prescritas (Victor & Ahmed, 2019); e, sentimento de culpa que os sobreviventes podem experienciar quando acreditam que foram os responsáveis por infectar a pessoa falecida (Taylor, 2019). (Crepaldi et al., 2020, p. 6)

Cardoso et al. destacam em contrapartida os fatores que são considerados como protetivos em relação ao luto complicado: “disponibilidade de apoio psicológico e social, comunicação eficiente entre a equipe de saúde e os familiares do falecido, demonstração de empatia por parte de outros familiares e da comunidade e o significado atribuído à morte do ente querido” (2020, p. 2).

Para as pesquisadoras Crepaldi et al. (2020) o luto antecipatório, que ocorre quando existe a iminência da morte e que pode contribuir num preparo emocional, fica afetado uma vez que a evolução para quadros graves e óbito é rápida nos casos de Covid-19.

O processo de elaboração ou vivência do luto possui uma função, que conforme Fontes

¹⁵O “luto complicado” é caracterizado por um luto intenso e prolongado, que pode durar mais do que o socialmente esperado e/ou causar prejuízo no funcionamento diário e as relações.

et al. pode ser pensada em quatro aspectos: “o reconhecimento da realidade da perda, o processamento da dor do luto, a necessidade de novos ajustes para o mundo e as maneiras de desenvolver uma conexão duradoura com os falecidos” (2021, p. 308).

Semelhantemente Crubézy e Telmon (2020) fazem uma referência sobre possíveis aspectos que permeiam e interferem na vivência do luto:

Quando um paciente é hospitalizado por SARS-CoV-2, familiares e amigos não podiam estar com ele, e as despedidas eram feitas quando o paciente entrava na ambulância. O processo de luto, no entanto, envolve três fases: a visão do corpo, a realização de uma cerimônia coletiva de apoio aos afetados e, finalmente, a aceitação da morte da pessoa. (p. 1, trad. *DeepL*)

Muito embora a experiência do luto seja individual e única para cada pessoa, a vivência coletiva do luto compreende um rito de particular importância. Autores como Krenak, Kopenawa e Butler são grandes expoentes que indicam a necessidade de resgatar o “caráter coletivo das vivências do luto” (Rente & Merhy, 2020, p. 2).

As autoras Rente e Merhy (2020) e Giamattey et al. (2021) consideram que na pandemia existe o luto constituído pela perda das vidas humanas, mas também outras perdas significativas se dão nesse contexto e que igualmente produzem enlutamentos, ao que distinguimos no início desta dissertação, de mortes por Covid e mortes pela pandemia. Portanto a pandemia e as diversas medidas impostas pelas agências sanitárias interromperam projetos, produziram desemprego, modificaram rotinas e reduziram significativamente as interações sociais e presenciais.

Ou seja, estamos vivendo diferentes formas de contato com os significados da morte e do luto em larga escala social, desde a privação coletiva da convivência com as pessoas até a perda da própria saúde ou de entes queridos, caso haja contágio pelo vírus e a ocorrência da morte. (Giamattey et al., 2021, p. 2)

Silva e Estellita-Lins (2021) contribuem nesse aspecto quando apontam as perdas com o desmatamento, queimadas e exploração mineral nas terras indígenas. Veículos de comunicação também se esforçaram em denunciar a “morte” de rios e de diversos animais na região amazônica durante a pandemia. E além de Bruno Pereira e Dom Phillips assassinados nesse contexto de exploração da Amazônia durante a pandemia, outras lideranças indígenas foram mortas por denunciarem ou resistirem a essa invasão predatória em suas terras.

Diante do cenário complexo e adverso no país, já no primeiro semestre de 2020 pesquisadoras da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) produziram uma série de Cartilhas propondo ações e reflexões frente à realidade imposta pela Covid. O material foi amplamente

divulgado e citado em praticamente todos os artigos que compõem essa revisão bibliográfica.

O uso de recursos tecnológicos para restabelecer o contato de pessoas internadas por Covid com sua rede socioafetiva e promover uma possibilidade de despedida, foi uma das recomendações indicadas pela Fiocruz (Cardoso et al., 2020; Fontes et al., 2020; Lupion, 2021; Magalhães et al., 2020; Orsini et al., 2020; Sunde & Sunde, 2020). Por mensagens instantâneas de áudio ou texto, por videochamadas ou telefonemas, profissionais de saúde auxiliavam na comunicação entre doente e familiares. No entanto, Crepaldi et al. destacam as limitações presentes nesses casos. Para as autoras tanto a comunicação não-verbal quanto a verbal ficam prejudicadas principalmente quando a condição do doente internado envolver quadro grave e a pessoa esteja intubada ou sedada (2020).

A tecnologia também foi um recurso demandado para a realização de rituais funerários virtuais. Em algumas regiões foi possível transmitir funerais pela internet ou gravar os rituais para serem acessados posteriormente (Crepaldi et al., 2020; Fontes et al., 2020; Lupion 2021). Crepaldi et al. (2020) acreditam que ainda que esses modos de ritualizar não substituam os tradicionais, eles podem ajudar a reduzir o sofrimento das famílias possibilitando algum modo de despedida. As autoras destacam algumas outras estratégias remotas como os memoriais online e as homenagens em redes sociais (Crepaldi et al., 2020).

Desse modo, as estratégias tecnológicas propostas em meio à pandemia com o propósito de viabilizar ações impossibilitadas pelos protocolos biosseguros, também levam a pensar qual parcela da população tem acesso a esses recursos. Giamatthey et al. sugerem:

Embora não exista forma padrão de despedida, principalmente diante de uma pandemia, acreditamos que também seja importante questionar em pesquisas futuras como o ritual fúnebre em meio a pandemia foi vivenciado por aqueles que não possuem internet ou acesso a meios que possam auxiliar na vivência desta etapa de despedida. (2021, p. 6)

A pandemia no Brasil revelou um tanto mais as desigualdades sociais já existentes, seja no tratamento aos mortos, seja no tratamento aos vivos, como dizem Rente e Merhy “quais corpos merecem ser protegidos e enlutados” (2020, p. 7). As autoras mencionam nesse artigo o conceito da *não-violência* adotado por Judith Butler, segundo o qual se configura como um modo de resistência a esse modelo de política da morte.

Para Butler a atitude da não-violência se propõe a denunciar realidades excludentes para construir caminhos de mudança “e busca dar corpo aos ideais sociais de interdependência e igualdade” (2021, s./p.).

O pensamento de Butler contempla inicialmente que a compreensão do direito ao luto está intimamente atrelada ao valor vital atribuído às pessoas. Alguém só será considerado

enlutável, se tiver seu valor social reconhecido. Sua proposição, portanto, é de que: “O direito ao luto rege o modo como as criaturas vivas são tratadas e revela-se uma dimensão integral da biopolítica e das formas de pensar a igualdade entre os seres vivos” (2021, s./p.). Ou seja, a luta por igualdade perpassa pelo direito igualitário ao luto.

Alinhados à Butler estão também Kopenawa (2010) e Krenak (2020), que compreendem a existência indígena e sua cosmovisão como uma atitude de cuidado de si, da floresta e de todas as formas de vida. A interdependência costurada à conduta da não-violência de Butler (2021) é apontada como um novo modo de viver, presente na recuperação da confiança entre os que sobrevivem e suas comunidades, para a superação de traumas.

Para as pesquisadoras Rente e Merhy (2020) essa noção de interdependência parece ocupar um lugar vital quando se trata de aderir às vacinas e aos métodos comportamentais de proteção, práticas simples de convívio social enquanto uma política de existência.

Segundo Dias (2020) a ausência de políticas públicas pensadas para proteger os idosos durante a pandemia, se ancora no preconceito de uma sociedade hedonista, que se recusa a considerar o próprio envelhecimento. Para ele a negligência assumida pelo governo com a doença que chegou ao país pelos ricos e que foi subdimensionada, poderá abater outras populações que já vivem em condições de vulnerabilidade: povos indígenas, encarcerados, refugiados, moradores em situação de rua e tantos outros. Dias complementa: “A *necropolítica*¹⁶, que mata em função de políticas neoliberais e redução dos investimentos sociais, matará mais, se políticas de proteção social e humanitárias, que respeitem a saúde, a vida e os direitos não forem implementados emergencialmente” (2020, s./p.).

Enquanto políticas públicas não são instituídas para acolher a população que sofre, os estudos concordam sobre a necessidade de ações emergenciais voltadas para a saúde mental, possibilitando o fortalecimento dos mais vulneráveis e a “avaliação precoce para risco de suicídio” (Oliveira et al., 2020, p. 59).

Para concluir essa revisão destacamos o paradigma da não-violência: “a não-violência propõe uma lógica restaurativa, não-punitiva, baseada no reconhecimento das necessidades e princípios compartilhados que promovem e sustentam a vida, todas as vidas, humanas e não-humanas” (Rente & Merhy, 2020, p. 3).

Que seja esta uma clareira para outras maneiras possíveis de enfrentamento e aponte para novos modos de existência.

¹⁶ Conceito atribuído a Achile Mbembe que será desenvolvido nessa dissertação.

Opus 2 – Melodia – Marco Teórico



Apesar de você
Amanhã há de ser outro dia
Eu pergunto a você onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando sem parar
Chico Buarque (Apesar de você)

Primeiro Ato – Dies Irae¹⁷ – A Pandemia

Sobre a pandemia e a descoberta do coronavírus.

Até janeiro de 2020 poucos viventes talvez tivessem a dimensão do que seria uma pandemia. A anterior havia ocorrido há cem anos reduzindo e muito a quantidade de pessoas que supostamente teriam recordações pessoais da época. Termos e expressões como *lock-down* (bloqueio, fechamento), quarentena, distanciamento e isolamento social, medidas de biossegurança, pouco provavelmente fizessem parte do vocabulário comum de grande parte da população mundial, e ainda menos, se associadas a uma pandemia.

Mas o improvável aconteceu. A primeira notícia veiculada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 13 de janeiro de 2020, dava conta de um caso confirmado na Tailândia do novo vírus identificado na China, da família da Síndrome Respiratória Aguda Grave – Sars¹⁸. O agente infeccioso seria o mesmo responsável por cerca de 41 infectados na cidade de Wuhan, na China, dos quais, após apresentarem um quadro de pneumonia, sete pacientes foram internados em estado grave e um morreu (Covid Reference, 2020; ONU, 2020). O paciente internado na Tailândia teria estado na cidade chinesa de Wuhan dias antes de ser hospitalizado, em 08 de janeiro de 2020.

Muito embora a primeira notícia oficial sobre um novo coronavírus tenha vindo a público nos primeiros dias de janeiro de 2020, um alerta para uma doença misteriosa, causada por um coronavírus foi dado dias antes para um grupo restrito, e privilegiado. A informação partiu da *startup* canadense *Bluedot Inc.* (Demartini, 2020; Niiler, 2020) que utiliza um sistema

¹⁷“Dia de Ira”, é a parte da Missa de Requiem (dos Defuntos) que se refere ao Juízo Final.

¹⁸Os coronavírus são de uma extensa família de vírus que podem causar doenças tanto em animais quanto em humanos. Nos humanos, sabe-se que vários coronavírus causam infecções respiratórias que podem ir desde um resfriado comum até doenças mais graves como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). O coronavírus descoberto mais recentemente causa a doença por coronavírus COVID-19 (trad. DeepL).

de Inteligência Artificial (IA) para alertar governos, órgãos de saúde e companhias aéreas sobre surtos de doenças. No dia 31 de dezembro de 2019 o algoritmo¹⁹ da empresa enviou um e-mail a seus clientes, comunicando que evitassem a cidade de Wuhan, na China, que se confirmou posteriormente como epicentro da doença. Em março de 2020 publicaram o primeiro artigo científico sobre o assunto, onde contextualizavam o que estava acontecendo naquele momento na Ásia com os primeiros casos, que até então eram tratados como uma pneumonia de etiologia desconhecida (Bogoch, 2020, p.1). Para além dessa identificação a empresa foi capaz de prever futuros epicentros, como Brasil e Índia (Bluedot, 2020), que se confirmaram semanas depois.

A IA ou as tecnologias de modo geral, com os seus algoritmos e a vigilância digital respondem bem aos estudos sobre dispositivos de poder iniciados por Michel Foucault, ainda melhor analisados em um contexto de pandemia.

Em um artigo publicado em 2020 o professor-doutor Marco Antônio Sousa Alves apresentou um panorama dos estudos de Foucault quanto às novas tecnologias de poder oportunizadas em contextos em que ocorrem crises sanitárias. Alves disserta sobre os três ensaios apresentados por Foucault com os modelos da lepra, da peste e da varíola, a partir dos quais pensa o modelo da Covid, que se dá no atual contexto da pandemia.

A figura 2 auxilia na apresentação dos modelos pensados por Foucault e na correlação disposta por Alves (2020) com a pandemia da Covid. Foucault em seus estudos percebeu que em contextos em que havia algum tipo de instabilidade gerada por uma doença que acometia epidemicamente uma região, o poder governamental atuava com manobras para ampliar seu próprio domínio. Esse seria de certo modo o momento oportuno propiciado pelo contexto de medo e morte, para aplicação das práticas emergentes médicas e políticas, uma vez que entraves e obstáculos são substancialmente reduzidos.

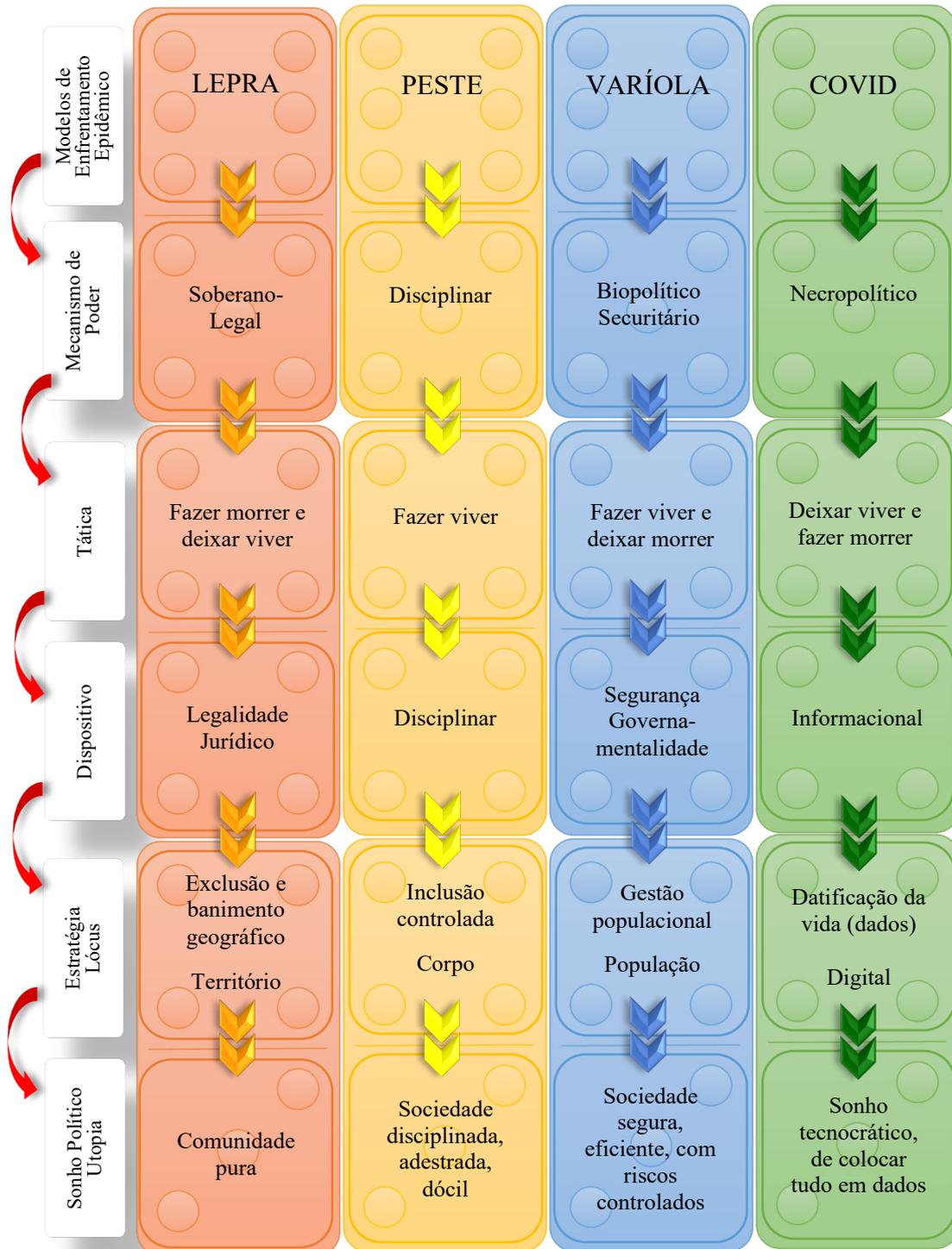
Na figura 2 é possível observar para os três modos de enfrentamento epidêmicos observados por Foucault, três analíticas de poder distintas. Como o objetivo deste estudo não requer um aprofundamento nesses aspectos, tentarei explaná-los seguindo as referências utilizadas por Alves (2020).

O primeiro modelo discutido é o da lepra que se vale de um poder soberano, autoritário, que recorre a dispositivos jurídicos para excluir o leproso. O doente de lepra deve ser banido, retirado da região onde possa contaminar os puros. Nesse modelo o poder age definindo um

¹⁹Na matemática e na computação, um algoritmo é definido como uma série de instruções passo-a-passo que descrevem explicitamente várias operações.

Figura 2

Modelos epidêmicos de Foucault e Modelo Covid segundo Alves (2020)



território onde viverão os puros e outra onde morrerão os impuros. O modelo da peste proporrá um caminho em que diferentemente do modelo da lepra, o doente não é banido do território, mas ele é “quarentenado” em determinado ambiente. A sua inclusão na comunidade exige obediência, ela é controlada e vigiada, panóptica. O poder atuante é o *disciplinar*, que almeja uma sociedade dócil, adestrada, disciplinada, obediente, que opera sobre os corpos. O modelo

seguinte, da varíola apresenta um formato de poder de gestão populacional. Entram em cena os números, os quantitativos, os índices, as curvas de evolução da doença. As técnicas aplicadas objetivam a proteção e a segurança de “alguns”, nasce aqui a medicina preventiva, na lógica biopolítica, a vida controlada pelo Estado. Alves (2020) destaca: “o sonho do modelo da varíola reside na construção de uma sociedade segura, eficiente, com riscos controlados” (p. 56).

Para Foucault esses modelos não eram estáticos ou simplesmente substituídos, são na realidade rearticulados constantemente:

O que muda é o sistema de correlação entre os diferentes modos de funcionamento de poder, ou seja, determinadas técnicas ganham terreno, se rearticulam e tendem a adquirir certa hegemonia, mas sem excluir os outros modos de funcionamento do poder. (Alves, 2020, p.57)

Passando ao modelo Covid apresentado por Alves (2020). Para suas reflexões Alves recorre aos textos de Paul B. Preciado e Byung Chu-Han, reunidos no compêndio *Sopa de Wuhan: Pensamiento contemporâneo em tempos de pandemias*, e publicação original no periódico *El País*. Além do web-debate com a filósofa Antoinette Rouvroy e ao artigo de Rone Elendro Santos (2020), publicado na revista *Voluntas*.

Preciado (2020) destaca em seu artigo o pensamento de Foucault quanto a relação entre a política e o corpo; “*Il n’y a pas de politique qui ne soit pas une politique des corps*” (Não há política que não seja uma política de corpos). Sobre o oportunismo propiciado pelas crises sanitárias, Preciado diz:

As epidemias, por seu chamamento ao estado de exceção e pela inflexível imposição de medidas extremas, são também grandes laboratórios de inovação social, a ocasião de uma reconfiguração em grande escala das técnicas do corpo e das tecnologias de poder. (2020, s./p.)

Alves (2020) compreende que Preciado alinha suas percepções das mudanças em curso a uma estratégia de poder que ele chama de “datificação da vida”, que envolve o consumo irrestrito de tecnologia e por consequência o controle da vida. Han (2020) analisa o modo asiático de enfrentamento da pandemia através da vigilância digital, que seria o uso de tecnologia estratégica para controlar e vigiar os corpos:

Toda a infraestrutura de vigilância digital está mostrando ser altamente eficaz para conter a epidemia. Quando alguém deixa a estação de Pequim, ele é automaticamente capturado por uma câmera que mede sua temperatura corporal. Se a temperatura é preocupante todas as pessoas que estavam sentadas no mesmo vagão são notificadas em seus telefones celulares ... A mídia social relata que até mesmo drones estão sendo

usados para monitorar as quarentenas. Se alguém clandestinamente quebrar a quarentena, um drone voa para ele e ordena que retorne para sua casa. (Han, 2020, s./p., trad. *DeepL*)

Ao apreciar o texto de Han (2020), Alves (2020) observa o destaque que o filósofo sul-coreano dá ao controle dos corpos – “digitalização dos corpos” – pelo uso de tecnologia biométrica, inteligência que mede a temperatura e outros índices corporais.

Ao condensar todas essas impressões, Alves identifica no contexto atual dispositivos de poder igualmente verificados nos modelos epidêmicos observados por Foucault, emergindo desse cenário o sonho “tecnocrático, a utopia de uma sociedade da informação, governada por algoritmos” (2020, s./p.). Alves complementa: “Há uma lógica também necropolítica, um poder de morte, de eliminação, mobilizado por um novo tipo de racismo, de exclusão daqueles que são considerados indesejáveis” (2020, s./p.).

Segundo Ato – Samba²⁰ – Vida e Morte

Pensar sobre o tema central desse estudo, o luto, é antes de qualquer coisa tratar de perdas significativas, das quais o morrer humano é uma delas. Giorgio Agamben (1985/2006) em um de seus seminários – *A Linguagem e a Morte* – cita Heidegger para afirmar que “Os mortais são aqueles que podem ter a experiência da morte como morte. O animal não o pode”. Nessa compreensão o morrer é uma experiência exclusivamente humana, diferindo do animal que não morre, e sim, deixa de existir.

Ao explicar a morte na abordagem fenomenológica-existencial Rothschild e Calazans (1992) dizem-na da possibilidade com a qual evitamos nos deparar. Elas complementam: “A morte é um fenômeno do cotidiano. Vivemos sempre a morte como a morte do outro. Os outros morrem e eu ainda não. A minha morte, eu penso amanhã. Nós nos esquivamos da possibilidade da singularização da morte” (1992, p. 144). Cada experiência de morte na realidade é a experiência de morte-do-outro, a morte do lugar da ainda-não-morte (quem fica). Como diz Kovács (1992) é uma morte que não é minha, porém “é vivida como se uma parte nossa morresse, uma parte ligada ao outro pelos vínculos estabelecidos” (p. 149).

Portanto, se para falar de luto adentramos ao tema “morte”, essa morte nos leva a querer entender em que realidade de “ainda-não-morte” ela se dá, ou seja, de qual perspectiva de vida ocorre essa morte. A vida que aqui é compreendida em seus valores que contemplam a vida-de-si e a vida-do-outro. A morte que enquanto um fenômeno da vida, se mostrará com as mais diversas roupagens, nas cores da religião, da cultura, e da própria ciência.

²⁰Gênero musical que deriva do canto, dança e instrumentos musicais dos negros no Brasil (século XIX).

Para caminhar sobre o luto, a morte e a vida, traremos os pensamentos de povos que influenciaram e influenciam a formação sócio-histórica do cenário cultural e existencial brasileiro. Inicialmente David Kopenawa, xamã²¹ yanomami, pensador e ativista político, autor de *A queda do céu, palavras de um xamã yanomami* (2010), que tem coautoria do antropólogo e indigenista francês Bruce Albert; e Ailton Krenak, líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro, nascido em 1953 no território do povo Krenak, para expor uma breve compreensão dessa camada raiz, os povos originários.

Quando falamos em população indígena atualmente, tratamos de pouco mais de 1,5 milhão de pessoas, conforme dados preliminares do Censo IBGE 2022 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Um crescimento de 66% em relação ao Censo de 2010. Em 2010 o levantamento apurou que eram ocupantes do território brasileiro 305 povos identificados, falantes de mais de 274 línguas diferentes. Em números aproximados, a população Yanomami no Brasil e Venezuela chegava a 35 mil pessoas, em dados de 2011. No Brasil ocupam terras nos Estados do Amazonas e Roraima. Os Krenak ocupam um pequeno território entre os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e São Paulo, com estimativa de 434 habitantes, em dados de 2014²².

Os números reduzidíssimos de habitantes indígenas no Brasil dizem pouco sobre seu poder de resistência, força e luta, e muito sobre toda sorte de violências e violações sofridas ao longo de 5 séculos.

Os relatos de Davi Kopenawa (2010) em “*A queda do céu*” têm um forte teor autobiográfico, que remonta sua trajetória e a história do povo Yanomami. Nascido em uma área da floresta tropical ao norte do Amazonas, Kopenawa tornou-se um importante interlocutor dos yanomami e um xamã respeitado. Nasceu em meados de 1956 e vivenciou desde a dizimação de seu povo por epidemias (*xawara*) levadas pelos brancos (*napë*), até seu próprio desejo de tornar-se branco e o retorno às tradições xamânicas.

Para melhor compreender a morte e o luto entre os yanomami, precisamos iniciar com a concepção de vida para esse povo. Segundo a tradição oral, o início de tudo deu-se com *Omama* e seu irmão *Yoasi*, que vieram sozinhos à existência. *Omama* foi o criador dessa grande floresta e os seus seres, tudo o que há nela foi criado por *Omama*. Seria esta já uma segunda criação da vida, pois a primeira existência, por sua fragilidade, havia sido destruída. A primeira mulher que gerou um filho para *Omama* foi pescada num grande rio, e era filha de *Tëpërësiki*.

²¹Autoridade espiritual.

²²Instituto Socioambiental.

Chamam-na *Paonakare*, uma narrativa semelhante à figura da sereia, do folclore brasileiro (Kopenawa & Albert, 2010).

Yoasi era um ser mal que criou os seres maléficis das doenças, a quem chamam seres comedores de carne humana. *Omama* furioso com seu irmão desejou então soprar nos seres um sopro de vida duradouro e sólido. Procurou uma árvore dura para introduzir essa imagem no sopro de vida, de modo que os viventes teriam vida longa e resistente, e jamais morreriam. No entanto, *Yoasi* na ausência do irmão, substituiu a árvore por outra mole e fibrosa, não sendo possível para *Omama* reverter esse mal. Kopenawa (2010) relata que *Yoasi* havia então ensinado aos humanos a morte, introduzido o ser maléfico em seus corpos e em suas mentes. De modo que expressões que trazem o prefixo *yoasi* significam *aquilo que traz a morte*.

Então para que os humanos se vingassem das doenças e se protegessem da morte, *Omama* cria os *xapiri*, seres etéreos que aparecem somente aos xamãs, e que com suas danças e cantos são combatentes dos seres maléficis das doenças. Assim o filho de *Omama* tornou-se o primeiro xamã, que acessava os espíritos *xapiri* bebendo uma infusão do pó da árvore *yãkoana*, com outras substâncias, deixando-o em estado de fantasma²³:

Agora, é sua vez de fazê-los [*xapiri*] descer. Se você se comportar bem e eles realmente o quiserem, virão a você para fazer sua dança de apresentação e ficarão ao seu lado. Você será o pai deles. Assim, quando seus filhos adoecerem, você seguirá o caminho dos seres maléficis que roubaram suas imagens para combatê-los e trazê-las de volta! Você também fará descer o espírito japim *ayokora* para regurgitar os objetos daninhos que você terá arrancado de dentro dos doentes. Assim você poderá realmente curar os humanos!". (Kopenawa & Albert, 2010, p. 85)

Portanto, na perspectiva dos yanomami o compromisso existencial dos humanos é de proteger e preservar a floresta e a criação, para que não lhes aconteça a queda do céu, como na primeira criação de *Omama*. A vida humana deve ter uma íntima relação de cuidado com a floresta e seus viventes, e de resistência e combate contra os seres maléficis.

Já para o povo Krenak a vida não pode ser definida, ela não cabe nos dicionários, *é transcendência*:

A vida atravessa tudo, atravessa uma pedra, a camada de ozônio, geleiras. A vida vai dos oceanos para a terra firme, atravessa de norte a sul, como uma brisa, em todas as

²³Refere-se aos estados de alteração de consciência provocados pelos alucinógenos e pelo sonho (mas também pela dor ou pela doença), durante os quais a imagem corpórea/essência vital (*utupë*) se vê deslocada e/ou afetada. No caso, o fantasma (*pore*), que cada vivente traz em si enquanto componente da pessoa, assume o comando psíquico em detrimento da consciência (*pihi*). "Tornar-se outro" (literalmente "assumir valor de outro") refere-se primeiramente a esse processo (Kopenawa & Albert, 2010, p. 615).

direções. A vida é esse atravessamento do organismo vivo do planeta numa dimensão imaterial. Em vez de ficarmos pensando no organismo da Terra respirando, o que é muito difícil, pensemos na vida atravessando montanhas, galerias, rios, florestas. A vida que a gente banalizou, que as pessoas nem sabem o que é e pensam que é só uma palavra. Assim como existem as palavras “vento”, “fogo”, “água”, as pessoas acham que pode haver a palavra “vida”, mas não. (Krenak, 2020, s./p.)

Alinhado à compreensão de que a natureza em toda a sua criação sustém a existência de tudo, Krenak vê a vida como um fio que alinhava tudo o que há. A vida não é inerte ou necessariamente material, ela circula, é movimento.

Em seu livro *A vida não é útil* (2020) Krenak conta uma antiga história de seu povo sobre o Criador. Ele diz que o Criador assim que concluiu sua obra partiu para um outro lugar no cosmos, deixando na Terra a sua humanidade. Em determinado momento lembrou-se dela e decidiu vir ver no que haviam se tornado. Pensou então: “E se eles tiverem se tornado algo pior do que eu posso conceber? O melhor seria não ter um encontro pessoal com eles. Vou fazer o seguinte: vou me transformar em uma outra criatura para ver as minhas criaturas” (Krenak, 2020, s./p.).

Assim para não chamar a atenção transformou-se num tamanduá e saiu caminhando pela campina. Em determinado momento foi surpreendido e capturado por caçadores, que o levaram para o acampamento com o intento de comê-lo. Ainda preso, o Criador se revelou para duas crianças gêmeas, que decidiram soltá-lo sem que os homens adultos vissem. Acreditando que tinham feito algo bom, “gritaram os meninos ‘Avô, o que você achou da gente, das suas criaturas?’ E o Criador respondeu: ‘Mais ou menos’” (Krenak, 2020, s./p.).

Essa insatisfação do Criador com sua humanidade está manifesta no modo como o povo Krenak compreende o humano e sua relação com a sobrevivência do Planeta:

[...] se acreditamos que quem apita nesse organismo maravilhoso que é a Terra são os tais humanos, acabamos incorrendo no grave erro de achar que existe uma qualidade humana especial. Ora, se essa qualidade existisse, nós não estaríamos hoje discutindo a indiferença de algumas pessoas em relação à morte e à destruição da base da vida no planeta. Destruir a floresta, o rio, destruir as paisagens, assim como ignorar a morte das pessoas, mostra que não há parâmetro de qualidade nenhum na humanidade, que isso não passa de uma construção histórica não confirmada pela realidade. (2020, s./p.)

Krenak como importante ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas, teve ação decisiva nas décadas de 70 e 80 para que a *Constituição de 1988* contemplasse no seu Capítulo VIII referências aos povos indígenas: “Art. 231. São

reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, 1988).

Uma deliberação importante que atribuiu aos povos originários o direito integral e a proteção de sua cultura autóctone e de seu território. Competindo à União a demarcação das terras, a proteção e a garantia do respeito a tudo o que houver nesse território.

O que poderia ser uma garantia de direito à vida para os povos indígenas, acaba por confirmar a compreensão do povo Krenak sobre a humanidade, representada pelos *waradzu* (os brancos): que destroem, que matam, que são indiferentes à vida das pessoas, e a quem não se pode creditar o cuidado da Terra.

A crença dos yanomami sobre a queda do céu trazida por Kopenawa é igualmente presente no relato de Krenak:

Alguns povos têm um entendimento de que nossos corpos estão relacionados com tudo o que é vida, que os ciclos da Terra são também os ciclos dos nossos corpos. Observamos a terra, o céu e sentimos que não estamos dissociados dos outros seres. O meu povo, assim como outros parentes, tem essa tradição de suspender o céu. Quando ele fica muito perto da terra, há um tipo de humanidade que, por suas experiências culturais, sente essa pressão. Ela é sazonal, aqui nos trópicos essa proximidade se dá na entrada da primavera. Então é preciso dançar e cantar para suspendê-lo, para que as mudanças referentes à saúde da Terra e de todos os seres aconteçam nessa passagem. Quando fazemos o *taruandé*, esse ritual, é a comunhão com a teia da vida que nos dá potência. (Krenak, 2020, s./p.)

Para os povos originários a vida e a morte seguem um ciclo natural, designado pela própria natureza. Kopenawa (2010) diz que antes de chegarem os brancos seus antepassados morriam já em suas velhices, quando já tinham os cabelos brancos, e morriam felizes, porque já tinham vivido o bastante. A morte de crianças ou jovens eram excepcionais, aconteciam, mas eram bem pouco frequentes.

O destino dos mortos também parece ser um aspecto que torna o luto dos yanomami um período triste, porém sereno. Para eles quando morrem seus parentes e seguindo todo o ritual fúnebre (que será tratado no próximo capítulo) “seus fantasmas chegam às costas do céu”, esse lugar é belo, rico em caça, não há dor nem sofrimentos, as casas são muitas e as festas não param (Kopenawa & Albert, 2010, p. 496).

Passando agora para a compreensão da vida e da morte na perspectiva dos povos europeus e africanos, traremos os escritos de Louis-Vincent Thomas o fundador da Tanatologia²⁴, e de Philippe Ariès um importante historiador francês que buscou construir em suas investigações a história da morte no Ocidente, e que se tornou um de seus trabalhos mais conhecidos.

Thomas (1983/1991) um homem branco, estudioso francês, especialista nos costumes e conhecimentos de África, comparou as atitudes frente a vida e a morte da população negro-africana e ocidental-europeia de sua época. Para reafirmar suas descobertas sobre a África-negra, usou a postura de um antropólogo à de um filósofo. Segundo esse autor, do mesmo modo que o filósofo mantém ao longo da vida uma única afirmação que retoma sempre que necessário, assim o faz o antropólogo.

Em sua sustentação mantinha o discurso de que para ele havia duas sociedades distintas, uma que respeitava o humano e aceitava a morte, que era a africana; e a outra que era uma sociedade mortífera, tanatocrática, onde “*la muerte obsesiona y aterroriza*”, e essa era a ocidental (Thomas, 1983/1991, p. 626).

Na parte final da obra *Antropología de la Muerte* (1983/1991), Thomas reconhece que poderia ter feito outras comparações entre qualquer outro povo do mundo. Contudo, sua escolha de estudar e fazer um paralelo entre as atitudes do povo africano-tradicional e o europeu, diante da vida e da morte, mostrou-lhe duas sociedades em posições opostas quanto às atitudes e os valores adotados.

Termos como “promoção da vida” e “desperdício da vida” são utilizados por Thomas para representar como cada sociedade lidava com a existência. Segundo Thomas (1983/1991) os negro-africanos se portavam respeitando a vida nas dimensões biológica, sexual e espiritual, enquanto a civilização ocidental era descrita como uma sociedade mortífera, que matava ou deixava morrer.

As atitudes diante da morte apresentadas no trabalho de Thomas (1983/1991) revelavam ainda mais esse distanciamento entre África e o Ocidente. Para a civilização negro-africana a morte estava integrada à vida, compunha o processo vital. Aceitavam e acolhiam aos que estavam morrendo, sendo o cuidado destes, assumido pelo grupo.

Entre os ocidentais Thomas (1983/1991) descrevia atitudes de negação e angústia diante da morte. A morte era vivenciada de modo isolado, quase sempre em leitos de hospital, longe dos familiares. A ajuda e a assistência eram atribuídas às instituições de saúde, muito embora a

²⁴Estudo sobre a morte, suas causas e os fenômenos relacionados a ela (Houaiss).

adoção de tais práticas tenha atravessado séculos, desde a morte nos leitos rodeados de familiares à morte asséptica no leito hospitalar, como afirmará Ariès (1977/2003).

Tais distinções podiam ocorrer, conforme relata Thomas (1983/1991), pela tradição cultural e educacional dos povos. A inserção da compreensão da morte entre os negro-africanos era feita desde os seus primeiros anos de vida, tornando a experiência algo que poderia ser vivenciado junto aos demais membros da comunidade. Já entre os ocidentais a morte não costumava ser um tema infantil, quando se viam diante dessa realidade, as crianças eram “poupadas” e levadas a compreender a morte por histórias mágicas e fantasiosas.

A linha histórica traçada por Philippe Ariès (1977/2003) evidencia sociedades europeias vivendo sobretudo à sombra da Igreja Cristã, que se fez constituída de ideias herdadas das mais antigas religiões. O cristianismo prevalecente conseguiu reunir pensadores e filósofos que afirmavam que a morte estava presente desde o início da vida: “Ao nascer, começamos a morrer e o fim começa na origem” (Ariès, 1977/2003, p. 122). Mesmo que essa evidência não implicasse adesão à morte ontológica.

A concepção de vida eterna recuperada com o advento do Cristo encarnado e redentor, resultaria na pregação feita por Paulo, um de seus principais discípulos, que dizia: a vida era morte no pecado, e a morte física seria então o acesso à vida eterna (Ariès, 1977/2003).

Para as pesquisadoras Kind e Cordeiro (2020) os principais pontos convergentes dos estudos sobre a morte entre Thomas (1983/1991) e Ariès (1977/2003) seriam: a institucionalização da morte (quando as pessoas deixam de morrer em casa e passam a morrer nos hospitais); o avanço no controle das doenças e a medicalização da morte, que juntos sinalizavam para a tentativa do prolongamento da vida. Quando a morte passa a acontecer no isolamento de hospitais, ocorre uma mudança na estrutura social com o fim da vivência comunitária da morte.

Estas e outras mudanças, conforme observou Ariès em seus estudos, se deram continuamente ao longo de muitos séculos, “porém de forma tão lenta que os contemporâneos não se deram conta” (1977/2003, p. 84).

Assim a representação da morte em cada época e nas diversas civilizações e culturas estão alinhadas aos modelos de crença, valores e religiosidade de cada povo. E esses mesmos modelos é que determinam as práticas e ritos, e os delineamentos no enfrentamento ao luto.

Terceiro Ato – Marcha²⁵ – O Luto

Ao longo dos séculos a experiência do luto, assim como o sentido da morte, passou por importantes mudanças. As pesquisadoras Gabriel et al. coordenaram e publicaram em 2021 uma obra importante sobre as diversas faces do luto, sob título “Luto: Manual de Intervenção Psicológica”. Uma coletânea onde autores e autoras atribuem sentido e significados às vivências dos que perderam seus queridos. Nas páginas iniciais elas trazem uma breve história do luto:

A palavra “luto” deriva do latim *luctus*, que significa dor, mágoa, lástima. Apesar da “lástima emocional” em que se encontram as pessoas em luto, o seu sofrimento tende a ser considerado uma resposta normativa a um fenômeno natural (*i.e.*, perder alguém), o qual, devido à sua natureza, tende a ser ele próprio normalizado pela sociedade. (Gabriel et al. org., 2021, p. XXX)

Franco (2012) entende também o luto como um processo natural e esperado à medida que envolve a perda de alguém próximo, mas que, ainda assim, poderá provocar uma certa desestabilização e desorganização com relação à sua maneira de viver e ao mundo presumido²⁶. Para ela outros sentidos se mostrarão, possibilitando em um fluxo natural, uma experiência transformadora, com mudanças intensas e profundas para cada pessoa.

Em seu livro *Grief counseling and grief therapy: a handbook for the mental health practitioner*²⁷, J. William Worden (2018) considera aspectos do luto que podem torná-lo uma vivência complicada, mas não necessariamente patológica. Para explicar essa questão Worden (2018) utiliza a analogia pensada pelo psiquiatra George Engel (1961). Para Engel a perda de alguém querido tem as mesmas características de um acidente onde alguém é gravemente ferido. O tratamento fisiológico destinado ao acidentado para recuperá-lo e atribuir-lhe novamente a saúde, está para ele numa medida próxima ao que deve ocorrer com o enlutado. Engel afirma que, o enlutamento é um afastamento do estado de equilíbrio emocional saudável, e que em certa medida se assemelha a um processo de cicatrização. Do mesmo modo que no corpo físico ocorrem cicatrizações inadequadas, funções do corpo recuperadas total ou parcialmente, assim poderá ser com o luto, e que termos como “saudável” e “patológico” podem

²⁵Peça musical com grande regularidade rítmica, em compasso binário. Originariamente servia para o acompanhamento de uma procissão ou exército. Há vários tipos de marcha: marcha turca, marcha fúnebre, marcha nupcial.

²⁶“Parkes definiu o conceito de ‘mundo presumido’ como o único mundo que o indivíduo conhece e se reconhece, e inclui tudo o que ele sabe ou pensa saber. Este termo engloba o que o indivíduo pensa sobre o passado, suas expectativas para o futuro, seus valores, crenças e planos. Segundo o autor, estes aspectos são abalados diante de uma perda e uma nova concepção de mundo se faz necessária no processo de adaptação” (2009 citado por Santos. G., 2017, p. 117).

²⁷Aconselhamento do Luto e Terapia do Luto: um manual para profissionais da saúde mental (*tradução DeepL*)

acompanhar esse percurso. Worden (2018) ao trazer essa figura substitui as expressões “recuperação” e “restauração” utilizadas por Engel, por “adaptação”, porque segundo ele algumas pessoas têm aceitação melhor às perdas do que outras.

Portanto, a experiência do luto é muito pessoal, cada um poderá vivê-la de modos diferentes, intensidade e temporalidade distintas. Enquanto processo, não necessariamente seguirá etapas, é um caminho dinâmico e não linear. A escritora nigeriana, Chimamanda Ngozi Adichie em seu livro autobiográfico *Notas Sobre o Luto*, onde narra a experiência vivida com a morte do pai, diz: “o luto é diferente para cada um’ é fácil de ser absorvido pelo intelecto; para o coração é bem mais difícil.” (2021, s./p.)

Para os yanomami o luto envolve tristeza, choro, prantos e sofrimento que se transformam em raiva. A experiência do luto está intimamente relacionada com os rituais funerários. Kopenawa relata que quando as cinzas de seus mortos são colocadas em esquecimento²⁸, a vida e a felicidade voltam a fazer parte do povo (2010, p. 79).

Dessa maneira colocar as cinzas em esquecimento, completando o ciclo do luto, implica em eliminar por completo a existência física do morto. E para que esse ritual se dê os próprios yanomami precisam fazer a preparação dos corpos. A experiência do luto para os yanomami é temporal e durará enquanto as cinzas de seus mortos não forem completamente dissipadas em seus rituais:

Durante boa parte do ano seguinte, suas vidas ainda gravitarão em torno das cerimônias funerárias que irão organizar para chorar seus parentes assassinados, bem como os que, recentemente, morreram de malária. Seu luto imenso só acabará quando a última cabaça funerária for completamente esvaziada. Então a vida poderá retomar seu curso normal. (Kopenawa & Albert, 2010, p. 82)

Nos estudos sobre o Ocidente a representação do luto compreendia duas designações: luto e dor. O luto era o ato público, o rito social, que poderia implicar em algumas regras e obrigações. E a dor era a expressão sentimental da perda do ente querido. Porém, ainda que em determinada época se tenha estabelecido tais distinções, muito antes disso a dor manifesta diante da morte de alguém tinha o sentido do que reconhecemos na palavra luto (Ariès, 1977/2003; Thomas, 1983/1991).

²⁸Entre os yanomami ocidentais, as cinzas dos ossos dos mortos são ingeridas com o conteúdo de uma cabaça de mingau de banana-da-terra. Entre os Yanomami orientais, apenas as cinzas das crianças são consumidas desse modo, ao passo que as dos adultos são sepultadas na fogueira de seus parentes mais próximos. Em ambos os casos, o serviço funerário fica a cargo dos afins potenciais do morto. A expressão "pôr as cinzas em esquecimento" (*uxí pē nēhē mohotiamāi*) se refere a esse processo de ingestão ou sepultamento (ver Albert, 1985) (Kopenawa & Albert, 1982, p. 614).

Quanto ao luto os estudos de Thomas (1983/1991) em suas comparações entre a civilização negro-africana e ocidental-europeia, novamente aponta atitudes bastante distintas. Segundo Thomas para os negros-africanos o luto era permeado por muitos tabus, ganhando especial importância os rituais que introduziriam essa vivência na comunidade. A boa relação mantida com seus antepassados também determinava a prosperidade do povoado. Em contrapartida, na experiência ocidental o luto era vivenciado sem qualquer tabu envolto à experiência da morte, os cemitérios eram descuidados ou celebrados com sepulturas construídas com desejos particulares e excessivo zelo.

Thomas descreve algumas etapas do luto no Ocidente, segundo a tradição:

O luto inicia-se imediatamente após a morte: o enlutado dá-se a conhecer através de sinais distintivos (especialmente relacionados com o vestuário), isola-se e obedece a pesadas proibições. O rigoroso período de luto coincide com o agudo sentimento de perda e o rigoroso cumprimento das regras. Depois vem o meio luto, que corresponde a um período em que diminuiu a aflição dos parentes; as proibições são atenuadas e as características da roupa tornam-se mais discretas. As sociedades tradicionais — como ainda hoje acontece na África negra — assinalam a cessação do luto através de ritos de reintegração, aplicáveis sobretudo às viúvas; voltar a se casar. (1983/1991, p. 123, trad. *DeepL*)

Ainda sobre o luto no Ocidente, o que na Alta Idade Média era visto como expressões de dor legítimas, envolvendo desmaios, autoflagelos e interações emocionadas com o cadáver, passaria a ser a partir do séc. XIII manifestações abolidas, e simuladas a partir de então pelas carpideiras²⁹. Nos séculos seguintes a reclusão e o silêncio marcam o modo com que os enlutados eram conduzidos.

As pesquisadoras Gabriel et al. (2021) destacam esses processos em três momentos históricos: a Idade Média, a Idade Moderna e a Contemporaneidade. Na Idade Média o luto é retratado como um modo de expressão violento, com autoflagelos e abandono do asseio pessoal. Para as pessoas era uma forma de comunicar a dor e o sofrimento pela perda sofrida, e sob forte influência do cristianismo, a manifestação pública do sofrimento remetia a que Deus recebesse aquela pessoa em seu reino eterno.

Já na Modernidade o pensamento humanista dominante atenua esse sofrimento propondo que a morte era a “vontade de Deus em colocar a pessoa em um lugar melhor”

²⁹Pessoas contratadas para chorar os mortos.

(Gabriel et al., 2021, p. XXX). As pessoas deveriam respeitar e aceitar essa decisão divina, de modo que a manifestação do luto passa a ser somente pelos trajés e rituais fúnebres.

A experiência contemporânea do luto é marcada pela recusa à dor e ao sofrimento. O luto é uma experiência que precisa ser rechaçada, e assim como qualquer outro comportamento desadaptativo pode ser patologizado. Gabriel et al. (2021) entendem que a dificuldade do humano lidar com sua própria dor impõe essa neutralização da dor às outras pessoas.

Os estudos de Gabriel et al. (2021) demonstram de maneira peculiar, o quanto o luto e a dor mantém forte aproximação ao longo dos séculos. Estudos pós-guerra levaram estudiosos a pensarem o fenômeno do luto quando da incidência de mortes em massa. Em 1917, com base em suas observações clínicas, Freud cunha o termo “trabalho de luto”, em seu texto *Luto e Melancolia*, inaugurando naquele momento a compreensão de um processo de elaboração psicológica (Gabriel et al., 2021). Em outro estudo, dirigido pelo psiquiatra germano-americano Lindemann (1944) anos mais tarde, foi usada pela primeira vez a expressão “luto antecipatório” (Santos, 2017, p. 117). Lindemann acompanhou a reação de esposas de soldados convocados para a batalha, e para ele a perspectiva de morte findava por favorecer uma certa preparação emocional para aquelas mulheres lidarem com a iminente perda de seus maridos (Santos, 2017).

Portanto, o enlutamento envolve uma intensa carga emocional, e além de quadros de estresse, geralmente são afetadas também a emoção e a cognição; sendo que a presença de reações somáticas e comportamentais podem perdurar por semanas, meses ou anos, considerando que o processo de adaptação à perda é bastante transformador (Parkes, 1998; Schlindwein, 2001; Worden, 2018).

O Manual de Diagnósticos e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria, em sua mais recente edição, o DSM-V (2014), classificou o que chamou de Transtorno do Luto Complexo Persistente - TLCP em uma seção que não se destina ao uso clínico, pois aponta a necessidade de mais estudos. Para distinguir o TLCP do luto normal, traz a seguinte descrição:

O transtorno do luto complexo persistente distingue-se do luto normal pela presença de reações graves de luto que persistem por pelo menos 12 meses (ou seis meses em crianças) após a morte da pessoa próxima. O transtorno é diagnosticado somente quando persistem níveis graves de resposta de luto por ao menos 12 meses após a morte, interferindo na capacidade do indivíduo de funcionar. (p. 789)

Muito embora os aspectos não sejam definitivos, cabe pensar que estamos tratando de um tema que repercute na história humana de maneiras as mais diversas, social e culturalmente, considerando ainda a subjetividade de cada pessoa. Há os que acabam por não conseguir

reassignificar sua perda, e possivelmente precisarão de cuidados relacionados a sua saúde mental. Vários autores entre eles Franco (2012), Parkes (1998) e Worden (2018), consideraram relevante a inclusão do luto no DSM-V como modo de fomentar políticas públicas para as populações enlutadas que estejam em vulnerabilidade social.

Acirole e Bergamo (2019) sobre esse aspecto fazem um contraponto relevante:

Sofrimento e tristeza não são doenças. Não se deve patologizar o luto. Todo luto precisa ser olhado, apesar de nem todos os enlutados necessitarem de cuidado, o que ressalta a necessidade da existência de espaço a ser utilizado por aqueles que demandarem atenção. (p. 816)

Essa é uma discussão que deve ganhar muitos debates, fomentando também outros e novos interesses. Na era da técnica é possível especular inclusive em que momento a IA poderá adentrar na experiência do luto. A ficção já tem demonstrado que a tecnologia não está longe disso. Exemplo é a série *Black Mirror* que mistura realidade e ficção em suas histórias.

O episódio “*Be Right Back*” (Netflix, 2011, S02E01)³⁰ traduzido como *Volto Já*, narra a história do jovem casal heterossexual, Martha e Ash, e as possibilidades vivenciadas por Martha para enfrentar o luto, quando Ash morre em um acidente de carro. Após resistir à insistência de uma amiga para que experimente um aplicativo que possibilita através de IA recuperar todos os áudios de conversas telefônicas realizadas pelo marido ao longo da vida, e seguindo algoritmos de respostas frequentes, criar um canal de conversação entre ela e o marido morto, Martha cede.

E ao melhor estilo do “caminho sem volta”, após semanas conversando com a representação auditiva do marido, Martha decide adquirir o boneco de Ash. O produto tem uma estrutura que imita perfeitamente poros e músculos, em um modelo incrivelmente realístico, com as principais funções humanas. Para esse formato a empresa condensa além das informações obtidas nas áudio-comunicações, fotos e imagens que consigam informar gestos e estados emocionais, imitando a pessoa morta com um realismo assombroso.

Nossa intenção por ora não é de refletir exatamente sobre o desfecho dessa relação Martha *versus* boneco-Ash, mas pensar que a IA já é uma realidade, e os contornos que essa tecnologia trará à vivência do luto estão próximos.



³⁰1º Episódio da 2ª Temporada.

Quarto Ato – Lamentações³¹ – Biossegurança e Manejo de Corpos



*É uma cova grande pra tua carne pouca
 Mas à terra dada, não se abre a boca
 É a conta menor que tiraste em vida
 É a parte que te cabe deste latifúndio
 É a terra que querias ver dividida
 Estarás mais ancho que estavas no mundo
 Mas à terra dada, não se abre a boca*

Chico Buarque / João Cabral de Melo Neto (Funeral de Um Lavrador)

A área de conhecimento que compreende a *biossegurança* é formada por uma confluência de outros saberes, conforme indica Segata (2020, p. 283): “a ecologia, e epidemiologia, a biotecnologia, a bioética, e as humanidades”. A biossegurança é responsável dentre outras coisas, por controlar situações em que existe um risco iminente de proliferação descontrolada de agentes biológicos. Para tanto e sob essa égide os órgãos reguladores passaram a emitir normas e protocolos para determinar a prática de pesquisas e intervenções (Segata, 2020).

Com a pandemia do Sars-Cov-2 a partir de 2020, a adoção de medidas de biossegurança pelas autoridades sanitárias precisou ser imediata. O número de pessoas infectadas e de mortos em crescente alta motivou novos procedimentos para o manejo dos corpos, que iria desde a constatação da morte até o sepultamento. O Ministério da Saúde (2020) publicou a cartilha *Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus Covid-19*, seguindo orientações da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde – SVS-MS (2020), estabelecendo um protocolo *post mortem*. Algumas dessas deliberações refletiram nas interações familiares.

Destacamos:

- Em caso de morte, o reconhecimento do corpo é feito por um único familiar;
- O corpo deve ser embalado em três camadas: lençóis e dois sacos, e depositado em caixão lacrado;
- Os velórios são restritos a no máximo 10 pessoas, com tempo de uma hora, ou menos.

Não obstante, as rotinas hospitalares adotaram procedimentos igualmente restritivos: pacientes com suspeita ou confirmação de Covid-19 não podem ser acompanhados em internações ou receberem visitas; e todo acesso de parentes ao doente hospitalizado é restringido.

³¹Música baseada no “Livro das Lamentações” de Jeremias, utilizado na Liturgia Católica da Semana anterior à Páscoa, chamada Semana Santa. Entre os séculos XV-XVIII, numerosos compositores escreveram “Lamentações”, “a capella” e com acompanhamento de órgão e outros instrumentos.

Sanjurjo et al. (2020) destacaram umas das cenas mais impactantes dos meses de pandemia no Brasil, as covas abertas às centenas em diversos cemitérios. Para elas, duas certezas eram notórias, a dos corpos que ocupariam aqueles lugares ainda vazios, e a terra que mesmo em agonia traria a pacificação àqueles corpos infectados.

Figura 3

30 dias depois de estampar a capa do jornal americano Washington Post, as sepulturas abertas no Cemitério da Vila Formosa foram quase todas ocupadas. Andre Penner/AP



O jornalista Ullisses Campbell (2020) foi atraído ao cemitério de Vila Formosa, zona leste de São Paulo, considerado o maior da América Latina. Os enterros haviam aumentado numa crescente incomum e os novos protocolos adotados naquele momento também chamaram a atenção: “A esses corpos, que chegavam em caixões lacrados, eram permitidos apenas velórios ao ar livre, com dez minutos de duração e presença de no máximo dez pessoas.” (s./p.).

Um outro detalhe, conforme Campbell (2020), marcava o modo como cada sepultamento se daria: “Desde o dia 1º de março, uma letra e um número (D3)³², colocados no alto da folha da declaração de óbito podem significar a diferença entre uma despedida digna e um enterro expresso na cidade de São Paulo” (s./p.).

Nesse momento eu, a autora desta dissertação, paro para compartilhar parte da motivação do tema deste trabalho. Com base em experiências passadas com a morte de familiares muito próximos, tentarei relatar brevemente como foi um desses episódios, pré e pós-morte, para refletir então sobre os possíveis impactos de não viver o cerimonial envolto no passamento de alguém querido nesse momento de pandemia.

³²A sigla D3 consiste em uma inscrição, de caráter preventivo, que aponta para o risco de contaminação pela manipulação de cadáveres. Não corresponde necessariamente à confirmação de morte por Covid-19. D3 é a versão alfanumérica do símbolo gráfico que designa materiais infecciosos (classe D) de origem biológica (fator 3) discriminados pelo Sistema de Informações sobre Materiais Perigosos no Local de Trabalho (Sanjurjo, Nadai e Azevedo, 2020, p. 4).

O ano era 2015, a notícia de sua morte chegou algumas horas depois de eu tê-la visitado em um leito hospitalar de terapia intensiva. Havia cinco dias precisou ser intubada. Foram mais de 40 dias de internação, onde pude acompanhá-la dias e noites, sem qualquer restrição por conta de sua idade. Antes da segunda internação permaneceu 30 dias em casa recebendo oxigênio por cilindros fornecidos pelo SUS. No instante em que fui comunicada pela médica plantonista da UTI de seu óbito pedi para ver o corpo, mas já haviam encaminhado ao necrotério. Nem sei o porquê, mas parecia necessário vê-la desfalecida para acreditar. Reunimo-nos ainda no hospital, eu e meus irmãos, comunicamos dali mesmo muitos familiares e amigos, e saímos com um relatório médico para dar entrada no cartório, e termos no mais tardar em 24h, o atestado de óbito. Nesse instante meu irmão e sua esposa são conduzidos para reconhecer o corpo; ele aciona o plano funerário e uma equipe recolhe o corpo que será preparado para o velório. De banho à maquiagem, tudo em memória dela, para um último encontro dos viventes com sua representação física. Pudemos escolher sua última roupa, aquela que acreditávamos ficaria melhor para essa despedida. Lá se vão algumas horas para comunicarmos os amigos, familiares, conhecidos, colegas de trabalho, definir e informar local onde se dariam as últimas homenagens. Preparamos aquele momento para que durante algumas horas, do dia e da noite, recebêssemos umas tantas pessoas que quisessem e/ou pudessem comparecer para nos alentar e chorar conosco o passamento de nossa mãe. Por sua crença, seguiram-se outras cerimônias, canções que ela gostava, reflexões e testemunhos sobre como era boa amiga prá gente que eu nem conhecia. O templo estava cheio, pouco mais de duzentas ou trezentas pessoas, pudemos contemplar seu rosto um último momento, tocar na sua mão inerte. Num cortejo final e não menos acompanhado de pessoas que tanto gostavam dela, finalizamos ali seu sepultamento. Certamente nunca pensei quão importante seriam aqueles momentos – por difíceis e tristes que fossem – sentir um apoio, um abraço, o carinho dos amigos, uma palavra de conforto, um último olhar para aquele rosto a quem recorri por tantas vezes na vida (relato da autora da dissertação).

Kwame Yonatan Poli dos Santos (2020) relatou sua própria experiência nas primeiras semanas de Covid no Brasil:

Chovia? Não lembro mais, mas qual outra cena seria possível para aquele dia dois de abril? Chove em mim e faz frio. Não havia mais leitos e nem como se acostumar com a cena anunciada: Coronavírus fazia mais uma vítima. No velório, imagino que eram somente 10: “disseram que só pode até 10” ... Conta um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Jovem, negro, aos seus 36 anos, tinha feito dezenas de amigos e familiares na vida, mas no seu enterro só foram 10, só puderam ir 10. Um amigo distante da época da faculdade que não via há muitos anos pegou Covid-19 e faleceu na madrugada do dia 2 de abril de 2020. Não nos víamos há muitos anos, mas sua morte produziu algo inominável. Tão jovem, 36 anos. Engasgo e a lágrima que não sai... Não é o tempo que passa, somos nós que passamos por ele. Ele existia antes de nós e

permanecerá depois que fizermos nossa passagem. Abstrato, invisível e profundamente material, ninguém o tem e, ao mesmo tempo, ele na sua vagarosidade se faz presente: marca o rosto, dobra-se, retorna, deixa lembranças e leva pessoas queridas. Caixaão lacrado, distância de 1,5 metro, sem abraços, beijos, peito apertado, respira e conta até 10. Tudo foi esterilizado com álcool em gel: o caixaão, o Coveiro, o Fernando, as lágrimas, as mãos, tudo, menos a dor, não me toquem nessa dor, ela não vai ser neutralizada. (pp. 29-30)

A diferença entre essas duas experiências é gritante. A narrativa de Santos (2020) dimensiona minimamente como foi perder alguém por Covid, a ausência de pessoas é notada numa contagem de alguém que parece desacreditar que só podem 10, 10 pessoas. O lamento pela morte precoce do amigo, também marcado pela descrição do enterro biosseguro onde tudo parece faltar, menos a dor, essa não pode “ser neutralizada”.

Vivenciar a perda de uma pessoa querida não costuma ser fácil independente do contexto, da intensidade da relação, de conflitos envolvidos. É uma separação que pode desencadear alguma instabilidade emocional. E a considerar as medidas de biossegurança definidas a partir da pandemia as possibilidades de que isso se dê são ainda maiores (Hott, 2020).

As ações biosseguras foram urgentes. Para prevenir novos contágios o isolamento do doente hospitalizado era necessário, além da restrição a qualquer tipo de visita e acompanhamento familiar no processo do tratamento. A demanda dos cuidados aos pacientes e as sucessivas mortes implicaram na demora de equipes de saúde em comunicar esses desfechos aos familiares. O aumento do número de mortos, a burocracia e restrições para a identificação, provocaram dificuldades nos necrotérios e favoreceu inclusive a identificação incorreta de corpos.

Esse cenário dramático e doloroso que ocorreu em vários locais do país, foi noticiado por diversos veículos de comunicação diariamente. Se por um lado era importante que se soubesse a quantidade de infectados e de vítimas fatais da Covid-19, por outro, os números omitiam justamente o que de mais importante se perdia: um rosto, uma história, uma despedida. Para além das dificuldades em lidar com a doença, as medidas de biossegurança suprimiram em grande parte a realização de rituais de despedida. A ausência de rituais fúnebres emudeceu tradições e comunidades que historicamente se valiam de cerimoniais para despedirem-se e dedicarem à(s) divindade(s) e/ou à ancestralidade seus entes.

Veja alguns relatos extraídos do trabalho de Sanjurjo et al. (2020, p. 10):

Maria Francisca, 61 anos, foi enterrada sem presença de nenhum parente. Todos estavam em casa com medo do vírus. Sua amiga Fernanda Gusmão é parte do grupo de risco, mas compareceu e acompanhou sozinha o caixão mesmo à distância porque “ninguém merece ser enterrado feito indigente” (CAMPBELL, 27/03/2020). Maria Francisca foi enterrada sem qualquer flor. Já para a mãe de “uma criança de 6 anos”, foi preciso chamar o diretor do cemitério. A abertura do caixão para que a criança tivesse como companhia uma flor, colocaria todos os presentes em risco (Idem). O funcionário não cedeu aos apelos da mulher. E essa foi a mesma situação das filhas de Ignácio Fonseca Santos: ele tinha dores no peito e uma prescrição para fazer o exame, mas morreu antes. Recebeu uma declaração “suspeito pra Covid-19” e elas não puderam beijá-lo (Idem). Já os apelos de Alícia, uma mãe boliviana moradora de Cidade Tiradentes, bairro periférico do município de São Paulo, conseguiram comover o agente funerário, que abriu o caixão, mas avisou: “Ela não vai ver nada, ele tá num saco”. A mãe viu o plástico azul enrugado, onde devia estar o rosto de seu filho de 29 anos. Ela o havia levado ao hospital na segunda e na quinta soube da morte. Não o viu desde então, assim como não pôde dar adeus (BOECHAT, 01/04/2020b). Antônio Rodrigues de Lima foi para o hospital Santa Marcelina na quinta e morreu no sábado. O irmão achou que era infarto, mas a declaração de óbito dizia “suspeito pra Covid-19”. Antônio estava sujo e assim foi enterrado, sem uma roupa apropriada ou dignidade (Idem).

As histórias mostram o quão difícil é para familiares e amigos despedirem-se de seus mortos diante das restrições impostas pelos órgãos sanitários para tentar conter a disseminação do coronavírus. Sendo os rituais fúnebres importantes para inserção dos vivos no processo de luto, competirá refletir a inclusão de novas políticas de enlutamento nas implantações de enterros biosseguros.

Quinto Ato – Requiem³³ – Cerimonias e Rituais Fúnebres

Os rituais fúnebres possuem funções e finalidades muito semelhantes nas culturas ao redor do mundo, quais sejam, de auxiliar na abordagem e condução do luto da perda de uma pessoa querida. A simbologia expressa nesses rituais possui uma uniformidade transcultural, que é: evidenciar a perda de uma pessoa e o auxílio para que familiares e amigos confrontem-se com ela concretamente; a valoração da trajetória de vida do morto; a possibilidade de expressar a dor e o sofrimento dos enlutados publicamente e postulando a duração conveniente do pesar; dar ciência às pessoas dessa morte e à possibilidade de despedirem-se; o sentido da

³³Missa dos Defuntos. Palavra tirada do canto inicial: “*Requiem aeternam dona eis, Domine*”, que significa “Dá-lhes, Senhor, o eterno descanso”.

vida e da morte e a atribuição de significados a essa perda indicando a direção que os vivos devem tomar para a continuidade social enquanto comunidade, acolhendo e preservando sua integridade (Bromberg, 2000; Imber-Black, 1998; Schlindwein, 2001). Todos esses escritos reafirmam o que outrora havia dito Hannah Arendt (1949/1998), quanto a importância da ritualização no processo de iniciação ao enlutamento. O cerimonial que afirma a morte publicamente, demarca essa passagem de quem permanece e de quem não-é-mais.

Outro aspecto destacado por Imber-Black (1998) está no fato de que todos esses rituais estão limitados a um espaço e a um tempo, de modo a propiciar certa segurança psicológica às comunidades. Quanto ao espaço os rituais ocorrem em ambientes específicos, templos, moradias, pontos sagrados de uma determinada cultura, cemitérios. E quanto ao tempo existem celebrações que antecedem o sepultamento, e em algumas culturas os rituais seguem-se por períodos de até um ano, ressignificando essa passagem do tempo e a reinserção das pessoas à vida cotidiana daquele grupo.

Fica assim, evidente a importância presente nessa expressão cultural de ritualizar os mortos, garantindo à família e à comunidade esse momento de ajuda-mútua, confraternização e apoio solidário, de chorar e externar suas dores e afetos, bem como de honrar a memória da pessoa falecida, com homenagens e ritos (Imber-Black, 1998).

Também importante nessas celebrações são os cuidados destinados ao corpo da pessoa falecida. No Brasil urbanizado os cuidados envolverão os serviços técnicos da tanatopraxia, de lavar, maquiagem, vestir e “acomodar” o corpo no féretro. Detalhes como o ambiente apropriado para dispor o corpo e receber as pessoas próximas, também exigem atenção e preparo. E ainda as liturgias e homenagens, sendo que tudo isso poderá chamar a atenção se considerarmos que ali jaz um corpo já sem vida (Souza & Souza, 2019).

Silva (2020, p. 2) chama a atenção à “máquina administrativa da morte”, que segundo ela envolverá uma lista de profissionais da área da saúde e sanitária, agentes funerários e de cartórios, administradores de cemitérios e o próprio coveiro. A mudança histórica marcada pelo funcionamento organizado dessa máquina é a destinação do doente e do morto às instituições hospitalares em detrimento do cuidado familiar (Ariès, 1977/2003, 1977/1990).

Assim numa perspectiva simbólica, o ritual pode ser concebido como um sistema de comunicação entre a cultura e seus significados, a representação social e o próprio evento, e que será, portanto, um forte demarcador histórico atravessando gerações com essas e novas concepções (Souza & Souza, 2019).

Herout (2013) ressalta que mesmo que toda essa preparação seja em homenagem ao morto a vida seguirá para os vivos, sendo o ritual de um valor inestimável para quem o

acompanha, estabelecendo momentos de comunhão, cumplicidade, compaixão e renovação; o contato com o divino e o início do luto necessário.

Já as cerimônias que ocorrem nesse contexto ritualístico, tendem a funcionar como uma figura que deseja marcar e mostrar os sentidos e as intenções ali manifestas, uma certa moldura que dará os contornos necessários para a ocasião (Souza & Souza, 2019).

A importância do cerimonial fúnebre no relato do xamã yanomami, Davi Kopenawa, evidencia muito do que se tratou até aqui. No rito indígena os símbolos e crenças objetivam a separação entre o mundo dos vivos e o dos mortos (Kopenawa & Albert, 2010). No modo de preparação do corpo, os yanomami o colocam em posição fetal e o embrulham em um saco de folhas de palmeira:

Esse saco funerário oblongo (*paxara ãhu*), trançado com folhas de palmeira (*mai masi, hoko si* ou *kõanari si*), é levado nas costas, sustentado por uma faixa frontal. Já na floresta, é envolto num invólucro de ripas (*yorohiki*) e fixado a uma estrutura de madeira a meia altura de uma árvore jovem ou sobre uma plataforma. Uma vez decomposto o cadáver, seus ossos são recolhidos e limpos, para então serem guardados durante algum tempo num cesto colocado acima da fogueira doméstica dos próximos do defunto. Os ossos secos serão posteriormente queimados e pilados; as cinzas são armazenadas em cabaças lacradas com cera de abelha (*porá axi*), e o conteúdo será ingerido ou sepultado no decorrer de uma ou várias festas *reahu*. (p. 639)

Acreditam, conforme Kopenawa (2010), que com a destruição ou eliminação da existência física corpórea dos mortos, de todos os seus bens e de sua existência social que é o impedimento de que o nome do morto seja pronunciado, a partir dali os familiares próximos retomarão sua alegria. Um cerimonial necessário para chegarem ao ciclo de luto denominado “pôr em esquecimento”.

No caso de Kopenawa (2010) sua mãe morreu durante uma epidemia (*xawara*), e em meio ao adoecimento de outros parentes e do próprio esposo, seu corpo foi enterrado *à revelia* de qualquer liderança yanomami. Os familiares só tiveram conhecimento desse fato quando retomaram a saúde, mas sem saberem onde ela foi sepultada. Conforme diz Kopenawa:

Por causa deles [os missionários], nunca pude chorar minha mãe como faziam nossos antigos. Isso é uma coisa muito ruim. Causou-me um sofrimento muito profundo, e a raiva dessa morte fica em mim desde então. Foi endurecendo com o tempo, e só terá fim quando eu mesmo acabar. Após a morte, nosso fantasma não vai viver junto de *Teosi* [o deus apresentado pelos brancos], como dizem os missionários. Ele se separa de nossa pele e vai morar noutro lugar, longe dos brancos. Nossos defuntos moram nas costas do

céu, onde a floresta é bela e rica em caça. Suas casas lá são muitas e suas festas *reahu* nunca param. Vivem felizes, sem dores nem doenças. Vistos de lá de cima, somos nós que causamos dó! Os mortos ficam tristes por nos terem abandonado na terra, sozinhos, com fome e ameaçados pelos seres maléficis. Por isso minha mágoa é um pouco aplacada quando penso que minha mãe vive feliz na floresta dos fantasmas, na companhia de todos os nossos parentes falecidos. (Kopenawa & Albert, 2010, p. 268)

Para os yanomami enterrar os corpos é uma prática abominável, que não só impossibilita o fim do luto, como coloca em risco a estabilidade espiritual de toda a comunidade.

Em abril de 2020, durante o início da pandemia do Coronavírus, a jornalista Eliane Brum do Jornal *El País*, escreveu uma matéria onde narrava uma situação “*de horror*” que ocorria com três mães yanomami no Estado de Roraima:

Em maio, essas mulheres e seus bebês foram levados para Boa Vista, capital de Roraima, com suspeitas de pneumonia. Nos hospitais, as crianças teriam sido contaminadas por covid-19. E lá morreram. E então seus pequenos corpos desapareceram, possivelmente enterrados no cemitério da cidade. Duas das mães estão com covid-19, amontoadas na Casa de Saúde Indígena (CASAI), abarrotada de doentes. Lá, corroídas pelo vírus, elas imploram pelos seus bebês. (p. 2)

Conforme vimos no relato de Kopenawa, enterrar o corpo para os yanomami é um ato abominável. Para que toda a comunidade viva essa morte e o luto, precisam realizar os cerimoniais que envolvem desde a preparação do corpo até a ingestão de suas cinzas em rituais futuros. Voltar para a aldeia sem os corpos de seus bebês envolvia grande sofrimento e desespero para aquelas mães. O que se mostrou nesse episódio foi o despreparo do Estado brasileiro em propor ações sanitárias que atendessem as demandas específicas da população indígena.

Bruce Albert (2020) alerta sobre a necessidade de que as autoridades encontrem uma solução aceitável para os yanomami, visto ser fundamental para esse povo que seus mortos sejam cremados e chorados coletivamente, obedecendo os seus ritos.

Souza e Souza (2019) destacaram a importância dos rituais no processo de luto, dizem elas:

Compreende-se, portanto, que a dedicação presente nos rituais relacionados à morte possibilita aos vivos amenizar possíveis sentimentos de culpa, sendo o ritual fúnebre necessário para a maturação psicológica por ter atribuições relevantes, como ajudar o indivíduo a confrontar-se com a perda concreta, entrando no processo de luto e possibilitando-lhe também a manifestação pública de seu luto. (p. 6)

Retirar da esfera pública o direito à ritualização é como atribui Arendt (1949/1998), suprimir a própria existência. É o prisioneiro do campo de concentração que destituído de qualquer direito à vida, perde também o direito à morte que é anônima e incerta.

A compreensão de que os rituais fúnebres na dimensão pública têm funções com potencial significativo de interferir no processo de luto, fica latente quando acontecem os chamados “altares espontâneos”. No estudo da pesquisadora colombiana Grisales (2016), se destaca a frequência com que altares são constituídos naturalmente, diante de episódios de comoção social envolvendo violência ou acidentes trágicos, com grande quantidade de mortos e que são capazes de expressar um sofrimento coletivo.

Grisales (2016) adota o conceito utilizado por Jack Santino “altares espontâneos”, e explica:

[são] rituais públicos de luto diante de mortes inesperadas e consideradas injustas. Os altares são, a um só tempo, formas materiais de conservar a memória dos fatos, expressão pública das emoções e demanda por mudanças sociais e pelo reconhecimento da dor. Busca-se dar às emoções um lugar na esfera pública e reivindicar o reconhecimento do dano e da injustiça por parte de colegas, vizinhos e amigos. (p. 86)

Durante a pandemia da Covid-19 foram inúmeras as manifestações públicas em homenagem às centenas de milhares de vítimas da doença no Brasil e no Mundo.

Figura 4

Protesto pelos 100 mil mortos da Covid-19 aconteceu neste sábado em Copacabana



Foto: Reprodução/Instagram

Figura 5
Enfermeiros fazem homenagem em Brasília a colegas mortos pela Covid-19



Foto: Afonso Ferreira/G1

Figura 6
Membro da ONG Rio de Paz põe lençóis brancos em homenagem aos 600 mil mortos pela Covid



Foto: Pilar Olivares/Reuters

Em muitas delas a participação de pessoas afetadas pela perda de um parente próximo, extraiu as dores da esfera particular para a pública. Conforme Grisales (2016), os altares espontâneos acabam por problematizar nestes contextos o que é privado com o que é público. E para ela o que faz com que tal situação aconteça é o fato de que coletivamente as pessoas se sintam igualmente injustiçadas e vulnerabilizadas pelos mesmos motivos, tornando a perda individual sentida numa dimensão coletiva.

Numa outra perspectiva sobre o mesmo fenômeno das manifestações públicas está, segundo Butler, o movimento de mostrar-se publicamente, independente de qualquer declaração. Para ela tais movimentos já implicam numa conquista de um “*espaço público de aparição*” (2021). Butler afirma que tais ajuntamentos coletivos possuem sua importância antes mesmo de qualquer declaração. E complementa: “Ou talvez comece a falar assim que as condições públicas e espaciais de seu pronunciamento forem formadas. As assembleias dependem de redes que não são visíveis, e de tecnologias que moldam a esfera da aparência” (2021, p. 13).

Possivelmente as “redes invisíveis” que unem essas pessoas seja a reivindicação do direito ao luto, do direito de chorar seus mortos, chorá-los publicamente, uma vez que a estes foi tirada a possibilidade de ritualização.

Opus 3 – Blues³⁴ - Análise e Discussão



*A carne mais barata do mercado é a carne negra
que vai de graça pro presídio
e para debaixo de plástico
que vai de graça pro subemprego
e pros hospitais psiquiátricos
Elza Soares (A Carne)*

Primeiro Ato – Embaralhando

Neste primeiro *Ato* de *Opus 3* vamos contextualizar a pesquisa de campo.

Ouvir pessoas que haviam perdido familiares próximos, mães, pais, filha, avô, maridos, primos, pode ter sido um modo de chegar a uma dor que era coletiva e que também ressoava em mim. Identificar com essas pessoas que as mortes de seus queridos eram evitáveis, era também a maneira de dizer isso sobre os meus queridos. Tais mortes eram evitáveis e essas vidas tinham o direito de serem *vivíveis*.

Desenvolver a pesquisa com essas 12 pessoas era descobrir: quem eram essas pessoas? quem eram seus queridos? Mais do que histórias partilhadas, eram lágrimas, dores, saudades de alguém que já não estava mais ao lado de quem os queriam tanto. Sonhos e projetos foram interrompidos, como ocupar esse espaço tão único?

Compreender essas conexões me levou a caminhos curiosos. Eram 12 participantes. Simbolicamente o número 12 representa o fim e o início de ciclos. O 12 está presente nas variações cronológicas: um ano de 12 meses, um dia com dois ciclos de 12 horas, e até a contagem dos segundos que são 60, ou 5 x 12. Os signos do zodíaco³⁵ também são 12, igualmente no horóscopo chinês³⁶ que é representado por 12 animais, onde cada animal representa ciclos de 12 anos. Na música são 12³⁷ as notas musicais e 12³⁸ os graus cromáticos. Nas artes, as matrizes de cores são 12³⁹. Na religião o 12 aparece nas tradições judaico-cristãs⁴⁰:

³⁴Música lenta e triste dos negros americanos, sobre poesia popular, que fundiu as influências das músicas europeias e africanas.

³⁵O Zodíaco é formado pelas constelações de Peixes, Áries, Touro, Gêmeos, Câncer, Leão, Virgem, Libra, Escorpião, Sagitário, Capricórnio e Aquário.

³⁶A ordem dos animais é: Rato, Boi, Tigre, Coelho, Dragão, Serpente, Cavalo, Carneiro, Macaco, Galo, Cão e Porco.

³⁷dó, dó#, ré, ré#, mi, fá, fá#, sol, sol#, lá, lá#, si.

³⁸C, C#, D, D#, E, F, F#, G, G#, A, A#, B.

³⁹Amarelo, Amarelo Esverdeado, Verde, Azul Esverdeado, Azul, Azul Violeta, Violeta, Vermelho Violeta, Vermelho, Vermelho Alaranjado, Laranja, Amarelo Alaranjado.

⁴⁰Os apóstolos: Pedro, André, João, Tiago, Filipe, Bartolomeu, Tomé, Mateus *ou Levi*, Tiago, Judas Tadeu, Simão, Judas Iscariotes. As tribos: Rubén, Simeão, Levi, Judá, Dã, Naftali, Gade, Asser, Issacar, Zebulom, José e Benjamim. As pedras do peitoral: Rubi, Esmeralda, Topázio, Carbúnculo, Safira, Diamante, Jacinto, Ágata, Ametista, Crisólito, Onix, Jaspe.

12 apóstolos de Jesus, 12 tribos de Israel que compunham o povo escolhido, 12 pedras do peitoral do sumo sacerdote, dentre outras aparições. Também foram 12 os deuses do Olimpo⁴¹. Para esse estudo o 12 trouxe um bom alinhavo de histórias. Memórias, dor e lágrimas, um pouco de cada alma em 12 bons encontros.

Para nomear os participantes seguindo a mesma linha simbólica, foram utilizados os nomes de 12 pedras de dominó. O dominó é um jogo multifacetado, das praças aos encontros de família e amigos, os jogos de mesa não perdem seu fascínio ainda que com o advento da tecnologia. A sua criação é atribuída a um soldado chinês Hung Ming, no segundo século a.C. A mesma China onde surgiu o coronavírus. Seu nome provavelmente derive de uma expressão latina, que era pronunciada pelos padres europeus enquanto jogavam, “domino gratia” ou “graças a Deus”.

Outra curiosidade que remete ao contexto dessa pesquisa, é que o dominó foi trazido ao Brasil pelos portugueses, durante a invasão e exploração colonizadora, e acabou se tornando um passatempo para a população escravizada. No caso da Covid-19, a doença foi trazida pelos ricos, patrões e patroas, que findou atingindo principalmente os mais pobres, matando os mais vulneráveis, em sua maioria, aqueles com reduzidas possibilidades de recursos e assistência.

Dos atributos que compõem um bom jogo de dominó, além das técnicas e saberes do jogador profissional, estão a sorte na distribuição das pedras e o poder e malícia que cada jogador tem nas mãos de decidir sobre a própria jogada. As pedras podem ter valores distintos a depender dos jogos e de suas regras. Uma pedra bastante cobiçada em alguns jogos é a Doble Sena com a representação 6-6, que possui a maior soma de lados possível. A Doble Sena é a única pedra que alcança a soma 12, e é a que geralmente dá início às partidas, colocando seu jogador em certa vantagem. E por fim, como toda história, as pedras do dominó possuem duas pontas ou dois lados, duas perspectivas, duas opções de jogada, dois caminhos dos quais, um ou ambos poderão decidir o jogo e atribuir a vitória.

Mais à frente serão indicados os participantes e as pedras que os representará.

No relato feito pelos participantes foi possível observar que o discurso livre permitiu que construíssem suas histórias rememorando os episódios que antecederam a morte. O discurso da vivência do luto para os participantes sugeriu ter relevância a partir do trilhar pelos acontecimentos que vieram desde o adoecimento, reforçando a conexão apontada por Mayland et al. (2020), de que a natureza da morte, sendo ela repentina e/ou traumática, pode funcionar como fator de risco para lutos complicados.

⁴¹Zeus, Hera, Poseidon, Atena, Ares, Deméter, Apolo, Ártemis, Hefesto, Afrodite, Hermes e Dionísio.

O pressuposto era de que em função das determinações da Secretaria de Vigilância e Saúde do MS quanto aos protocolos biosseguros, todas as pessoas entrevistadas trouxessem experiências com privações para o sepultamento de seus entes, relatando os impactos disso em seu processo de luto. Contudo, verificou-se que as medidas de proteção adotadas desde a internação até o sepultamento não foram unânimes. Especialmente com um dos participantes o protocolo Covid foi praticamente inexistente.

De modo que, para o tratamento das informações compartilhadas com a pesquisadora será adotado esse relato como referência para as aproximações e reflexões com os demais discursos. Serão considerados os relatos em seus aspectos temporais: Pré-morte (último encontro, hospitalização e despedida) e Pós-morte (cerimonial e luto). E neste contexto também serão abordados os protocolos de biossegurança observados e os impactos emocionais demonstrados pelo participante.

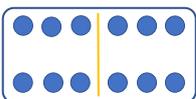
Aqui serão nomeados os participantes, que na análise em *Atos 2* serão tratados como “pedras”. Será chamado de “Pedra 12 ou P#12” (resultado da soma das pontas) o participante utilizado como delineador para as aproximações com os demais relatos. Conforme acima exposto, a Doble Sena ou bucha 6-6 representa a pedra cobiçada, a qual aqui se impõe o desafio de relacionar ao “lugar cobiçado”. O lugar que é investido de primazia e poder, em que se obtém a prioridade, e de onde se supera e se sobrepõe ao obstáculo inicial, começar uma partida. A soma das pontas identificará os participantes pela ordem dos falecimentos, exceto P#12. A ordem que segue agora obedece à cronologia dos falecimentos:



Pedra 1 – P#1, mulher, 33 anos, assistente administrativa, perdeu o pai aos 68 anos, há 1 ano 2 meses e 25 dias da data da entrevista. Quando perdeu o pai era a 17ª semana de pandemia de 2020. Na data do falecimento eram 52.995 casos de Covid no Brasil, com 3.670 mortos. Nesse período ainda não havia vacinas.



Pedra 2 – P#2, homem, 28 anos, psicólogo, perdeu a tia-mãe⁴² aos 65 anos, há 1 ano 1 mês e 16 dias da data da entrevista. Quando perdeu a tia-mãe era a 23ª semana de pandemia de 2020. Na data do falecimento eram 614.941 casos de Covid no Brasil, com 34.021 mortos. Nesse período ainda não havia vacinas.



Pedra 12 – P#12, homem, 41 anos, médico, perdeu o pai aos 85, há 1 ano 1 mês e 9 dias da data da entrevista. Quando perdeu o pai era a 25ª semana de pandemia de 2020. Na data do falecimento eram 955.377 casos de Covid no Brasil, com 46.510 mortos. Nesse período ainda não havia vacinas.



Pedra 3 – P#3, mulher, 33 anos, estudante de medicina, perdeu o pai aos 64 anos, há 1 ano e 8 dias da data da entrevista. Quando perdeu o pai era a 29ª semana de pandemia de

⁴²A tia e a avó foram as pessoas com quem teve mais contato em sua infância, considerando-as como suas mães. A mãe é viva, mas foi ausente. Para esse estudo vamos utilizar “mãe” em substituição a “tia-mãe”.

2020. Na data do falecimento eram 2.074.860 casos de Covid no Brasil, com 78.772 mortos. Nesse período ainda não havia vacinas.



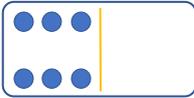
Pedra 4 – P#4, mulher, 29 anos, perdeu o pai aos 60 anos, há 7 meses e 5 dias da entrevista. Quando perdeu o pai era a 51ª semana de pandemia de 2020. Na data do falecimento eram 7.213.155 casos de Covid no Brasil, com 186.356 mortos. Nesse período ainda não havia vacinas.



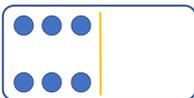
Pedra 5 – P#5, mulher, 48 anos, professora, perdeu a sogra aos 79 anos, há 6 meses e 17 dias da data da entrevista. Quando perdeu a sogra era a 1ª semana de pandemia de 2021. Na data do falecimento eram 7.733.746 casos de Covid no Brasil, com 196.018 mortos. Nesse período ainda não havia vacinas no Brasil.



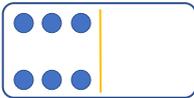
Pedra 5 – P#5, mulher, 48 anos, professora, perdeu o sogro aos 83 anos, há 6 meses e 10 dias da data da entrevista. Quando perdeu o sogro era a 2ª semana de pandemia de 2021. Na data do falecimento eram 8.105.790 casos de Covid no Brasil, com 203.100 mortos. Nesse período ainda não havia vacinas no Brasil.



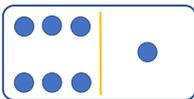
Pedra 6 – P#6, mulher, 49 anos, perdeu o pai aos 84 anos, há 4 meses e 25 dias da data da entrevista. Quando perdeu o pai era a 8ª semana de pandemia de 2021. Na data do falecimento eram 10.517.232 casos de Covid no Brasil, com 254.221 mortos. Nesse período já havia vacinas no país com 6.518.628 vacinados (3,1 % da população) e 1.914.940 imunizados totalmente (0,9 % da população).



Pedra 6 – P#6, mulher, 49 anos, perdeu a filha aos 25 anos, há 4 meses e 25 dias da data da entrevista. Quando perdeu a filha era a 8ª semana de pandemia de 2021. Na data do falecimento eram 10.517.232 casos de Covid no Brasil, com 254.221 mortos. Nesse período já havia vacinas no país com 6.518.628 vacinados (3,1 % da população) e 1.914.940 imunizados totalmente (0,9 % da população).



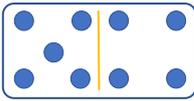
Pedra 6 – P#6, mulher, 49 anos, perdeu o esposo aos 62 anos, há 4 meses e 17 dias da data da entrevista. Quando perdeu o esposo era a 9ª semana de pandemia de 2021. Na data do falecimento eram 10.869.227 casos de Covid no Brasil, com 262.770 mortos. Nesse período já havia vacinas no país com 7.958.939 vacinados (3,7 % da população) e 2.617.603 imunizados totalmente (1,2 % da população).



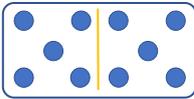
Pedra 7 – P#7, homem, enfermeiro, 52 anos, perdeu o primo aos 51 anos, há 4 meses e 13 dias da data da entrevista. Quando perdeu o primo era a 10ª semana de pandemia de 2021. Na data do falecimento eram 11.202.305 casos de Covid no Brasil, com 270.656 mortos. Nesse período já havia vacinas no país com 9.013.293 vacinados (4,2 % da população) e 3.167.810 imunizados totalmente (1,5 % da população).



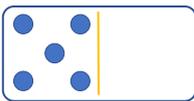
Pedra 8 – P#8, mulher, 50 anos, perdeu o esposo aos 63 anos, há 4 meses e 10 dias da data da entrevista. Quando perdeu o esposo era a 11ª semana de pandemia de 2021. Na data do falecimento eram 11.483.370 casos de Covid no Brasil, com 278.229 mortos. Nesse período já havia vacinas no país com 9.718.209 vacinados (4,6 % da população) e 3.568.455 imunizados totalmente (1,7 % da população).



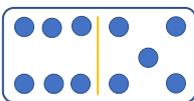
Pedra 9 – P#9, mulher, 37 anos, psicóloga, perdeu o pai aos 72 anos, há 3 meses e 28 dias da data da entrevista. Quando perdeu o pai era a 11ª semana de pandemia de 2021. Na data do falecimento eram 11.603.535 casos de Covid no Brasil, com 282.127 mortos. Nesse período já havia vacinas no país com 10.402.388 vacinados (4,9 % da população) e 3.796.406 imunizados totalmente (1,8 % da população).



Pedra 10 – P#10, mulher, 24 anos, psicóloga, perdeu o avô-materno aos 71 anos, há 3 meses e 17 dias da data da entrevista. Quando perdeu o avô-materno era a 14ª semana de pandemia de 2021. Na data do falecimento eram 12.984.959 casos de Covid no Brasil, com 331.433 mortos. Nesse período já havia vacinas no país com 19.510.333 vacinados (9,2 % da população) e 5.400.335 imunizados totalmente (2,5 % da população).



Pedra 5 – P#5⁴³, mulher, 48 anos, professora, perdeu a mãe aos 71 anos, há 3 meses e 11 dias da data da entrevista. Quando perdeu a mãe era a 14ª semana de pandemia de 2021. Na data do falecimento eram 13.373.174 casos de Covid no Brasil, com 348.718 mortos. Nesse período já havia vacinas no país com 22.693.305 vacinados (10,7 % da população) e 6.851.273 imunizados totalmente (3,2 % da população).



Pedra 11 – P#11, mulher, 45 anos, comerciante, perdeu a prima aos 54 anos, há 3 meses e 3 dias da data da entrevista. Quando perdeu a prima era a 16ª semana de pandemia de 2021. Na data do falecimento eram 13.943.071 casos de Covid no Brasil, com 373.335 mortos. Nesse período já havia vacinas no país com 26.707.227 vacinados (12,6 % da população) e 9.606.862 imunizados totalmente (4,5 % da população).

Segundo Ato – Distribuindo

Para este 2º Ato faremos a análise do que foi dito nas entrevistas usando como referência o relato de P#12. Os relatos compreendem um tempo cronológico da pandemia em que já estavam vigorando os protocolos de isolamento e distanciamento social e fechamento de serviços e comércio não essenciais. Em Pernambuco, o Governo do Estado determinou o fechamento do acesso às praias e restrição aos calçadões da orla.

Os extratos são de *pedras* que em sua maioria não moravam na mesma casa que seu familiar que faleceu, exceto P#6 e P#8. Das 12 pedras, duas perderam mais de um familiar por Covid, P#5 que perdeu os sogros e a mãe, e P#6 que perdeu o esposo, a filha e um senhor que considerava como pai – de modo que nas narrativas aparecerá como “pai” – todos moravam com ela.

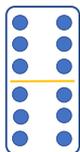
As pedras: P#1, P#2, P#3 e P#12 já tinham perdido seus familiares há mais de um ano, no momento da entrevista. As demais pedras menos de sete meses.

P#12 foi curiosamente o 12º participante a ser entrevistado, o último relato que se tornaria a moldura para essa análise. Assim, a história de P#12 será apresentada integralmente

⁴³P#5 reaparece, pois passou por mais de uma perda.

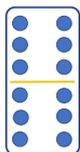
e posteriormente a partir dos mesmos extratos dispostos nessa apresentação inicial, faremos as aproximações com as demais pedras.

Da constituição familiar, *P#12* é o único filho homem com mais quatro irmãs, às quais ficou delegado o cuidado dos pais idosos durante a pandemia. *P#12* atuou na linha de frente no atendimento a pacientes com quadros graves de Covid na UTI de um hospital particular em Recife. Em função de seu trabalho e para proteção dos pais, limitou a quantidade de visitas presenciais, e relata como foi a última saída com o pai, um mês antes dele adoecer:



... eu lembro que levei ele no domingo, como eu sempre fazia, pra almoçar, dei um passeio na orla aqui em Recife, a orla tava linda né sem ninguém... a praia deu uma renovada assim, foi muito bonito, o último passeio que eu dei com ele de carro.

No mês seguinte, *P#12* é acionado pela irmã que solicita que ele leve o pai para o hospital. Uma semana antes seus pais começaram a apresentar sintomas de Covid, sendo que o pai teve um agravamento. *P#12* consegue levá-lo a um hospital particular, e a internação em um quarto é viabilizada após 5 horas de espera.



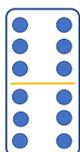
... eu só saí do hospital 9 da noite, porque aí eu já passei quase 24 horas com ele, e eu não sabia que ali seria um dos últimos momentos que eu teria com ele naquele formato. Isso que foi numa quinta, quando foi na sexta-feira, é... eu fui visitá-lo durante o dia, e à noite ele piorou... e não podia ficar ninguém no quarto, a gente ia lá e ficava um pouco, ele piorou e foi pra UTI.

P#12 pôde acompanhar o pai durante a internação, com algumas poucas restrições. Ele relata que a ida do pai para a UTI deixou-o nervoso e que a irmã, também médica, acabou assumindo o acompanhamento do pai. O impacto de ver o pai na UTI abalou-o a ponto de adoecê-lo e positivar para Covid dois dias após a internação do pai:



... e quando eu vi meu pai na UTI me “veio” [sic] muitos pensamentos... me veio assim, os momentos difíceis que eu tive com ele ao longo da minha vida, me veio uma avalanche de emoções que a minha energia baixou completamente, tanto que - isso foi sábado - domingo, segunda eu amanheci com febre... e eu contrái a Covid também.

P#12 precisou ficar afastado do trabalho por 14 dias e impossibilitado de visitar o pai na UTI. Após 7 dias de internação do pai e com poucos sintomas da Covid, *P#12* foi autorizado a visitá-lo. As visitas foram possibilitadas por um amigo diarista da UTI, e utilizando a proteção recomendada à época que era máscara N95. O agravamento do quadro gerou outros cuidados:

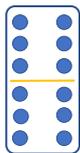


... do sábado pro domingo, ele começou a agravar, começou a piorar a função renal, e o médico que cuidou dele, "Dr. [omitido pela autora]", se tornou um grande amigo nosso, cuidou dele com muito carinho, ele foi muito bem assistido, a gente colocou uma equipe

de enfermagem 24 horas com ele, com técnico pra dar notícia o tempo todo, já que a gente não podia ficar lá o tempo todo.

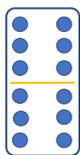
A possibilidade do cuidado e oferta de bons serviços em saúde ao pai foi permanente. A piora do quadro foi gradativa, durante todo o período de permanência na UTI houve a possibilidade de visitas diárias, muito embora isso gerasse desgaste emocional em *P#12*: “... várias vezes ao longo do dia, no hospital, ele no hospital, [eu] passava ali duas horas, três horas... ficava exausto... emocionalmente, e ia embora”.

Todo o processo de adoecimento em si provocou em *P#12* reações emocionais próximas ao sentimento de perda. Após aproximadamente duas semanas na UTI o pai de *P#12* entrou num estágio gravíssimo e a família foi chamada ao hospital. *P#12* foi o primeiro a chegar:



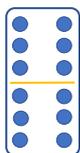
... fiquei com meu pai ... fiquei com ele duas horas, ou três horas, antes da família chegar, na piora dele. E, nesse momento, eu conversei muito com ele, e eu desabafei muitas coisas... e... é como se eu tivesse fazendo um ato de confissão minha e dele... não tinha desespero tá, era como se, era como se fosse uma conversa, e ele “tando” [sic] ali presente, e eu desabafando coisas pra ele que eu nunca tinha dito. E também libertando ele, de muitas coisas que talvez ele quisesse ter me dito e nunca falou. E eu lembro que foi muito forte isso e eu rezei depois.

O momento antes do falecimento possibilitou que *P#12* expressasse e dissesse tudo aquilo que desejou em um ato de despedida e libertação. As irmãs também foram autorizadas a entrar na UTI e se despedirem do pai. *P#12* compreende essa exclusividade como uma expressão de força do pai:



... minhas irmãs vieram... se despediram do meu pai, uma coisa inédita em época de Covid, ninguém conseguiu fazer isso. E ali eu percebi a força que o meu pai tem, porque a presença dele e o significado dele pra nós, permitiu que essa energia permitisse... que as pessoas que ele cuidou a vida toda fossem lá velar ele no último momento.

As concessões possibilitadas à família de *P#12* se constituíram numa exceção, diante da realidade da pandemia. Além da despedida presencial e remota, também foi possível o cumprimento do sacramento religioso professo pelo pai de *P#12*:



... e pra completar minha irmã ainda conseguiu, que o padre lá do Hospital [omitido pela autora], que tava afastado [do hospital] há mais de três meses por conta ... da pandemia, fosse lá dar a extrema unção nele. Então ele conseguiu ter todo o ritual, que ele gostaria de ter.

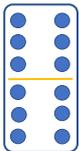
Para a família de *P#12* a preparação do corpo para o sepultamento foi parcialmente possível, bem como a decisão de escolher onde seria sepultado, e a presença das pessoas sem a restrição imposta pelos protocolos do enterro biosseguro exigidos à época:



... a gente ainda levou o terno dele, conseguiu vestir ele, antes de colocar ele no saco né, porque os pacientes eram da Covid, são enterrados num saco lá todo fechado... e ele sempre pedia pra ser enterrado perto do pai, perto da mãe, lá em [omitido pela autora], que é nossa terra, aqui no interior. E no outro dia, a gente foi pegar o corpo, levou ele pra [omitido pela autora] ... e... fizemos o enterro dele... na tumba lá que... que ele comprou pra família, perto do pai, perto da mãe, perto dos irmãos dele que já tinham falecido... no dia do enterro, “tava” [sic] a família toda dele, a gente fez um grande círculo em frente do cemitério, todo mundo falou, conversou.

No relato de *P#12* um aspecto se destaca quando ele fala da surpresa das pessoas em relação à tranquilidade expressa pela família durante o sepultamento do pai. Havia para os que estavam ali presentes um “semblante tranquilo” dos filhos, e *P#12* concorda e justifica: “... a gente entende que... meu pai faleceu, mas não tem pendências sabe. Não tem pendências dele com a gente, pelo contrário, ele... cumpriu a missão dele”.

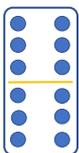
Sobre o processo de luto *P#12* parece entender essa experiência como real e complementar à partida do pai:



... eu... a gente teve um ano pra viver um luto, eu acho que o luto ele tem que ser vivido... por um ano assim. O ano foi meio cinza sabe, agora é que “tô” [sic] voltando a ter mais vida social... sair com os amigos, voltando a rir mais com a família, ainda tem minha mãe pra cuidar... o luto do meu pai na verdade é uma... é ressignificar... quem é ele... dentro de mim sabe.

O relato de *P#12* sobre o transcorrer do ano após a morte do pai, trata de momentos de saudades, de choro pela ausência do “colo do pai”, das lembranças e do amadurecimento percebido ao longo desse período.

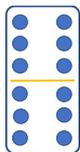
Ao final de seu relato a entrevistadora menciona a condição experienciada pela família, de não terem vivenciado as restrições biosseguras impostas pela pandemia, e se *P#12* poderia dimensionar a importância disso para o processo posterior da família:



... é, eu costumo dizer que nós... somos privilegiados nós fomos privilegiados, pra não dizer abençoados ou as duas coisas... poder dar ao meu pai o funeral que ele queria... o que ele gostaria que fosse feito... Eu acho que agora que “cê” [sic] tá falando é que a minha ficha caiu sabe. E não ficar assim, como você deve ter ouvido de 99 por cento das pessoas “Mas eu não vi meu pai, eu não vi minha mãe... eu não vi meu marido, eu

não vi meu filho”... Então a gente teve essa possibilidade de... processar e... processar e... realmente foi, foi muito abençoado, a gente tem que falar essa palavra mesmo, a palavra é essa, não tem outra palavra não.

A fala de *P#12* aponta uma ressignificação durante a entrevista, e como sua percepção se modifica à medida que é confrontado com a realidade de outras famílias. Ele finaliza informando sobre a inclusão do nome do pai em um memorial construído em uma praça na cidade do Recife às vítimas de Covid-19:



a Universidade [omitido pela autora] fez um monumento, às vítimas da Covid aqui em Recife, numa praça, bem bonita que tem aqui na [inaudível] e aí eu fui convidado para o evento e tá o nome dele lá. Uma praça aqui, bem bacana, ficou imortalizado lá o nome do meu pai... como um... uma das pessoas que passaram por esse processo né.

E ali se fechava o 12º encontro. Finalizando com a 12ª entrevista, o relato de *P#12* remetia ao lugar de poder, o que cada um pode com as “pedras” que possui.

Para Foucault a constituição do indivíduo é atravessada constantemente por três dimensões autônomas, mas não independentes, e dentre elas o poder. “O poder é determinado por meio das relações de forças” (Rabelo & Amazonas, 2014, p. 1472).

O lugar profissional ocupado por *P#12* interferiu decisivamente para que ele pudesse transpor toda e qualquer norma restritiva no ambiente hospitalar, para acompanhar o pai e dar a assistência que considerou necessária. O exercício da medicina atribuiu a *P#12* e seus familiares a imunidade aos impactos emocionais e afetivos das medidas biosseguras contra a Covid-19.

Na sequência, tentando tornar a leitura fluente e compreensiva, trarei as etapas vivenciadas por *P#12* e os paralelos vividos pelos demais participantes da pesquisa.

Os relatos foram assim destacados:

- I. Pré-morte: a. Último encontro; b. Hospitalização; c. Despedida.
- II. Pós-morte: a. Cerimonial; b. Luto.

I.a. PRÉ-MORTE: O ÚLTIMO ENCONTRO

P#12 exerce o eu-posso na relação com o pai: “eu lembro que leve ele ... pra almoçar, dei um passeio na orla... a orla “tava” [sic] linda ... sem ninguém ... foi o último passeio que dei com ele”. Em sua fala demonstra a possibilidade de prover ao pai um momento de cuidado e desfrute, como retribuição aos investimentos promovidos pelo pai para sua formação e ascensão profissional. Mesmo tendo mencionado uma redução nas visitas aos pais idosos, *P#12* manteve algumas rotinas. Ele discorre sobre um cenário desejado de prazer e formosura no encontro com

o pai na orla vazia. Os demais participantes apresentam relatos bastante diferentes, de sofrimento e revolta.

As medidas de biossegurança que estavam em vigor foram seguidas pelas outras *pedras*. Em seus relatos fica evidente a interferência que tais protocolos provocaram nas relações familiares. *P#2* foi uma das mais emocionadas durante a entrevista. Em seu último encontro com a mãe, quase casual, manifesta o mundo marginal, limitado, restrito, proibido e vulnerável. O uso abusivo de drogas teve início com o divórcio e a morte da avó, meses antes, seguido pela pandemia. Seus últimos contatos com a mãe demonstram angústia e preocupação. A última vez que relata tê-la visitado foi numa circunstância precária de precisar buscar drogas num ponto próximo à casa dela.

P#2 {...} eu voltei lá [na casa da mãe] uma vez assim... aquela coisa de "oi, vim só fazer uma coisa aqui né... pegar droga aqui da biqueira [riso] e... resolvi passar aqui"... nossa última troca de áudio foi falando pra ela "se piorar um pouquinho, a senhora me avisa".

Já *P#3* fala justamente da impossibilidade de ter vivenciado com o pai um último encontro saudável. Com as restrições e o isolamento dos pais em um sítio da família, *P#3* relata a tristeza de não ter vivido com o pai seus últimos momentos de vida. Seu relato foi bastante emocionado.

P#3 {...} a gente ficou sem esse contato. E... então isso já... é muito triste né, porque nos últimos momentos da vida do meu pai, eu não estava com ele, não só quando ele “tava” [sic] no hospital, mas o momento de vida mesmo dele.

Outra *pedra* que traz sofrimento e emoção em seu discurso é *P#5*. Durante a pandemia perdeu os sogros e a mãe num intervalo de 3 meses. Ela fala de dois momentos finais em que viu a mãe com vida; primeiro quando foi em sua casa e ficou de longe, no portão, preocupada com o risco de contágio dos pais, preferiu não se aproximar; e posteriormente quando a viu na ambulância sendo transferida para outro hospital, intubada. Entre um episódio e outro foram algumas semanas.

P#5 {...} eu fui lá [na casa dela], mas nem entrei, só fiquei de longe, só pra dar um “oizinho” [sic], ela disse "entra filha...", eu disse “não mãe, não vou.” ... eu “vi ela” [sic] saindo intubada ... foi a última... vez que eu... a vi assim com vida.

Esse relato nos leva a pensar sobre o dilema entre *o que se quer* e *o que se pode fazer*, a responsabilidade e obediência a uma regra imposta.

Ao distribuir essa primeira *mão de pedras* o que é sobressalente tem a ver com vulnerabilização, porém explicitado no seu oposto, no privilégio. É notável perceber que o privilégio pode ser gradativo, pode ser parcial, temporal, pode causar dor e sofrimento, porém

continua sendo privilégio. A vulnerabilidade é um lugar, é permanente. O privilégio é vertical, a vulnerabilidade é horizontal. Butler (2009/2015) ao desenvolver o pensamento foucaultiano das relações de poder, irá observar justamente essa hierarquização de diferentes modelos de vida. Das *pedras* viradas, três delas ainda que enlutadas, desfrutam de algum privilégio social. Parece existir para elas em dimensões distintas, possibilidades de viabilizar recursos de cuidado para seu ente: a casa para os pais idosos e o suporte das filhas, o passeio na orla; o sítio distante que permite dar o conforto e a “proteção” aos pais; a assistência à mãe, mesmo sem poder tocá-la fisicamente. Cabe pensar que o privilégio não poupa completamente da dor e do sofrimento, contudo não impõe o extermínio. Se coubesse figurar aqui o poder estatal operando em cada uma dessas pedras, proporia: à *P#12* o “fazer viver” (biopolítica), à *P#3* e *P#5* o “deixar viver” (necropolítica).

Para *P#2* nem um último encontro sóbrio e saudável, nem a possibilidade de prover qualquer cuidado nem assistência à mãe, tão pouco a si. Para ele angústia e desespero, a política de Estado que o exclui e a sua mãe é “deixar morrer” e “fazer morrer”. A vulnerabilização presente na realidade de *P#2* e sua mãe aparece em outros extratos:

P#2 {...} eu fui ... criado por várias pessoas ... na minha casa moravam minha avó, minha tia [mãe] e dois tios ... durante muitos anos também... [pausa se emociona] durante muitos anos ... a gente reciclava, é... ela, minha avó... todo mundo ... [ela usava] máscara de pano né, nessa época eu também usava máscara de pano... e... ela precisava às vezes ir na farmácia ... o pessoal não tinha dinheiro lá em casa pra... fastfood, pra... Rappi, pra Ifood... e é aquilo, sem dinheiro ... mesma coisa, mesma situação histórica aqui na família eu vivi... se botar os quase cem anos da minha avó ... ela consegue botar mais cem e... sempre no vermelho [emocionado].

Muito embora o marcador raça não compôs a seleção e a identificação das *pedras*, destaco que *P#2* é um homem não-branco que cresceu na periferia. Butler (2004/2019) afirma em seus escritos que a vulnerabilidade se escancara quando as condições sociais e políticas dispensadas a essas populações naturaliza o estado de violência em que vivem e não lhes dá recursos de autodefesa. É um extermínio contínuo à medida que, conforme afirma Butler (2004/2019) a vulnerabilização da população preta e periférica é acompanhada pelo desejo político de eliminá-la.

Ib. PRÉ-MORTE: HOSPITALIZAÇÃO

Para melhor compreender o processo de hospitalização presente nos relatos das *pedras*, é necessário estabelecer o cenário em que o país vivia com o crescimento alarmante de internações e a falta de leitos (Figura 7).

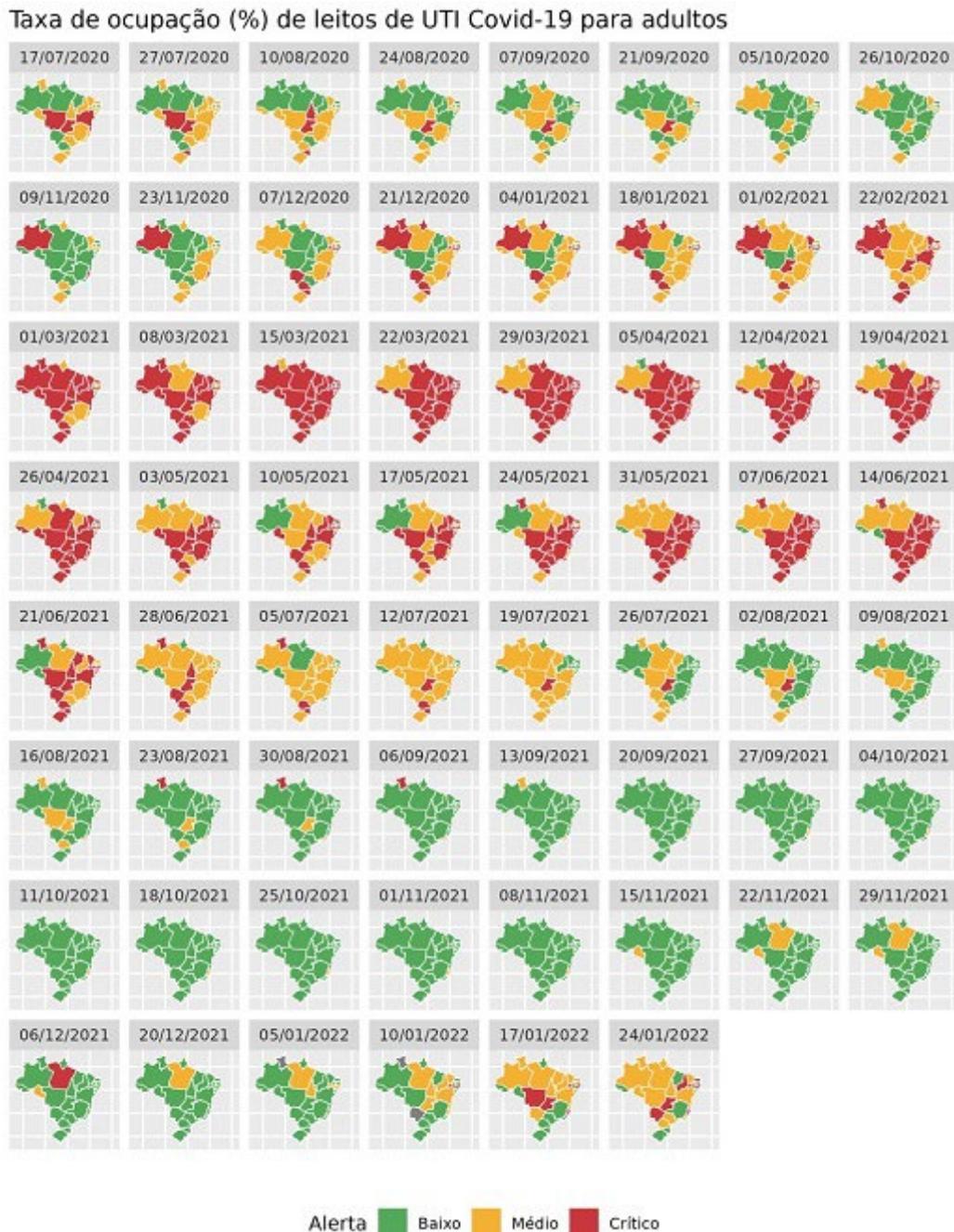


Figura 7 - Fiocruz

Pela imagem é possível acompanhar os períodos mais críticos quanto a ocupação de leitos para adultos no Brasil. E conforme será relatado, algumas *pedras* sofreram com seus familiares a falta de leitos.

Já em 2020 o Ministério da Saúde havia publicado uma cartilha com orientações sobre protocolos sanitários junto a doentes e mortos por Covid. Os hospitais adotaram medidas restritivas envolvendo pessoas que fossem internadas com suspeita ou confirmação de Covid, dentre elas, a impossibilidade desses doentes serem acompanhados e/ou receber visitas quando hospitalizados. A preocupação com a proliferação do vírus impôs restrições severas no contexto hospitalar e funerário, sendo que nos primeiros meses da pandemia os doentes ficavam completamente sem contato com seus parentes, um fator de sofrimento em vários relatos.

A vivência de *P#12* com seu pai hospitalizado é atípica ao cenário descrito acima. Seu acompanhamento ao pai foi contínuo, seu acesso livre, mesmo aos lugares onde havia impedimento de familiares; possibilitando-o lidar com as próprias emoções. O poder atribuído à sua profissão lhe deu também a posição socioeconômica que permitiu adquirir serviços, pessoal e informação completa e contínua sobre a saúde do pai. A *carta branca*⁴⁴ (destaco aqui a racialidade do termo) que o habilita a acessar qualquer espaço que queira, com a prontidão que deu aos familiares a certeza e a tranquilidade de que o melhor foi feito.

P#12 {...} eu já passei quase 24 horas com ele [no hospital] ... a gente ia lá e ficava um pouco, ele piorou e foi pra UTI ... a gente colocou uma equipe de enfermagem 24 horas com ele, com técnico pra dar notícia o tempo todo ... várias vezes ao longo do dia, no hospital, ele no hospital, [eu] passava ali duas horas, três horas... ficava exausto... emocionalmente, e ía embora.

Ao contrário do que vimos com *P#12*, outras *pedras* não tiveram a mesma assistência. Nos extratos trazidos é possível notar o quanto a competência do Estado em vulnerabilizar pode ser seletiva, e aqui cabe inserir o conceito de Berenice Bento (2018), *Necrobiopoder*, que entende que o Estado, seja para promover a vida ou a morte, não atua passivamente. A novidade do SARS-CoV-2 e o desconhecimento sobre a evolução da Covid atingiu diretamente os mais vulneráveis, que Rente e Merhy (2020, p. 5) irão chamar de “vidas não-brancas”.

P#1 e o irmão veem o pai com vida pela última vez quando ele entra no atendimento de emergência, por apresentar um quadro de dispneia⁴⁵. São orientados a saírem do hospital e aguardarem informações por telefone. Além de não poderem acompanhar o pai, a espera por notícias teria que ser fora do ambiente hospitalar, que seriam fornecidas somente por telefone,

⁴⁴Carta-branca: da expressão francesa *carte blanche*, carta branca, de origem militar. Designa autorização de plenos poderes conferidos a alguém para executar em nome alheio o que bem quiser. Surgiu nos campos de batalha. Era uma folha branca entregue ao inimigo e assinada pelo comandante dos vencidos para que o vencedor estipulasse os termos da rendição incondicional. Quando a rendição era negociada, a folha vinha igualmente assinada, mas não em branco e sim com as condições que o vencido fixava para baixar as armas.

⁴⁵Termo médico para designar quadro de falta de ar.

em um tempo impreciso. A falta de informações de seus familiares e a condição precária que acomodava essa espera, de ficar horas sentados na entrada dos hospitais aguardando informações, foi uma rotina de outros tantos brasileiros no país afora.

P#1 {...} aí a gente saiu [da sala de medicação] e não teve mais notícia, ficamos lá eu e meu irmão, mais uma hora e meia sem notícia, porque ele já entrou, e a gente não podia entrar, não tinha acesso ... essa foi a pior parte, que a gente não podia ver... e eu e meu irmão “ficou sentado” [sic] na rua, sem conseguir ir embora.

Nesses dois primeiros relatos já é possível notar a disparidade de realidades e relações de poder na instituição hospitalar.

Para a mãe de *P#2* sequer foi possível uma internação. A desassistência deixou-a morrer em casa (política de morte).

P#2 {...} e aí foi “pro” [sic] hospital, e aí não internaram ela, porque falaram que era pneumonia ... porque "era uma pneumonia, dava pra tratar em casa" [tom de ironia] ... e foi lá que ela morreu, na cama [em casa].

Para Silva e Estelita-Lins (2021) a disciplinarização dos corpos pensada por Foucault, transparece em contextos emergenciais, quando a adoção de protocolos de biossegurança pelo Estado funciona como um controle sobre as formas de viver e morrer. O tom de ironia presente na fala de *P#2* sobre o diagnóstico dado à mãe de “pneumonia” e sua liberação para voltar pra casa, representa a indignação com a condição de falta de cuidado da qual ela foi vítima. A constatação de *P#2* de que ela foi privada do mínimo de atenção, pode ser entendido como um foco de resistência, conforme apresenta Conceição Nogueira (2001) em seus estudos sobre a Análise do Discurso foucaultiano:

Foucault (1979) vê o poder não como uma posse de alguns, mas sim como um efeito do Discurso. Definir o mundo ou uma pessoa de determinada maneira, poder-se comportar face a ela de determinada forma, é exercer poder. Porque se define ou representa algo de uma maneira particular produz-se um “saber” particular que traz consigo poder. Como existem sempre Discursos à volta de um acontecimento, cada um oferecendo uma visão alternativa, cada um trazendo com ele diferentes possibilidades de comportamento, a consequência é que o Discurso dominante ou prevalecente está constantemente sujeito a contestação e resistência. Para Foucault, o poder e a resistência são dois lados da mesma moeda. O poder implícito num Discurso é apenas manifesto devido à resistência de outro. (p. 11)

Vejamos, enquanto o pai de *P#12* teve o direito ao leito hospitalar, ao diagnóstico preciso, à assistência devida e à possibilidade de ter o filho o acompanhando continuamente. A

mãe de *P#2* foi devolvida para o seu lugar de inexistência, de insignificância, sem leito, sem diagnóstico e sem assistência, devolvida para a morte que a acometeria em poucos dias.

Hannah Arendt trabalhou em seus estudos o Estado totalitário e suas manobras na constituição dos campos de concentração. Sobre a relação da supressão de direitos de uma pessoa, ela diz:

A destruição dos direitos de um homem, a morte da sua pessoa jurídica, é a condição primordial para que seja inteiramente dominado. E isso não se aplica apenas àquelas categorias especiais, como os criminosos, os oponentes políticos, os judeus, os homossexuais (com os quais se fizeram as primeiras experiências), mas a qualquer habitante do Estado totalitário. (1949/1998, p. 502)

A realidade relatada por *P#2* demonstra como o apagamento de uma existência pode se dar longe dos campos formais de extermínio, porém com um poder de Estado valendo-se das mesmas prerrogativas. De sua mãe foi retirada a possibilidade do porvir. Como afirma Butler (2020) a injustiça radical ocorre quando as pessoas são privadas de sua vida por ações violentas, inclusive aquelas que se caracterizam por uma negligência sistêmica do Estado. Ela conclui:

Assim, se as diferenças de classe, raça ou gênero interferem nos critérios pelos quais julgamos quais vidas têm direito a ser vividas, torna-se claro que a desigualdade social desempenha um papel muito importante em nossa abordagem da questão de quais vidas merecem ser lamentadas. (2020, p. 21, trad. *DeepL*)

Para outras *pedras* o que faltou foi o mesmo livre acesso ao doente, que foi experimentado somente por *P#12*. Notemos o relato de *P#3*, *P#5* e *P#10*:

P#3 {...} aí quando foi [o pai] pro hospital se internou... Isso já foi muito ruim porque não deixaram ninguém entrar no hospital, era só ele, não podia ... a gente conseguiu ainda dois primos, que eram médicos ... não podia nem acompanhante...

P#5 {...} como eu já tinha tido Covid em dezembro... eles permitiram que eu ficasse com ela [a mãe] né, eu fiquei com ela quatro dias no hospital ... o médico ligou, dizendo que ela ia precisar ser transferida ... tão esperando ... a UTI ... a gente ficou ali esperando ela sair, a gente “viu ela” [sic] sair, eu “vi ela” [sic] saindo intubada [chora] foi a última ... vez que eu ... a vi assim com vida...

P#10 {...} quando foi no sábado à noite ele conseguiu uma vaga. Mas quando o paciente é Covid, não tem como ... acompanhamento, e aí acho que isso também pesava mais ainda pra a gente, porque a gente queria tá lá... ele [avô] não teve acompanhamento...

Nos relatos de *P#3* e *P#10* não houve qualquer possibilidade de acesso ao parente internado. No caso de *P#5* a concessão para acompanhar a mãe deu-se somente pelo fato de que ela, a filha, teve Covid três meses antes. Contudo, na transferência para a UTI não pôde mais acompanhá-la.

Uma outra situação a destacar foi a vivenciada por *P#3* quanto a contratação particular de profissionais de saúde para acompanharem o pai internado: “E a gente tentou contratar uma ... técnica de enfermagem, pra ficar só com ele, é... o hospital não permitiu. A gente contratou três médicos particulares por fora”.

A família de *P#12* teve a mesma iniciativa de contratar uma equipe particular de enfermagem, porém não menciona nenhum tipo de impedimento: “a gente colocou uma equipe de enfermagem 24 horas com ele, com técnico pra dar notícia o tempo todo”. No entanto para a família de *P#3*, o mesmo hospital que vetou a contratação de uma equipe de enfermagem, curiosamente autorizou para eles a contratação de 3 médicos.

As unidades de saúde foram se adaptando para conseguir administrar tantas contingências. Após alguns meses de pandemia os hospitais passaram a emitir boletins diários sobre a saúde dos hospitalizados por telefone (*P#1*, *P#5*) e permitir videochamadas ou o uso do telefone (*P#4* e *P#8*), quando possível: *P#1* “daí começou a luta, todo os dias, só notícias quatro horas da tarde [por telefone]”; *P#5* “aí ficou lá esperando aqueles boletins diários né, que eles davam [por telefone]”; *P#8* “aí depois ficamos só se falando por telefone, né, ele tinha ficado com telefone, ficou passando mensagem, que até então, nem áudio podia passar porque ele “tava” [sic] com uma máscara”; *P#4* “aí chega na quarta-feira a gente fez aquele vídeo online, que ... não podia ser presencial”. *P#12* tinha uma equipe particular que lhe daria informações a todo tempo.

O apoio familiar junto ao leito de pacientes terminais já foi objeto de estudo para vários pesquisadores, que alertam sobre os impactos à saúde mental dos doentes e dos familiares (Borges et al., 2006; Kübler-Ross, 1981). Fontes et al. (2020) destacam:

Outro ponto importante a ser mencionado são os rompimentos interpessoais envolvendo pacientes e família. Quando um familiar visita um paciente doente internado, criam-se mecanismos de apoio social e individual que são benéficos para ambos os indivíduos. Diante da nova pandemia, o estabelecimento e a criação de barreiras físicas, o isolamento mandatório e a interrupção da conexão com os entes queridos antes, durante e após o momento da despedida são outros fatores importantes a serem mencionados. (p. 310)

A privação desse contato socioafetivo é narrada por algumas *pedras* enquanto uma experiência de dor e tristeza (*P#3*, *P#8* e *P#10*):

P#3 {...} e a gente distante ... isso é ... muito ruim né, não ter esse contato, realmente né, é muito triste ... era muito difícil, a gente não poder tá lá pra ajudar, porque sabe de que ele “tava” [sic] precisando né, tipo... ele “tava” [sic] com dor, ele “tava” [sic] precisando de um apoio...

P#8 {...} com minhas pessoas né, quando adoeciam, você gosta de tá perto, dar uma água, fazer um carinho, ajudar dar o banho, e você se privar disso, olhe é horrível, sabe, é muito doloroso ... é muito doloroso, é muito difícil...

P#10 {...} era muito angustiante saber que ele “tava” [sic] bem aqui, muito perto e não poder tá ali do lado dele né, então assim, ele não teve acompanhamento...

Um outro aspecto relatado por *P#9* como sendo o começo de seu luto, foi a falta de leito de UTI para seu pai:

P#9 {...} e aí começou a peregrinação de onde levar meu pai, tendo em vista que não havia vaga... eu acho que o meu luto já começou daí ... você vê seu pai querendo, precisando de UTI e não ter vaga... tinha 25 pessoas na frente do meu pai, prá pedir a UTI... [ele] foi levado pra outro estado...

Era preocupação do sistema de saúde a crescente de adoecimentos graves e internações prolongadas, ocasionando falta de leitos e de pessoal para essa resposta. Em agosto de 2020 a imprensa divulgava que *mais de 4.000 pessoas com Covid-19* havia morrido *à espera por um leito de UTI em seis Estados brasileiros* (Jucá, 2020). O sistema de saúde em vários Estados já não podia absorver tantos doentes graves ao mesmo tempo. A busca por leitos de UTI rompeu as cercanias estaduais. O pai de *P#9* foi transferido de avião para outro Estado após três dias de espera. Uma das filhas pôde acompanhá-lo, porém coube à família os custos pela permanência da acompanhante na cidade e posteriormente o traslado do corpo.

Como foi dito anteriormente, a capacidade de prover os recursos para a vida é seletiva. Algumas das *pedras* relatam em seus discursos os esforços não medidos para cuidarem dos seus. A contratação particular de equipe de enfermagem (*P#12*) e de três médicos particulares para acompanharem a internação do pai (*P#3*) é uma realidade distante da maioria, ao menos dos que se valem unicamente do SUS. A atenção e o cuidado que podem ser adquiridos mesmo que não salvem a vida, traz conforto para quem tudo fez por aquele ente, é uma narrativa que ressalva o esforço “pessoal” para manter aquela pessoa viva.

Uma das *pedras* (*P#10*) revela com certo constrangimento o modo como conseguiu o leito para o avô. Ela chama de “peixes” os contatos de pessoas de dentro das unidades de saúde

que conseguem acessos alternativos aos fluxos formais. Para obter informações ou outras vantagens, basta um “conhecido lá dentro”:

P#10 {...} [a família] tentando conseguir uma vaga pra ele no hospital... conseguir vaga é realmente nos contatos, "nos peixes" como a gente chama... Porque nessas horas a gente não pensa né, na ética, na moral e enfim, tentamos de tudo...

I.c. PRÉ-MORTE: DESPEDIDA

As pesquisadoras Cabral et al. (2020) chamam de adeus negado o afastamento imposto aos familiares de vítimas fatais da Covid, à medida que há um rompimento de contato físico que se inicia no hospital e se estende aos rituais fúnebres. As autoras veem nos rituais de despedida um fator fundamental no processo da elaboração do luto.

P#12 relata a experiência libertadora que viveu com o pai ao não ter o seu adeus negado:

P#12 {...} fiquei com ele [o pai] duas horas, ou três horas, antes da família chegar ... E, nesse momento, eu conversei muito com ele, e eu desabafei muitas coisas... e... é como se eu tivesse fazendo um ato de confissão minha e dele ... e também libertando ele, de muitas coisas que talvez ele quisesse ter me dito e nunca falou. E eu lembro que foi muito forte isso e eu rezei depois.

A pedra #12 conversa com o pai por quase três horas, onde pôde desabafar, confessar e libertar o pai de algo que não fora dito ou de alguma situação ainda não resolvida. Um importante momento de despedida e devoção estendido também a outros familiares, antes do suspiro final do patriarca.

Crepaldi et al. (2020) descrevem em seu trabalho a importância dos rituais de despedida para familiares e pacientes em risco iminente de morte:

Os rituais de despedida acontecem por meio de incentivo à comunicação familiar, definição de questões não resolvidas, compartilhamento de bons momentos vividos juntos, agradecimentos e pedidos de perdão, revelando-se promotores de qualidade de morte para os doentes e de qualidade de vida para os familiares (Lisbôa & Crepaldi, 2003; Schmidt et al., 2011). (p. 4)

O ineditismo do fato alcançado ou do procedimento burlado, é atribuído por *P#12* como a “força” que o pai tinha e que foi capaz de mobilizar toda uma estrutura para que todos os seus queridos pudessem viver esse momento de despedida no leito hospitalar. De fé católica, o pai de *P#12* recebeu ainda em seu leito o sacramento da extrema-unção, narrado pelo filho, que ele [o pai] teve todo o ritual que gostaria de ter:

P#12 {...} minhas irmãs vieram... se despediram do meu pai, uma coisa inédita em época de Covid, ninguém conseguiu fazer isso. E ali eu percebi a força que o meu pai tem,

porque a presença dele e o significado dele pra nós, permitiu que essa energia permitisse ... e pra completar minha irmã ainda conseguiu, que o padre lá do Hospital [omitido pela autora], que “tava” [sic] afastado [do hospital] há mais de três meses por conta ... da pandemia, fosse lá dar a extrema unção dele. Então ele conseguiu ter todo o ritual, que ele gostaria de ter.

Para as outras *pedras* a funesta notícia foi dada por telefone, por uma médica desconhecida num corredor frio de hospital, por algum outro parente horas ou dias depois do acontecido.

P#1 {...} às 9 horas da manhã, eu “tava” [sic] em casa ... Aí meu irmão ... me ligou no dia 27, e falou "a tia ligou do hospital...", não precisou nem terminar "O pai faleceu"...

P#3 {...} quando ele morreu, foi de 10 e meia da noite, mais ou menos, e aí o primo da gente ligou ... a gente teve que pegar o carro de madrugada né, e ir pra o sítio porque ela [a mãe] “tava” [sic] lá, isolada no sítio ... no interior ... e... ir lá dar a notícia a ela... foi horrível [chora] né assim, ela gritando, sem acreditar.

P#5 {...} e aí de madrugada eles ligaram... ligaram acho que era quatro e pouco, eu não ouvi... eu acordei, e... eu olhava o telefone, aí eu vi duas ligações. Aí liguei pra lá eles pediram pra ir lá daí, eles não falaram nada, mas eu não... em nenhum momento assim... eu imaginei ... eu [não] sentia que a mãe tinha ido, sabe.

P#6 {...} ela [a filha] foi pra UTI era meio-dia na quarta-feira, no sábado eu recebi a notícia do hospital ... que ele [o pai] tinha falecido ... Enterrei ele no sábado ... quando foi de noite, nove horas da noite eu recebi a ligação do hospital, pra “mim” [sic] ir pro hospital com urgência, que a médica queria falar comigo... disseram que a minha filha tinha falecido também ... aí depois de cinco dias [do falecimento da filha] recebi a notícia do meu marido também...

P#10 {...} quando foi 11 e meia da manhã eu recebi a ligação de que ele [o avô] havia falecido.

P#11 {...} poucos dias depois a gente já teve a notícia do falecimento dela.

A “força” que *P#12* atribuiu ao pai para mover toda uma estrutura institucional que permitiu à família se despedir dele antes de seu padecimento final, faltou para que *P#9* pudesse ter a mesma experiência com o pai. Ela reclama em seu relato o direito de despedir-se do pai:

P#9 {...} e aí ... ele foi intubado a gente não falou com ele, a gente não se despediu, a gente não teve ... de acordo como a gente quis, pra gente era importante sabe, de ter se despedido, de ter tido uma última fala...

O processo de institucionalização da morte e dos enfermos, que conforme Ariès (1977/2003) deu-se com o desenvolvimento da ciência e findou por retirar da intimidade familiar esse estágio da despedida, encontra na pandemia seu modelo mais representativo das relações de forças, conforme Foucault, e da hierarquização entre os diferentes modos de existência, conforme Butler.

O desabafo manifesto no relato de *P#9*, a falta do “adeus”, do último abraço, da palavra final, aparece como tema do estudo de Cabral et al. (2020). Elas refletem nesse trabalho sobre as rupturas causadas aos enlutados diante das medidas de biossegurança na pandemia: “Há um afastamento cruel para doente e família, cujas consequências refletem na vida futura já que [são] privados de vivenciar todas as etapas para a elaboração do luto” (p. 287).

II.a. PÓS-MORTE: CERIMONIAL

Os rituais fúnebres foram diretamente impactados com a adoção dos protocolos de biossegurança e gestão dos corpos, durante a pandemia. Compreender como essas *pedras* vivenciaram esse momento contempla um dos objetivos dessa pesquisa.

A experiência de *P#12* representa o desejado para atender as necessidades emocionais dos familiares e contribuir com o processo de luto, conforme apontam os estudos. A vivência dessa família de conseguir atender aos desejos manifestos pelo ente querido, garante para si a satisfação e a tranquilidade de honrar a memória do morto. Mas também aponta para o fato de que o “poder” constituído nessa relação médico-hospital conduz a caminhos distintos da maioria, mesmo durante uma pandemia.

P#12 {...} a gente ainda levou o terno dele [do pai], conseguiu “vestir ele” [sic], antes de colocar ele no saco né, porque os pacientes eram da Covid, são enterrados num saco lá todo fechado ... [a gente] levou ele pra [omitido pela autora] e... fizemos o enterro dele ... perto do pai, perto da mãe, perto ... dos irmãos dele que já tinham falecido ... no dia do enterro, “tava” [sic] a família toda dele, a gente fez um grande círculo em frente do cemitério, todo mundo falou, conversou.

Alguns aspectos podem ser destacados e relacionados a partir desses extratos. A condição de vestir o morto, que denota respeito àquele corpo-matéria; atender aos desejos ritualísticos e/ou de ser velado e sepultado em algum lugar específico, honrando a memória do ente; e ritualizar sem restrições de tempo e quantidade de pessoas, propicia para a própria família o espaço de acolhimento e organização do processo de luto.

O impedimento de ver o corpo aparece nos discursos de *P#3*, *P#4* e *P#5*: *P#3* “ela [a mãe] queria ver o corpo dele [do pai], ali o caixão, e o caixão já “tava” [sic] lacrado, não podia ... disseram ‘não, agora já tá todo lacrado’”; *P#4* “eles colocam dentro de um saco preto ... e

lacra. Então a gente nunca vai saber se era o corpo do meu pai [ou] se era o corpo de outra pessoa.”; **P#5** “é muito difícil né, a gente não ver a pessoa ... mesmo sabendo que é só um corpo ... ela não tá mais ali, mas eu acho que dá um acalento”.

Os sentimentos variam da dúvida à indignação. Querer ver para saber se de fato era mesmo seu parente que estava ali ou simplesmente para se despedir da pessoa, são desejos que fazem parte do processo organizador do luto. Crubézy e Telmon (2020) compreendem que ver o corpo, realizar uma cerimônia coletiva e por consequência aceitar a morte, são elementos constituintes do processo de elaboração do luto.

À medida que a visão do corpo contribui no processo de aceitação da morte, não ver o corpo cria uma fissura nessa construção. O relato de **P#4** denota essa vivência: “a gente nunca vai saber se era o corpo do meu pai”. Para **P#5** que perdeu três pessoas de sua família, revela a diferença entre poder ver, sendo que em duas dessas três mortes, o caixão pôde ficar aberto. Ela diz: “não poder ver ... é um sentimento de que tu perdeu e não pôde se despedir”. **P#5** complementa em outro momento dizendo que o fato de poder ver “dá um acalento”.

A supressão do direito de ao menos vestir o corpo, também apareceu nos relatos. Antes que o pai seguisse para o protocolo de proteção com lençóis e sacos impermeáveis, **P#12** relata que teve a condição liberada de buscar um terno e vestir o pai, e que isso foi importante pra ele-filho. **P#6** que perdeu o pai, a filha e o marido no intervalo de sete dias, conta que quando precisou reconhecer o corpo da filha, ficou muito triste pelo modo como a encontrou:

P#6 {...} tive que ir pra reconhecer o corpo da minha filha ... cheguei lá ... já “tava” [sic] no caixão ... aí abriu o caixão ... e o que eu vi tá na minha mente até agora ... e foi muito triste você ver sua filha dentro de um saco de plástico, sem roupa, sem nada... [chorando] ... sem poder ter um enterro digno.

Em outro recorte, **P#9** fala do desejo do pai que era ser enterrado com a roupa da maçonaria:

P#9 {...} e ele [o pai] dizia que queria ser enterrado junto com a roupa dele, ele é maçom... era terno, era a roupa da maçonaria, eram coisas muito simbólicas, ele tinha que prestar um simbolismo, que não foi acontecendo nada, ele foi enterrado com a roupa que ... “tava” [sic], acho que de fralda ...

Em tais experiências o processo de luto é iniciado com questões que envolvem um obstáculo que extrapola a perda. Esbarra em um compromisso com o morto que não foi atendido, podendo gerar ainda mais tristeza e culpa. Kübler-Ross atribui à culpa, em processos de luto, como sendo “a companheira mais dolorosa da morte” (1981, p. 178).

A realização de cerimônias coletivas tem a função de apoiar e confortar os enlutados, constituindo um momento e um ambiente que reduz a ocorrência de um *luto complicado*. As experiências narradas pelas *pedras* foram unânimes em destacar esses aspectos: a ausência do cerimonial ou as restrições que a envolveram, como vivências sofridas e negativas.

Uma das *pedras* – *P#3* – ao relatar essa experiência associa o enterro de seu pai à de um indigente:

P#3 {...} foi assim, o carro chegou, com o corpo dele [do pai] aí, já “tava” [sic] lá ... o buraco ... colocou, fechou e tchau. Não teve nada ... a gente... não pôde fazer um momento de oração... parece assim, um indigente, você ... não é ninguém.

Extraímos dessa fala menos o valor que se dá ao indigente e mais ao valor que se dá à família ausente do indigente. O indigente é alguém sem identidade, sem ninguém que o reconheça e lhe dê um nome e uma história. A filha talvez se sinta essa família sumida, que não deu ao pai as honrarias que ele merecia, e menos ainda, por não reunir ao redor daquele corpo morto outros tantos e tantas que também o quisessem fazer, para ser alguém lembrado por quem ele era.

O sentimento de *P#3* se expressa no estudo de Lupion (2020) quando diz que os cerimoniais fúnebres estão para além do “descarte de pessoas mortas”. De modo que pensar a ausência da ritualização é considerar que ela pode comprometer o fechamento de toda uma história de vida de alguém que se foi para a memória de quem fica.

Outro relato ressalta a dificuldade em reconhecer naquele caixão a figura do pai. O pai de *P#9* que precisou ser transferido para outro Estado para conseguir um leito de UTI, e quando chegou o corpo em caixão lacrado, ela narrou: “E eu lembro que eu olhava prá aquilo ali, e eu não conseguia identificar meu pai ... não tem nada que te diga que aquele é um ente que tá sendo enterrado ... eu não consegui chorar”.

Um outro aspecto que merece destaque são os sentimentos envolvendo familiares que não puderam atender aos desejos professos em vida por seus entes queridos. Pedidos de quem estava prestes a morrer ou já comentava sobre seus desejos póstumos, como ser enterrado em determinado lugar, junto a outros parentes, alguma cerimônia específica etc.:

De acordo com a literatura científica pesquisada, a impossibilidade da realização de rituais de despedida de familiares mortos pela COVID-19 tem desencadeado importantes implicações sociais, dentre elas, destaca-se a frustração por não poder proporcionar um funeral considerado digno para o ente falecido. (Magalhães et al., 2020, p. 4)

P#12 narra ter conseguido levar o pai para um lugar que já estava reservado para ele, conforme ele desejava, junto aos próprios pais. Puderam realizar uma cerimônia coletiva, sem restrições de pessoas ou de tempo:

P#12 {...} ele sempre pedia pra ser enterrado perto do pai, perto da mãe, lá em [omitido pela autora], que é nossa terra ... a gente ... levou ele pra [omitido pela autora] ... e... fizemos o enterro dele ... perto do pai, perto da mãe, perto dos irmãos dele que já tinham falecido...

Nos demais casos, pouco pôde ser atendido. *P#1* relata que o pai “falava que gostaria de ser enterrado junto com eles [os pais], mas não tinha como levar o caixão”. A decisão dela e o irmão foi de cremar e então levar as cinzas para a cidade. Em outro relato, *P#9* manifesta o desejo do pai não atendido: “meu pai ... falava muito ...como ele queria ser velado ... prá ele era importante ... meu pai tinha barba ... então ele queria tá com a barba dele, tudo isso que foi tirado né, tiraram a barba dele no hospital”.

Um outro caso foi o primo de *P#7*, ele relata que a prefeitura local determinou que os casos de óbito por Covid-19 seriam enterrados em um mesmo cemitério, em local reservado para esses corpos. Mesmo a família possuindo um jazigo, não foi possível enterrá-lo junto aos outros familiares.

P#7 {...} E, algo assim impactante, porque ... a mãe dele [tinha] o jazigo ... [ela] já é falecida, os outros tios né...

A compulsoriedade de determinados procedimentos ou um modo específico de enterro é vista por Silva e Estelita-Lins (2021) como uma ofensa ao morto e aos familiares.

Nesse ponto cabe uma pequena pausa para pensarmos a gestão dos corpos. Muito embora o contexto pandêmico exigisse protocolos responsáveis e decisões assertivas, queremos questionar o quanto as determinações que vigoraram no país, tinham realmente respaldo técnico. Vejamos por exemplo o *Guia de Orientação* da OMS de 24 de março de 2020. O guia é direcionado às autoridades de todas as instâncias da saúde, responsáveis por necrotérios, espaços religiosos e população em geral. Alguns aspectos a se destacar:

- A dignidade dos mortos, sua cultura e religião tradições e suas famílias devem ser respeitadas e protegido por todos os envolvidos;
- A eliminação apressada de mortos do COVID-19 deve ser evitada;
- As autoridades devem gerenciar cada situação caso a caso, equilibrando os direitos da família, a necessidade de investigar a causa da morte e aos riscos de exposição à infecção.

Algumas outras orientações sobre os enterros:

- Família e amigos podem ver o corpo depois que ele for preparado para o enterro, de acordo com os costumes.
- Eles não devem tocar ou beijar o corpo e devem lavar bem as mãos com água e sabão após a visualização;

De qualquer modo, essas orientações não eram definitivas, e respeitavam a realidade de cada território. É provável que as deliberações do MS quanto a esses aspectos também estivessem alinhadas ao que apontou Azevedo et al. (2020) em seu trabalho, de que as estruturas deficientes de IMLs e SVOs impossibilitaram a adoção de medidas mais flexíveis.

II.b. PÓS-MORTE: LUTO

Thomas (1983/1991) quando vai descrever as etapas do luto em seus estudos, ele destaca que um dos sinais no qual o enlutado se dá a conhecer é pelo “vestuário”. Nessa parte final da análise das entrevistas, percebo que o *discurso* que se escolhe pronunciar poderia se assemelhar a um armário de roupas ali dispostas, onde cada uma das *pedras* elege a melhor peça que lhe cabe para cada momento, o seu “vestuário” de enlutamento. Mas não é um vestuário qualquer, são peças que já fazem parte da sua indumentária estrutural.

Quando as *pedras* escolheram as “peças” com as quais queriam *re-vestir* esse episódio de suas vidas, é também o que elas desejaram que se visse. E ao mostrar o que se quer que seja visto, algo ficou ou pode ficar em-coberto.

Nesse ponto vamos tentar compreender como cada *pedra* relatou seu próprio luto. Até aqui vimos o relato de fatos, o contar da história, e a partir daqui talvez tenha algo menos palpável, que é vestir o luto, como cada um se reconhece nesse lugar.

P#12 {...} a gente entende que... meu pai faleceu, mas não tem pendências sabe... ele cumpriu a missão dele... {...} a gente teve um ano pra viver o luto, eu acho que o luto ele tem que ser vivido... por um ano assim ... o luto do meu pai na verdade ... é ressignificar ... quem é ele... dentro de mim sabe ... eu costumo dizer que nós... somos privilegiados ... pra não dizer abençoados ou as duas coisas... poder dar ao meu pai o funeral, que ele queria... o que ele gostaria que fosse feito ... eu acho que agora que “cê” [sic] tá falando é que a minha ficha caiu sabe então a gente teve essa possibilidade de... processar e... processar e... realmente foi, foi muito abençoado, a gente tem que falar essa palavra mesmo, a palavra é essa, não tem outra palavra não.

Nossa *pedra* #12 faz um discurso alinhado às experiências que vivenciou: entende que o pai morreu, mas que não ficou nenhuma pendência e que o pai “cumpru a missão dele”. Diz que “teve um ano pra viver o luto” e que para ele o luto é “ressignificar” quem é o pai dentro

dele. Nas palavras de Butler, *P#12* chorou seu luto, foi permitido ao seu pai ser chorado por sua morte.

Ao falar sobre a possibilidade que teve de “poder” atender aos desejos do pai quanto ao próprio funeral, *P#12* faz uma peculiar troca de “vestes”. Primeiro diz que foram “privilegiados” por isso, mas complementa “pra não dizer abençoados”. Então retoma dizendo que poderiam ser as duas coisas, mas novamente após alguns entremeios diz que realmente “foi muito abençoado”. A troca de peças-palavras conduz a caminhos distintos. O privilegiado vive numa dimensão diferente do abençoado, considerando principalmente o manto sagrado do cristianismo estendido sobre a nação.

Nos capítulos anteriores vimos que na Modernidade com o domínio do pensamento humanista, tentava-se atenuar o sofrimento do luto pela expressão de que fora a “vontade de Deus colocar a pessoa em um lugar melhor” (Gabriel et al., 2021, p. XXX). Nos relatos das *pedras* isso foi dito de várias formas: “foi a vontade de Deus, aceitar que era a hora dele”; “a gente confia em Deus, a gente crê e sabe que foi o melhor pra eles”; “essa vida aqui não é pra gente, Deus quer a gente, sem dor, sem doença; vamos aceitar que foi a vontade de Deus”: *P#1* “Então eu me apeguei nisso, e falei “foi a vontade de Deus”... a melhor forma de conforto eu acho que é você aceitar que era a hora...”; *P#5* “nossa família é cristã né, então a gente confia em Deus, a gente crê né, e sabe que foi o melhor pra eles né, mas a falta dói muito né, dói muito... chegou a hora dela.”; *P#6* “Eu me pego muito com Deus porque eu sei que a gente tá aqui só de passagem, essa vida aqui não é pra gente, Deus quer a gente, sem dor, sem doença.”; *P#9* “um misto de sentimentos, porque, você busca no seu íntimo, aceitar que aquele era o momento dela [prima] que ali acabou a missão dela... pra poder encontrar um pouco de conforto nessa situação”.

Nogueira (2001) faz uma importante referência em seu trabalho que ajudará a pensar sobre isso:

Na perspectiva que aqui se adota, esta negação implica que do ponto de vista discursivo não se assume a consciência desse “facto” e por isso não se tem necessidade de agir perante ele. Assumindo a perspectiva de Foucault de que a consciência da acção do poder implica resistência, pode-se interpretar a negação da existência de ‘x’ como uma negação da necessidade de resistência. Daí a possibilidade de passividade face à ideologia dominante. (p. 42)

Outras expressões que corroboram com essa citação de Nogueira: “todo mundo tá passando por isso”; “a melhor forma de conforto eu acho que é você aceitar que era a hora, a gente não tem o que fazer né, a Covid praticamente acabou quase com a família de todo mundo

e a minha foi uma delas”; “chegou a hora dela”; “que somos frágeis, somos um vento, um sopro que passa e não dá pra você ter como controlar a morte”; “aceitar que aquele era o momento dela que ali acabou a missão dela”.

É o discurso passivo, “cristão”, que ignora a existência de ações ou omissões intensivas do Estado-Poder, que contribuíram para mais de 700 mil mortes⁴⁶, onde muitas delas poderiam ter sido evitadas. Contudo não reconhecer o fato é reproduzir a fala: “A gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”⁴⁷.

Muito embora o Brasil tenha uma das piores gestões da pandemia, essa realidade não aparece em mais da metade dos 12 relatos desse estudo. Quatro *pedras* fazem alguma referência, quando falam de seu luto, sobre a responsabilidade do governo federal quanto a má condução da gestão da pandemia, indicando principalmente a compra tardia das vacinas:

P#6 {...} quando eu vou tomar vacina eu só me lembro deles [pai, filha, marido], eles não tiveram a mesma sort... [não completa a palavra] oportunidade que tô tendo ... se a gente tivesse os governantes humanos, né, que “pensasse” [sic] no próximo “tinha” [sic] chegado bem antes essas vacinas, né?!

P#9 {...} eu ainda sinto revolta ... sou muito contra o que está acontecendo no cenário político ... não tem como a gente não ficar mexida com tudo ... por não ter vacina para todos, com celeridade que deveria ter tido.

P#10 {...} existe um culpado, “existe” [sic] culpados pra isso, sabe então assim, é triste, é revoltante entendeu...

P#11 {...} a gente tá falando de um, de uma doença que poderia ser prevenida né, que poderia, poderia ter uma política de saúde pra essa doença, muito maior.

As *pedras* que conseguem expressar sua indignação e revolta respondem a essa estrutura de morte e extermínio como um importante foco de resistência, e oposição ao discurso dominante.

O relato de *P#2* demonstra profunda indignação com a morte da mãe:

P#2 {...} a sensação é exatamente essa ... a pessoa realmente desapareceu, sumiu, da existência, só ... o que me restaram foram aqueles áudios de zap, e eu fiz alguma coisa com eles, né... fiz o que eu podia ... mas... tem a revolta ... a gente vai direcionando o ódio [riso], vai tentando não viver só em função também ... mas é isso... o jeito que eu perdi minha tia [mãe], me deixa muito muito muito revoltado quando eu penso do nível

⁴⁶Número registrado no dia 28/03/2023.

⁴⁷Frase de Bolsonaro após uma apoiadora pedir uma palavra de conforto para as famílias em luto.

de ... absurdo que estamos vivendo... um montão de gente assim só parando de existir ... porque “nós não vale” [sic] merda nenhuma mesmo. Né, tipo, nossas histórias, nossos projetos, nossas identidades, nossas... [pausa] nada né, nada... tem pessoas que não tem opção de ignorar... as coisas que... tão acontecendo.

P#2 é alguém despreocupado com palavras polidas, ele despeja seu sentimento lavrado no descaso que o Estado deu à sua mãe: o não-direito à saúde, o não-direito à vida, o não-direito à morte, o não-direito à existência e o não-direito de ser chorada. A mais absoluta ausência da dignidade humana.

Judith Butler (2020) utiliza em seu livro *Sin Miedo*, a figura da *parresía* de Michel Foucault, para atribuir a certas assembleias políticas ou politizadas o “discurso corajoso”. Em outras palavras o discurso potente, corajoso, a *parresía* somente se configura quando há absoluta credibilidade naquilo que se diz por quem está falando, e quando essa palavra dita puder implicar a própria vida de quem fala:

Nas suas aulas de 1983 na Universidade da Califórnia em Berkeley, Foucault explica que "só se pode dizer que alguém emprega *parresía* e merece consideração como *parresiastés* se falar a verdade implicar em perigo ou risco para ele ou ela". (2020, s./p., trad. DeepL)

O discurso crítico e corajoso de *P#2* traduz a realidade de uma família preta e periférica perpetuada a esse lugar, ainda mais na pandemia. Ele expressa o grito do ódio de quem sabe que nada vale e que é descartável para um Estado que pratica políticas de morte e extermínio. A *P#2* foi retirado o direito de viver seu luto e de chorar seu morto: “Todos merecem respeito e proteção, sem ressalvas. Em decorrência disso, esse é um valor que precisa nortear todos os direitos e circunstâncias, não devendo ser uma exceção o direito de enterrar seus entes com dignidade” (Cabral et al., 2020, p. 289).

Terceiro Ato – Discussão

Em maio de 2020, Butler deu uma entrevista a George Yancy, onde indicava que o luto seria um ato político em meio a pandemia. Para ela aprender a enlutar-se pelas mortes em massa significava marcar a perda de alguém que não precisava ser próximo, mas que deveria ter tido o direito à vida. Butler fala sobre a vulnerabilidade da vida social corporificada onde todos estão de algum modo suscetíveis à infecção pelo vírus, dada a fragilidade de um corpo que está exposto aos outros corpos, mas também entrelaçado e interdependente deles.

No entanto, segundo Butler, as desigualdades sociais expõem aqueles em maior risco de adoecimento e morte, pela falta de acesso aos serviços de saúde e necessidades básicas. Todos são vulneráveis ao vírus, no entanto, alguns morrem mais do que outros. Os grupos

vulneráveis com perspectivas econômicas decadentes – negros, indígenas, encarcerados, imigrantes, pessoas trans – são tratados em suas vidas precárias como vidas dispensáveis, em razão da crise de valores vigentes atualmente: “Como ‘os vulneráveis’ não são considerados produtivos na nova comunidade quase ariana, suas vidas não são valorizadas e, se morrerem, isso é aparentemente aceitável, pois não se imagina que sejam trabalhadores produtivos, mas que ‘drenam’ a economia” (Yancy, 2020, s./p.).

Para Vladimir Safatle (2020), um importante escritor e filósofo brasileiro, tais discrepâncias encontram base na “consolidação de um sistema de partilha entre dois regimes de subjetivação. Um permite que sujeitos sejam reconhecidos como ‘pessoas’, outro leva sujeitos a serem determinados como ‘coisas’” (s./p.). Safatle (2020) pensou a pandemia como um inevitável exercício do poder estatal sobre a gestão da morte, e sob a forte influência do neoliberalismo autoritário atuante no Brasil. Nesse contexto, para Safatle (2020), tanto a compreensão de biopoder, soberania e governabilidade de Foucault (2015) que debate o poder sobre a gestão da vida e o controle dos corpos, quanto a necropolítica de Mbembe (2018) que busca rediscutir o pensamento foucaultiano numa perspectiva decolonial do poder que age para cuidar de uns e exterminar outros; estão se deslocando para um outro paradigma. Nessas duas perspectivas apontadas por ele, se convencionou cuidar e/ou preservar alguns e deixar de cuidar e/ou atuar para eliminar outros, ou seja, o estado “protetor” e “predador”, quem pode viver e quem deve morrer. Mas que outro paradigma seria esse?

A socióloga brasileira Berenice Bento (2018), vem trabalhando em um conceito que, como ela própria diz, está em andamento, porém já nos dá indicativos de que poderia responder à questão acima. Assim ela apresenta:

Nas pesquisas sobre gênero e sexualidade, campos de estudo que acompanho mais de perto, observo que há um núcleo de referência bibliográfica regular. O conceito de biopoder de Michel Foucault (1999), como técnica de governo que tem como objetivo “fazer viver, deixar morrer”, é recorrente. Mais recentemente, os textos de Giorgio Agamben (*homo sacer* / vida nua), de Achille Mbembe (necropoder), de Judith Butler (vidas precárias, abjeção e vulnerabilidade), de Spivak (subalternidade e discurso) passaram a compor o cânone do que se pode chamar de uma ciência social das identidades abjetas, identidades que são a alma das necrobiopolíticas do Estado (2018, s./p.).

Para Bento (2018) seu esforço em compreender a relação que se dá entre a biopolítica – o Estado que **dá** a vida e **deixa** morrer (fazer viver e “deixar” morrer) – e a necropolítica – o Estado que **deixa** viver e **promove** a morte (fazer morrer e “deixar” viver) – desloca-se para o

*Necrobiopoder*⁴⁸, um conceito que se propõe a “interpretar um conjunto de técnicas de governabilidade”. O que diferencia sua proposta do pensamento de Foucault e de Mbembe, é que em sua compreensão o Estado não age passivamente – **deixar** – nem para os que devem viver e nem para os que devem morrer, ao contrário, o que se observa é um Estado ativo que não intersecciona esses dois corpos, ele age para que alguns vivam e age para que outros morram.

Uma outra importante dobra deste trabalho mostrou que a Covid-19 e a pandemia não seriam vividas igualmente por toda a população brasileira, algumas diferenças seriam escancaradas, ainda que toda a população estivesse vulnerável à infecção, as peles “alvos” morreriam mais do que as peles “alvas”. No Rio de Janeiro a primeira pessoa a morrer por Covid-19 foi uma mulher preta, empregada doméstica, infectada pela patroa branca que havia recém retornado de uma viagem à Itália.

Assim, a complexa vivência de pandemia do Coronavírus seria ainda mais grave considerando o panorama do Brasil em 2020: crise política, crise sanitária, agravamento na desigualdade social e violência doméstica, e o *ageísmo* ou etarismo que é um tipo de discriminação etária.

A revista digital Pequenas Empresas Grandes Negócios (PEGN), publicou matéria em 29/12/2019, afirmando que o mercado de tecnologia deve movimentar com IA no mundo, cerca de 100 bilhões de dólares até 2025 (Munaro, 2019, s./p.). Curiosamente essa matéria foi publicada dias antes da *Bluedot*, via IA alertar seus clientes sobre a chegada de um novo coronavírus. O investimento previsto para IA em 2019 estava longe de saber o que viria a acontecer nos meses seguintes, de modo que essa tecnologia deverá ser ainda mais explorada por diversos setores, com as mais variadas finalidades.

Como vimos anteriormente, os rituais de velamento dos mortos, são de grande relevância para a elaboração do luto, ao atribuir um significado e um lugar à memória da pessoa falecida, e conferindo aos viventes o consolo da morte digna oferecida ao ente querido.

Mas então, como seria possível vivenciar outros modos de ritualizar a morte, quando o corpo é “*des-apropriado*” da família?

A Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, movida pelo grande impacto emocional produzido pela pandemia do Novo Coronavírus no Brasil com as medidas de isolamento e distanciamento social, produziu sob a coordenação de Noal e Damásio (2020), uma série de

⁴⁸É um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam a distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (Bento, 2018).

cartilhas que tematizam a Saúde Mental e a Atenção Psicossocial no contexto da Covid-19. Uma delas trata especificamente do luto e indica algumas estratégias para o enlutamento nesse momento da história.

Seriam elas: proposição de estratégias remotas de despedida, memoriais em casa, livro de visitas on-line para amigos e familiares assinarem e oferecerem suas condolências, rituais fúnebres alternativos (como cultos virtuais, missas virtuais), opções alternativas para o funeral (tais como: funerais online), fortalecimento das redes religiosas e/ou espirituais dos enlutados, atenção da rede socioafetiva às pessoas em processo de luto.

Essas orientações podem notadamente auxiliar no complexo processo de luto no contexto da Covid-19, e que oferecem caminhos alternativos de ritualizar e propor ações que mobilizem a rede de amigos e familiares ao suporte emocional.

Se faz necessário e urgente buscar atitudes reparadoras para o luto numa perspectiva ampliada, que contemple todos que se veem saqueados do direito de velar e chorar seus mortos. Para Butler (2020) a prática reparadora do luto se dá mediante a informação que revela onde e como foram mortos seus entes, (re)enquadrando a história numa moldura de justiça. A justiça que responsabiliza o Estado pelo sequestro, morte e ocultação de vidas vivíveis; e que também responsabiliza esse mesmo Estado por negligenciar a equidade na oferta do serviço de saúde, não promovendo oportunidades sociais para que as vidas sejam vivíveis.

Os mortos pela Covid-19 vivenciaram um modo de violência de Estado que lhes tirou a possibilidade de resistir e de *re-existir*. As pessoas que ainda não puderam chorar seus mortos ou o fazem incrédulas diante do extermínio de 700 mil pessoas (MS, 2020), pela irresponsabilidade de um Estado que determina a dignidade de quem deve ser chorado, ainda reclamam seu direito, vinculando as demandas por justiça com a própria capacidade de ter acesso ao luto (Butler, 2020).

A justiça e a responsabilização são canais que conduzem ao luto, tendo ainda como importante mote a memória. Para essa reflexão quero destacar a contribuição do texto de Scaramucci (2020) que trata de precariedade e luto de refugiados:

O trabalho de Demaria e Salerno (2017) sobre as condições semióticas⁴⁹ de acesso ao luto mostra bem como a criação de lugares capazes de acolher a inscrição dos nomes dos desaparecidos pode representar uma forma restitutiva (...) que se configura em nível semiótico, mas também simbólico e psicológico, como devolução do direito à dignidade

⁴⁹Teoria geral dos signos e todas as formas e manifestações que assumem (linguísticas ou não).

de pessoa, através da materialidade da letra e da identificabilidade do nome. A lembrança da ausência, no caso dos memoriais, é construída por meio de formas estéticas que tendem para a instabilidade e a incompletude, para o questionamento da história e não para a sua imortalização; ao mesmo tempo eles possibilitam restituir aquela – parcial – presença, que o desaparecimento nega até aos mortos. (pp. 4-5)

Assim, esse lugar capaz de acolher a inscrição de um nome, imprime também um rosto, uma biografia, um corpo. O memorial assume, portanto, o papel restitutivo, devolve à família o direito à chorabilidade, com o potencial de resgatar a dignidade e o respeito, absolvendo a família de alguma culpa.

Nos últimos anos os memoriais têm se consolidado como um importante demarcador histórico, que busca promover reflexões em prol da justiça social. Em São Paulo, desde 2009 o Memorial da Resistência inaugurou um espaço com uma simbologia muito própria. O Memorial da Resistência de São Paulo é uma instituição dedicada à preservação de referências das memórias das pessoas que resistiram e da repressão política do Brasil republicano (1889 à atualidade). Parte do edifício onde ficam as instalações foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, uma das polícias políticas mais truculentas do país, principalmente durante o regime civil-militar-empresarial.

O Centro de Documentação Eremias Delizoicov e a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos mantém no site da entidade uma lista com os nomes de 379 militantes mortos e/ou desaparecidos durante o regime golpista de 1964. Os nomes acompanham a biografia, fotos, e relatos oficiais e extraoficiais dos episódios envolvendo a prisão de todos eles. Um dos principais pontos que objetivou esse espaço virtual foi a busca por responsabilização pelas mortes e desaparecimentos, além de divulgar as investigações para localização dos restos mortais dos desaparecidos.

Um outro importante memorial está em plena construção, e traz no seu mural a seguinte inscrição “não há quem goste de ser número, gente merece existir em prosa” (Pavoni, 2020).

A pandemia da Covid-19 já pode ser considerada a maior catástrofe sanitária do país já registrada, e para não deixar que esses números frios não toquem a gente, o artista Edson Pavoni idealizou o Projeto Inumeráveis. Como ele mesmo diz é uma iniciativa artística, poética e jornalística para contar as histórias de cada uma das pessoas que faleceu ou que vier a falecer vítimas do Coronavírus no Brasil (Pavoni, 2020).

O memorial digital se propõe a contar a história de cada uma das vítimas da Covid-19, através de relatos de familiares ou amigos, que dão um nome, um rosto, uma biografia, uma

história, a cada novo número de mortos. Além do site, o Projeto mantém um perfil na rede social Instagram com postagens diárias que apresentam pequenos recortes de cada relato. O Projeto é apresentado como uma celebração de cada vida que existiu e que existe, e de como podemos entrelaçá-las para construir memória, afeto, respeito e futuro (Inumeráveis, 2020).

Ao retomar o texto de Scaramucci (2020) é possível identificar a importância do *Memorial Inumeráveis* para o processo organizador dos enlutados da Covid-19: “O trabalho de Demaria e Salerno (2017) sobre as condições semióticas de acesso ao luto mostra bem como a criação de lugares capazes de acolher a inscrição dos nomes dos *desaparecidos [e des- apropriados]* pode representar uma forma restitutiva...” (acréscimo nosso).

Assim, as famílias *des-apropriadas* de seus corpos mortos, poderão reconhecer neste memorial, a condição de pessoas que readquirem seu ente querido, atribuindo-lhes a chorabilidade, pessoa publicamente chorável. Um nome que não emudece, que conta quem foi, que tem forma e tem futuro, já que a inscrição do nome não morre.

O idealizador Edson Pavoni também tem informado em entrevistas disponíveis em sua rede social, que pensa em tornar o Memorial um espaço físico, para que essas vidas sejam lembradas, e por que não, que sejam vidas vivíveis, restituídas ao seu lugar de pessoas choráveis.

Um dos entrevistados da pesquisa de campo *P#12* relatou a homenagem prestada aos mortos de Covid-19 por uma Universidade local, e que o pai falecido teve o nome inscrito em uma placa: “ficou imortalizado lá o nome do meu pai”. Desse modo é possível afirmar que os Memoriais podem atuar em ações restaurativas.

Opus 4 – Percussão⁵⁰ – Considerações Finais



*Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro*

Emicida (AmarElo – Sample: Belchior Sujeito de Sorte)

Enquanto inicio a escrita dessas considerações finais já morreram de Covid no Brasil 700.239 pessoas, somente casos notificados.

Dos impactos iniciais da pandemia e que influenciaram a rota dessa pesquisa, eram além da quantidade de mortos, a supressão dos rituais fúnebres no sepultamento desses corpos. A biossegurança que previa a proteção e a redução significativa de contágios, não conseguiu assegurar o cuidado dos enlutados que não puderam ritualizar seus mortos.

Quando tentávamos **compreender** como ocorriam os processos de luto de pessoas que perdiam familiares próximos e que foram, em alguma proporção, impedidas de promover os rituais fúnebres com os quais se identificavam, como nosso objetivo geral, percebemos que a experiência do adoecimento de seus entes, já refletia para elas a vivência do luto.

O impedimento ao acompanhamento hospitalar apareceu na maioria das entrevistas, enquanto uma experiência de angústia e sofrimento. As restrições impostas por enterros biosseguros demonstrou nos participantes ouvidos, sentimentos ambíguos, que em seus relatos apareceram principalmente enquanto descreviam como foi avistar o caixão lacrado sem qualquer identificação que apontasse para seus parentes falecidos.

Contudo, quanto aos processos de luto é difícil precisar a intensidade em que as pessoas foram afetadas com os procedimentos instaurados para enterros biosseguros, em virtude de os eventos serem relativamente recentes. É possível que a médio e longo prazo outras pesquisas consigam obter maior aprofundamento sobre a vivência dos lutos decorrentes da pandemia.

Quanto aos novos modos de viver o luto durante a Pandemia, um dos objetivos específicos, percebeu-se que os participantes que tiveram a mínima possibilidade de ritualizar a morte de seus parentes, expressaram a importância que foi esse momento para a seu processo de elaboração do luto. O participante *P#12* que realizou todos os ritos fúnebres para seu pai, sem nenhum impedimento, manifestou a tranquilidade com que lidou com o período que sucedeu a morte do pai. Enquanto *P#2* que não pôde velar a mãe, e esta sequer teve direito a um leito hospitalar, morrendo em casa, denota em seu discurso sentimentos de raiva e revolta pelo ocorrido.

⁵⁰Efeito de percutir; produção de sons e de música através de batimento ou entrechoque.

Conforme foi relatado, historicamente o luto passou por mudanças ao longo dos séculos, e é bastante provável que nos próximos anos se verifique as interferências causadas pela pandemia, seja pela incidência de processos de elaboração de luto mais prolongados e difíceis, seja por uma acomodação aos novos modelos tecnológicos.

Outro objetivo era obter os relatos de parentes de vítimas fatais da Covid-19. As 12 entrevistas realizadas foram muito importantes para compreender e identificar vários aspectos comuns naquelas vivências. A adoção da entrevista aberta denotou a importância para todos os entrevistados de construir um relato a partir do adoecimento, donde percebemos alguma relação entre esse momento e o processo de elaboração do luto.

O sofrimento mental merece plena atenção dos setores de saúde pública, considerando a escassez de profissionais de saúde mental para suporte nos serviços de resposta rápida. O adoecimento mental foi relatado por todos os entrevistados. As ações clínicas devem atuar numa perspectiva de acolhimento apontando para caminhos restaurativos, uma vez que, parte do sofrimento se aloja em sentimentos de injustiça e/ou culpa.

Outro objetivo específico era identificar que corpos eram esses que não poderiam ser chorados, que não tiveram o direito a uma vida *vivível*. O estudo mostrou que a prática da política de morte assola invariavelmente as populações que vivem em vulnerabilidade social, e durante a pandemia no Brasil o governo de Jair Bolsonaro atuou objetivamente para deslegitimar as organizações sociais e sanitárias, promovendo verdadeiros desmontes de equipamentos de saúde. A população indígena foi extremamente afetada, além dos encarcerados, refugiados, os pobres periféricos, e as pessoas vivendo em situação de rua.

O desinvestimento em políticas públicas de pauta social impetrou um verdadeiro genocídio da população indígena, com maior evidência e visibilidade dos povos Yanomami, com suas terras invadidas por exploradores e assassinos da natureza, que sobretudo foram também vetores para a disseminação do coronavírus entre os aldeados.

Os yanomami foram notícia com a revitimização sofrida com os enterros biosseguros de seus mortos, desrespeitando suas crenças e práticas, violentando sua cultura. Disto fica evidente a necessidade de estudos que repensem políticas públicas para a gestão de mortes em massa, com respostas que atendam as necessidades específicas dos povos indígenas e outras populações que respeitam tradições quanto ao enterro de seus mortos.

Finalizo com duas realidades que propõem uma reflexão sobre a responsabilidade humana com o cuidado do planeta. A primeira é a contradição vivida na cidade de Manaus, em janeiro de 2021, pela atuação catastrófica do governo federal. A capital do estado que possui a maior área de vegetação nativa do país, conhecida como o “pulmão do mundo”, ficou sem

oxigênio. E a segunda é uma lição dada pela astrofísica, que diz que contemplar a beleza do céu com seus astros e estrelas, é justamente contemplar os corpos do universo que já morreram.

Opus 5 – Finale⁵¹ – Referências

- Abujamra, A. (2022, 15 de junho). *WAHANARARAI - BRUNO PEREIRA - Remix ANDRÉ ABUJAMRA*. [Video]. Youtube. <https://youtu.be/rTmPvw-fPT0>
- Aciole, G. G., & Bergamo, D. C. (2019). Cuidado à família enlutada: uma ação pública necessária. *Saúde em Debate*, 43, 805-818. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912212>
- Adichie, C. N. (2021). *Notas sobre o luto*. Companhia das Letras.
- Agamben, G. (2006). *A linguagem e a morte: um Seminário sobre o lugar da negatividade*. Humanitas. (Trabalho original publicado em 1985).
- Agamben, G., Zizek, S., Nancy, J. L., Berardi, F., López Petit, S., Butler, J., ... & Preciado, P. B. (2020). *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. Ciudad: ASPO*.
- Albert, B. (2020). Yanomami: mortos sem sepultura. In: *Pandemia crítica* (27). N-1 EDIÇÕES. <https://www.n-1edicoes.org/textos/60>.
- Alves, M. A. S. (2020). Pandemia como laboratório de poder. *(Des)troços: Revista de Pensamento Radical*, 1(1), 51-62. <https://doi.org/10.53981/destroos.v1i1.32801>
- Arendt, H. (1998). *Origens do totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Editora Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1949).
- _____. (2013). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Editora Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1963).
- Ariès, P. (2003). *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Ediouro Publicações. (Trabalho original publicado em 1977).
- _____. (1990). *O homem perante a morte*. Publicações Europa-América. (Trabalho original publicado em 1977).
- Associação Americana de Psiquiatria. (2014). *DSM-5: Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora.
- Azevedo, D., Sanjurjo, L. & Nadai, L. (2020). Subnotificação e medidas excepcionais no manejo o fluxo de corpos: a Covid-19 no Brasil. In *Mortos e mortes da Covid-19: saberes, instituições e regulações*. Unifesp. https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/novo_site/boletim%20caaf/Boletim%20caaf%20N4.pdf
- Bento, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-Nação?. *Cadernos Pagu*.

⁵¹Último andamento de uma obra em vários andamentos.

- Bessa, B. (2020, 14 de maio). *Inumeráveis* | Bráulio Bessa / Chico César. [Vídeo Canal Youtube]. https://www.youtube.com/watch?v=SOst9_kp2X8.
- Bluedot. In a world of COVID-19 dados, we deliver COVID-19 insights. *Site* <https://bluedot.global/>.
- Bogoch, I. I., Watts, A., Thomas-Bachli, A., Huber, C., Kraemer, M. U., & Khan, K. (2020). Pneumonia of unknown aetiology in Wuhan, China: potential for international spread via commercial air travel. *Journal of travel medicine*, 27(2), doi: 10.1093/jtm/taaa008.
- Borges, A. D. V. S., Silva, E. F. D., Mazer, S. M., Toniollo, P. B., Valle, E. R. M. D., & Santos, M. A. D. (2006). Percepção da morte pelo paciente oncológico ao longo do desenvolvimento. *Psicologia em estudo*, 11, 361-369.
- Bromberg, M. H. P. F. (2000). *A Psicoterapia em Situações de Perdas e Luto*. Editora Livro Pleno.
- Brum, E. (2020, 26 de junho). Coronavírus: Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês. *El País*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>
- Butler, J. (2019). *Vida Precária: Os poderes do luto e da violência*. Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 2004).
- _____. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 2009).
- _____. (2020). *Sin miedo: formas de resistencia a la violencia de hoy* (Edição espanhola). Pinguim Random House Grupo Editorial España. Edição do Kindle.
- _____. (2021). *A força da não violência: um vínculo ético-político*. Boitempo Editorial.
- Cabral, H. L. T. B., Robles-Lessa, M. M., da Cruz, R. S., Monteiro, J. R., & Guimarães, D. N. (2020). Consequências do adeus negado às vítimas da covid-19. *Revista transformar*, 14(2), 283-305.
- Campbell, U. (2020, 27 de março) Em uma manhã, cemitério de SP tem 19 enterros de vítimas infectadas ou com suspeita de coronavírus. *Revista Época*. <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/em-uma-manha-cemiterio-de-sp-tem-19-enterros-de-vitimas-infectadas-ou-com-suspeita-de-coronavirus-24333038>
- Cardoso, É. A. D. O., Silva, B. C. D. A. D., Santos, J. H. D., Lotério, L. D. S., Accoroni, A. G., & Santos, M. A. D. (2020). The effect of suppressing funeral rituals during the COVID-19 pandemic on bereaved families. *Revista latino-americana de enfermagem*, 28.

- Carta Capital. (2020, 28 de abril). “E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?”, diz Bolsonaro sobre recorde de mortos. <https://www.cartacapital.com.br/politica/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos/>
- Carvalho, L. (2020, 24 de maio). Leia na íntegra o poema "Inumeráveis", do cordelista cearense Bráulio Bessa. *Diário do Nordeste*.
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/leia-na-integra-o-poema-inumeraveis-do-cordelista-cearense-braulio-bessa-1.2248744>.
- Censo Demográfico. (2010). Características gerais dos indígenas: Resultados do universo. Rio de Janeiro, p. 1-245, 2012.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988, 05 de outubro).
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>
- Covid Reference. (2020) *Timeline*. https://covidreference.com/timeline_pt.
- Crepaldi, M. A., Schmidt, B., Noal, D. D. S., Bolze, S. D. A., & Gabarra, L. M. (2020). Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37.
<https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v37/1982-0275-estpsi-37-e200090.pdf>.
- Crubézy, E., & Telmon, N. (2020). Pandemic-related excess mortality (COVID-19), public health measures and funerary rituals. *EClinical Medicine*, 22.
[https://www.thelancet.com/pdfs/journals/eclinm/PIIS2589-5370\(20\)30102-4.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/eclinm/PIIS2589-5370(20)30102-4.pdf)
- DeepL Tradutor. Versão online. <https://www.deepl.com/home>.
- Demaria, C., & Salerno, D. (2017). Le condizioni semiotiche di accesso al lutto Il Parque de la Memoria y los derechos humanos di Buenos Aires. *Ricerche e progetti per il territorio, la città e l'architettura*, 8(12), 175-188.
- Demartini, F. (2020, 28 de janeiro). Inteligência artificial emitiu aviso sobre coronavírus em dezembro. *Canal Tech*. <https://canaltech.com.br/saude/inteligencia-artificial-emitiu-aviso-sobre-coronavirus-em-dezembro-159607/>.
- Dias, B. C. (2020, 31 de março). Pandemia do COVID 19 e um Brasil de desigualdades: populações vulneráveis e o risco de um genocídio relacionado a idade. *ABRASCO*.
<https://www.abrasco.org.br/site/gtenvelhecimentooesaudecoletiva/2020/03/31/>.
- Färber, S. S. (2013). Lutos marginais e lutos desautorizados, ritos negados e omitidos. *Protestantismo em Revista*, 32, 3-14.
<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/1119/1058>.

- Finegan, O., Fonseca, S., Guyomarc'h, P., Mendez, M. D. M., Gonzalez, J. R., Tidball-Binz, M., ... & on the Management, I. A. G. (2020). International Committee of the Red Cross (ICRC): General guidance for the management of the dead related to COVID-19. *Forensic Science International: Synergy*, 2, 129-137.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa-3*. Artmed editora.
- Fontes, W. H.A., de Assis, P. C. P., dos Santos, E. P., Maranhão, T. L. G., Júnior, J. L., & Gadelha, M. D. S. V. (2020). Perdas, Mortes e Luto Durante a Pandemia de Covid-19: Uma Revisão da Literatura.
- Foucault, M. (1998). *Microfísica do Poder*. Edições Graal Ltda. (Trabalho original publicado em 1979).
- Franco, M. H. P. (2012). Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto. *O mundo da saúde*, 36(1), 54-58.
https://www.researchgate.net/profile/Maria_Helena_Franco2/publication/317636058_Crises_e_desastres_a_resposta_psicologica_diante_do_luto/links/595d14240f7e9b3aefade83a/Crises-e-desastres-a-resposta-psicologica-diante-do-luto.pdf.
- Fundação Oswaldo Cruz. (2020). <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/coronavirus/saude-mental-em-tempos-de-coronavirus/>
- Fundação Oswaldo Cruz. (2020). Fundação Oswaldo Cruz. (2020).
<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/coronavirus/saude-mental-em-tempos-de-coronavirus/>
- Gabriel, S., Paulino, M. & Baptista, T. M. org. (2021). *Luto: Manual de Intervenção Psicológica*. Pactor.
- Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Plageder.
- Giamattey, M. E. P., Frutuoso, J. T., Bellaguarda, M. L. D. R., & Luna, I. J. (2021). Rituais fúnebres na pandemia de COVID-19 e luto: possíveis reverberações. *Escola Anna Nery*, 26.
- Gil, A. C. (2015). Métodos e técnicas de pesquisa social. In *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (Trabalho original publicado em 2008).
- Gragnani, J. (2020, 08 de junho). Coronavírus: Falta de empatia de Bolsonaro com mortes por covid-19 parece psicopatia, diz psicanalista Maria Rita Kehl. *BBC News Brasil*.
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52943574>.
- Grisales, S. P. A. (2016). Fazer visíveis as perdas: Morte, memória e cultura material. *Tempo Social*, 28, 85-104.

- Han, B. C. (2020, 21 de março). La emergencia viral y el mundo de mañana. Byung-Chul Han, el filósofo surcoreano que piensa desde Berlín. *El país*, 22.
<https://elpais.com/ideas/2020-03-21/la-emergencia-viral-y-el-mundo-de-manana-byung-chul-han-el-filosofo-surcoreano-que-piensa-desde-berlin.html>
- Harris, O. (Diretor). (2012). *Be Right Back* [Video]. Netflix Black Mirror.
<https://youtu.be/h9dUgbSyvcs>
- Herout, R. (2013). *Ritos e Rituais Funerários: Funções, Objetivos, Benefícios*. Génésens.
- Hott, M. C. M. (2020). COVID-19: complicando o rito da morte e o luto. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, 3.
<https://iajmh.emnuvens.com.br/iajmh/article/download/121/121>.
- Houaiss, A., Villar, M. D. S., & Franco, F. M. D. M. (2001). Dicionário Houaiss da língua portuguesa. (pp. lxxiii-2922). Objetiva.
- Imber-Black, E. (1998). Os rituais e o processo de elaboração. In F. Walsh & M. McGoldrick. *Morte na família: Sobrevivendo às perdas*. Artmed, 229-245.
- Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil.
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Krenak>
- Inumeráveis. Memorial dedicado à história de cada uma das vítimas do Coronavírus no Brasil.
<https://inumeraveis.com.br/>
- Jucá, B. (2020, 26 de agosto). Mais de 4.000 pessoas com covid-19 morreram à espera por um leito de UTI em seis Estados brasileiros. *El País*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-26/mais-de-4000-pessoas-com-covid-19-morreram-a-espera-por-um-leito-de-uti-em-seis-estados-brasileiros.html>
- Kind, L. & Cordeiro, R. (2020). Narrativas sobre a morte: a gripe espanhola e a covid-19 no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 32.
- Kelly, A. H., Keck, F. & Lynteris, C. (2019). *The anthropology of epidemics*. Taylor & Francis.
- Kopenawa, D. & Albert, B. (2010). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Editora Companhia das Letras.
- Kovács, M. J. (1992). *Morte e desenvolvimento humano*. Casa do Psicólogo.
- Krenak, A. (2020). *A vida não é útil*. Companhia das Letras.
- Kübler-Ross, E. (1981). *Sobre a morte e o morrer*. Martins Fontes.
- Landr. Qual é a diferença entre um single, um EP e um álbum?
<https://support.landr.com/hc/pt/articles/115009568227-Qual-%C3%A9-a-diferen%C3%A7a-entre-um-single-um-EP-e-um-%C3%A1lbum->

- Lupion, M. R. de O. (2021). A Covid-19, o luto e a gestão do corpo morto pela prefeitura de Maringá-PR. *Revista NUPEM*, 13(30), 235-250.
- Magalhães, J. R. F., Soares, C. F., Peixoto, T. M., Estrela, F. M., de Oliveira, A. C. B., da Silva, A. F. & Gomes, N. P. (2020). Implicações sociais e de saúde que acometem pessoas enlutadas pela morte de familiares por covid-19. *Revista Baiana de Enfermagem*.
- Manual de Diagnósticos e Estatístico de Transtornos Mentais. (2014). *DSM-V*. Artmed.
- Marubo, Y. Ni-Nawavo. (2022, 15 de junho). *Homenagem a Bruno Pereira*. Facebook. <https://www.facebook.com/watch/?v=3149000085417625>
- Mayland, C. R., Harding, A. J., Preston, N. & Payne, S. (2020). Supporting adults bereaved through COVID-19: a rapid review of the impact of previous pandemics on grief and bereavement. *Journal of pain and symptom management*, 60(2), e33-e39.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 Edições. (Trabalho original publicado em 2011).
- Ministério da Saúde. (2020). Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus-COVID-19. _____ . (2020). Coronavírus COVID-19. <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>
- Munaro, J. (2019, 29 de dezembro). Inteligência artificial ganha espaço nas empresas brasileiras: Conheça duas startups que estão na linha de frente dessa revolução. *GI*. <https://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2019/12/29/inteligencia-artificial-ganha-espaco-nas-empresas-brasileiras.ghtml>.
- Niiler, E. (2020) An AI Epidemiologist Sent the First Warnings of the Wuhan Virus. *Wired*. <https://www.wired.com/story/ai-epidemiologist-wuhan-public-health-warnings/>.
- Nogueira, C. (2001). Análise do discurso. In *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação*. CEEP.
- Oliveira, E. N., Neto, F. R. G. X., Moreira, R. M. M., Lima, G. F., dos Santos, F. D., Freire, M. A., ... & Campos, M. P. (2020). “Aquele adeus, não pude dar”: luto e sofrimento em tempos de COVID-19. *Enfermagem em Foco*, 11(2. ESP).
- Organização das Nações Unidas. (2020, 14 de janeiro). OMS confirma caso do novo vírus da mesma família Sars na Tailândia. *Onu News*. <https://news.un.org/pt/story/2020/01/1700392>.
- Organização Mundial de Saúde. (2020, 24 de março). Prevenção e controle de infecções para o manejo de cadáveres no contexto do COVID-19: guia de orientação. *OMS*. <https://bit.ly/3iTAoEA>.

- Organização Pan-Americana da Saúde (2016). *Gestão de Cadáveres após Desastres: Manual para Equipes de Primeira Resposta no Terreno*. 2a Rev. ed. OPAS.
- Orquestra de Câmara da ECA/USP. (2021, 24 de março). *Espero que nomes consigam tocar! (OCAM ECA/USP – Chico César – Bráulio Bessa)*. [Vídeo Canal Youtube].
<https://youtu.be/5Z0OaldEaAo>.
- Orsini, M., de Seixas Filho, J. T., de Castro, R. R. T. & Leite, M. A. A. (2020). Narrativas sobre o processo vida e morte marginal durante a pandemia por COVID-19. *Revista Augustus*, 25(51), 370-380.
- Parkes, C. M. (1998). *Luto estudos sobre a perda na vida adulta*. Summus Editorial.
- Pavoni, E. In *Inumeráveis*. <https://inumeraveis.com.br/sobre/>
- Preciado, P. B. (2020, 27 de março). Aprendiendo del virus. *El país*, 28(3).
https://elpais.com/elpais/2020/03/27/opinion/1585316952_026489.html
- Queiroz, V. (2022, 26 de fevereiro). 2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. *Poder360*. <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>.
- Rabelo, J. O. C. C. & Amazonas, M. C. L. de A. (2014). A questão do método em Foucault e Butler: caminhos enredados. In *18 REDOR*.
- Rente, M. A. D. M. & Merhy, E. E. (2020). Luto e não-violência em tempos de pandemia: precariedade, saúde mental e modos outros de viver. *Psicologia & sociedade*, 32.
- Rosenthal, G. (2014). *Pesquisa social interpretativa: uma introdução*. EdIPUCRS.
- Rothschild, D. & Calazans, R. A. (1992). Morte: abordagem fenomenológico-existencial. In M. J. Kovács. *Morte e Desenvolvimento Humano* (pp. 143-148). Casa do Psicólogo.
- Safatle, V. P. (2020). Para além da necropolítica: considerações sobre a gênese e os efeitos do Estado suicidário. In *Pandemia crítica*. N-1 EDIÇÕES.
- Sanjurjo, L., Nadai, L. & Azevedo, D. (2020). Corpos, tempo e instituições: Um olhar sobre os cemitérios na pandemia de Covid-19. *Dilemas*, 1-17.
- Santos, G. C. B. F. (2017). Intervenção do profissional de saúde mental em situações de perda e luto no Brasil. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, 2(3), 116-137.
<https://pdfs.semanticscholar.org/350d/593546ce5e19d8c937d69c55fd021e66680a.pdf>
- Santos, K. Y. P. (2020). Até 10 – Coronavírus como analisador. In K. Y. P. Santos & L. Lanari. *Saúde mental, relações raciais e Covid – 19* (pp. 5-66). Fundo Baobá.
- Scaramucci, M. (2020). Monumentos precários: luto (im)possível e lápides de papel em K.: relato de uma busca. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*.

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2316-0182020000200301&script=sci_abstract&tlng=es.

- Schindwein, R. (2001). Aspectos psicológicos da terminalidade do luto e do morrer. *Revista Científica em Psicologia*, 1(1), 19-30. <http://www.hu.ufsc.br/setores/wp-content/uploads/sites/25/2015/02/18-Aspectos-psicologicos-da-terminalidade-do-luto-e-do-morrer.pdf>
- Segata, J. (2020). Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes antropológicos*, 26, 275-313.
- Silva, A. V. (2020). Os ‘ritos possíveis’ de morte em tempos de coronavírus. *Revista Dilemas—Estudo de controle de conflitos e controle social—UFRJ*.
- Silva, A. V., Rodrigues, C., & Aisengart, R. (2021). Morte, ritos fúnebres e luto na pandemia de Covid-19 no Brasil. *Revista NUPEM*, 13(30), 214-234.
- Silva, D. (2010, 09 de setembro). Etimologia: Carta-Branca. *Revista Caras*.
<https://caras.uol.com.br/arquivo/etimologia-deonisio-da-silva-.phtml#:~:text=Carta%2Dbranca%3A%20da%20express%C3%A3o%20francesa,Surgiu%20nos%20campos%20de%20batalha>
- Silva, M. M., & Estellita-Lins, C. (2021). A xawara e os mortos: os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19. *Horizontes Antropológicos*, 27, 267-285.
- Smiljanic, M. I. (2002). Os enviados de Dom Bosco entre os Masiripiwëiteri. O impacto missionário sobre o sistema social e cultural dos Yanomami ocidentais (Amazonas, Brasil). *Journal de la Société des Américanistes*, 88(88), 137-158.
<https://journals.openedition.org/jsa/2763>
- Souza, C. P. D., & Souza, A. M. D. (2019). Rituais fúnebres no processo do luto: significados e funções. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35.
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722019000100509.
- Sunde, R. M., & Sunde, L. M. C. (2020). Luto familiar em tempos da pandemia da covid-19: dor e sofrimento psicológico. *Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia*, 8(3), 703-710.
- Thomas, L-V. (1991). *Antropología de la Muerte*. Fondo de Cultura Económica. (Trabalho original publicado em 1983).
- Worden, J. W. (2018). *Grief counseling and grief therapy: A handbook for the mental health practitioner*. Springer publishing Company.

Yancy, G. (2020). Judith Butler: Mourning Is a Political Act Amid the Pandemic and Its Disparities. *Truthout*. <https://truthout.org/articles/judith-butler-mourning-is-a-political-act-amid-the-pandemic-and-its-disparities/>